

**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Carla Sofia Fernandes Xavier

**O parcelamento rural de  
Mire de Tibães (século XVIII)**



**Universidade do Minho**  
Instituto de Ciências Sociais

Carla Sofia Fernandes Xavier

**O parcelamento rural de  
Mire de Tibães (século XVIII)**

Dissertação de Mestrado  
Mestrado em História

Trabalho efetuado sob a orientação do  
**Professor Doutor Francisco Azevedo Mendes**  
e da  
**Professora Doutora Helena Paula Abreu de Carvalho**

Julho de 2013

## DECLARAÇÃO

Nome: Carla Sofia Fernandes Xavier

Endereço electrónico: [carlasfxavier@gmail.com](mailto:carlasfxavier@gmail.com) Telefone:

Número do Cartão de Cidadão: 13018326

Título da Dissertação de Mestrado:

O parcelamento rural de Mire de Tibães (século XVIII)

Orientador(es):

Professor Doutor Francisco Manuel Ferreira de Azevedo Mendes

Professora Doutora Helena Paula Abreu de Carvalho

Ano de conclusão: 2013

Designação do Mestrado:

Mestrado em História

É AUTORIZADA A REPRODUÇÃO INTEGRAL DESTA DISSERTAÇÃO APENAS PARA EFEITOS DE INVESTIGAÇÃO, MEDIANTE DECLARAÇÃO ESCRITA DO INTERESSADO, QUE A TAL SE COMPROMETE;

Universidade do Minho, \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Assinatura: \_\_\_\_\_

## **AGRADECIMENTOS**

Foram várias as pessoas que me auxiliaram neste longo percurso de investigação. O apoio de amigos e familiares fez com que nunca desanimasse nas longas jornadas de trabalho. São várias as pessoas a quem devo agradecer e dedicar todo o trabalho desenvolvido.

Aos meus pais que sempre me apoiaram, mesmo nas decisões mais difíceis, cabe o maior e mais sincero de todos os meus agradecimentos. Obrigada pela compreensão, pelo afeto e pelo carinho que nunca deixou de existir entre nós.

Ao António um agradecimento muito especial, pois sempre esteve a meu lado, mesmo em momentos mais difíceis, e sempre me apoiou. Por toda a dedicação demonstrada e por toda a ajuda concebida.

Ao orientador da tese, Francisco Azevedo Mendes, agradeço a forma como foi tentando ajustar as condições para que os meus conhecimentos em termos de metodologia de investigação científica evoluíssem a cada meta que se abria. Não devo também esquecer a minha coorientadora, Helena Paula Abreu de Carvalho, pelos contributos decisivos na leitura e interpretação da dinâmica espacial dos dados, numa perspetiva interdisciplinar.

À Anabela Ramos agradeço os inúmeros apoios em bibliografia e referências documentais, para além do seu contínuo encorajamento.

Ao Eurico Loureiro, agradeço todo o trabalho desenvolvido em termos cartográficos, tornando possível muitos dos meus objetivos.

A Samuel Leturcq agradeço também o envio de bibliografia.

À Direção Regional da Cultura do Norte / Mosteiro de Tibães agradeço toda a disponibilidade no apoio à investigação efetuada.

Por último, não devo deixar de agradecer à Diana, à Maria Clara, à Eva e à Vânia que me acompanharam nos trabalhos de prospeção e na cartografia dos caminhos. Sem elas uma parte da investigação não se teria concretizado.

A todos, o meu muito obrigada.



## **RESUMO**

O objetivo central deste trabalho incide sobre o parcelamento das terras, sob administração indireta e direta do Mosteiro beneditino de São Martinho de Tibães, no século XVIII e no espaço paroquial que resultou da união das antigas Freguesias de Mire e de S. Martinho (mosteiro). A análise distribui a problemática por seis tópicos: os territórios paroquiais, a economia senhorial da terra, o sistema de informação geográfico, o reconhecimento do micro parcelamento em 1714-1715, o circuito dos seus caminhos e a reconstituição do cadastro de uma secção desse micro parcelamento. Gradualmente, ensaia-se a aproximação a uma metodologia que permita estabelecer as bases de mapas históricos do parcelamento.



## **ABSTRACT**

The aim of this study focuses on the land subdivision, under the indirect administration of the benedictine monastery of São Martinho de Tibães, in the XVIII century in and in the spatial area of the parish that today results from the union between the old parishes of Mire and of S. Martinho (mosteiro). The analysis divides its problematic in six topics: the parish's territory, the manorial economy of the land, the geographic information system, the recognition of the micro-division between 1714 and 1715 and the circuit of paths. Gradually, it rehearses an approximation towards a methodology that allows establishing the basis of historical maps of the land subdivision.





# ÍNDICE

Agradecimentos	iii
Resumo	v
Abstract	vii
Índice de figuras	xi
Índice de gráficos	xiii
Índice de tabelas	xv
INTRODUÇÃO	1
CAPÍTULO 1. PLANOS DA PAISAGEM	3
1.1. OS TERRITÓRIOS ENCAIXADOS	3
<i>A identidade paroquial: a memória longa. As demarcações: os marcos, as encruzilhadas e os limites das jurisdições. Resistir e adaptar-se: a correição, o couto e a abadia.</i>	
1.2. O DOMÍNIO ECONÓMICO	19
<i>O index do arquivo: a impossibilidade do puzzle original. A economia de exploração da terra: os estados do depósito. A colonização da terra: formatos e variações.</i>	
1.3. A DETEÇÃO DO PARCELAMENTO	37
<i>A arqueologia da propriedade e a história das paisagens. O cadastro e os mapas do parcelamento. As parcelas (in)visíveis: a dinâmica espacial e o sistema de informação geográfico.</i>	
CAPÍTULO 2. PARCELAS DO TERRITÓRIO	45
2.1. O SISTEMA DO PARCELAMENTO	45
<i>O tombo e o mostrador: o reconhecimento da terra (1714-1716). O encadeamento das parcelas: pistas e interrogações. O domínio direto: as quintas.</i>	
2.2. OS CIRCUITOS DO TERRENO	59
<i>A morfologia do território. As redes de caminhos e o parcelamento.</i>	
2.3. O CADASTRO DE AGRAS VELHAS	65
<i>O reconhecimento das subparcelas. O desenho em AutoCad e a projeção SIG. Os alinhamentos, as omissões e as relações: uma agenda de longa duração?</i>	
CONCLUSÃO	81
FONTES MANUSCRITAS E BIBLIOGRAFIA	85
VOLUME II. Mapas, fotografias e figuras	
VOLUME III. Quadros de análise do Tombo de Mire de Tibães (1714-1715)	



## ÍNDICE DE FIGURAS

<b>Figura 1.</b> Catálogo do Index do cartório do Mosteiro de Tibães, 1776	21
<b>Figura 2.</b> Geografia do domínio de Tibães (Oliveira, <i>A Abadia de Tibães 1630-160</i> )	22
<b>Figura 3.</b> Folha de rosto, ADB, MC, Tibães, Livro das Luctuosas e Domínios, nº 408, 1618-1719	30
<b>Figura 4.</b> Desenho e tratamento gráfico de uma secção do território em conflito entre Gondar e Orbacém, século XVIII	40
<b>Figura 5.</b> Representação das medidas médias das subparcelas em Mire de Tibães no Tombo de 1714-1715	52
<b>Figura 6.</b> Relações entre as subparcelas em Agradas Velhas (1714-1715 e 2000)	80



## ÍNDICE DE GRÁFICOS

- Gráfico 1.** O depósito (em dinheiro) dos *Estados* de Tibães (1632-1780) – Géneros, 27  
Rendas das Igrejas e Total. Valores em réis
- Gráfico 2.** O depósito (em dinheiro) dos *Estados* de Tibães (1632-1780) – Dívidas, 27  
Domínios, Equipamentos, Foros, Geiras e Lutuosas. Valores em réis
- Gráfico 3.** O depósito (em dinheiro) dos *Estados* de Tibães (1632-1780) – Domínios e 28  
Lutuosas. Valores em réis
- Gráfico 4.** Número de arrendamentos e prazos referidos nos *Estados* de Tibães (1632- 32  
1780)
- Gráfico 5.** Contratos, parcelas e caseiros da Freguesia de Mire de Tibães, partir dos 35  
Livros de recibos



## ÍNDICE DE TABELAS

<b>Tabela 1.</b> População e outras informações das freguesias pertencentes ao couto de Tibães (séc. XVIII)	6
<b>Tabela 2.</b> «Demarcação da Freguesia deste Mosteiro» (1614)	8
<b>Tabela 3.</b> «Demarcação do Limite da freiguesia de Santa Maria de Mire do Mosteiro de Sam Martinho de Tibaiães» (1714)	10
<b>Tabela 4.</b> Tipologia dos marcos em 1614 e 1714	15
<b>Tabela 5.</b> O depósito (em dinheiro) dos <i>Estados</i> de Tibães (1632-1780). Valores em réis.	25
<b>Tabela 6.</b> O depósito (em dinheiro) dos <i>Estados</i> de Tibães (1632-1780). Valores percentuais	26
<b>Tabela 7.</b> Número de arrendamentos e prazos referidos nos <i>Estados</i> de Tibães (1632-1780)	31
<b>Tabela 8.</b> Contratos, parcelas e caseiros da Freguesia de Mire de Tibães, partir dos Livros de recibos	35
<b>Tabela 9.</b> N° de subparcelas por parcelas, e natureza respetiva do contrato (Mire de Tibães, 1714-1715)	50
<b>Tabela 10.</b> N° de subparcelas por parcelas, e natureza respetiva do contrato (Mire de Tibães, 1714-1715)	51
<b>Tabela 11.</b> Casais referidos nos Livros de recibos (Mire de Tibães, 1739-41), e a sua comparação com a ista de 1614	53
<b>Tabela 12.</b> Caminhos referidos em Mire de Tibães no Tombo de 1714-1715	61
<b>Tabela 13.</b> Parcela Agradas Velhas	71
<b>Tabela 14.</b> Medidas (em metros) das subparcelas de Agradafonte	78





## INTRODUÇÃO

O presente trabalho de investigação pretende analisar o parcelamento rural da Freguesia de Mire de Tibães (atual concelho e distrito de Braga), durante o século XVIII. Com base no estudo de fontes históricas de várias tipologias pretende-se ainda estabelecer algumas condições para o desenvolvimento de um Sistema de Informação Geográfico aplicado à reconstituição das relações sociais e agrícolas de uma comunidade histórica.

A escolha do tema deveu-se à grande disponibilidade de fontes para o desenvolvimento de todo o projeto, bem como à ânsia de poder obter um estudo multidisciplinar e de consolidação das metodologias de investigação histórica. Não podendo aplicar o estudo às restantes freguesias que faziam parte do Couto de Tibães, preocupámo-nos em criar, ainda assim, as bases operacionais que pudessem ser transferidas para outros contextos e escalas de trabalho sobre o parcelamento rural.

A delimitação cronológica aplicada ao nosso estudo está relacionada com o facto de termos escolhido o Tombo de Tibães (1714-1715) como fonte basilar para toda a investigação. O levantamento de informação das restantes fontes teve como placa giratória esse processo de cadastro da propriedade controlada pelo mosteiro. É a partir da interação entre as várias fontes consultadas que tentamos obter uma perceção mais pormenorizada da paisagem de Mire de Tibães, sem contudo nunca deixar de esquecer que ainda se está num estádio preliminar dos *cortes* produzidos pelas várias fontes tendo em vista a reconstituição fina do parcelamento.

No primeiro capítulo, *Planos...*, fixamos algumas problemáticas relativas à perceção *da paisagem*: densidade jurisdicional do espaço de inserção do Couto de Tibães (fusão de duas freguesias que dão corpo ao espaço de inserção do mosteiro; as suas linhas de demarcação; o choque entre o mosteiro, a câmara e a população do couto); economia de exploração da terra (funcionamento do arquivo; informações dos «estadistas»; política contratual); as potencialidades e limitações da análise histórica do parcelamento.

No segundo capítulo, *Parcelas...*, orientamos a nossa atenção para os resultados do Tombo de 1714-1715, desdobrando gradualmente escalas de composição *do território*: o sistema de parcelamento dominante (o seu modo de reconhecimento; o seu encadeamento; a função das quintas); os circuitos que percorrem esse sistema (morfologia do terreno; rede de caminhos); a projecção do cadastro do subparcelamento de Agradas Velhas (desenho em AutoCad; projecção no SIG; durabilidade dos seus traços).

Por parcelas, entendemos aqui as unidades físicas do território, não as unidades artificiais de domínio jurídico da terra. Um «casal» pertence a esta última categoria; um conjunto de leiras dispersas por vários caseiros e ligadas a vários contratos, mas localizadas no mesmo espaço, definem uma parcela. O subparcelamento corresponde à fragmentação física da parcela. Quando utilizarmos o termo parcela e subparcela, entre aspas, estamos a significar títulos de reconhecimento da propriedade, já distantes dos títulos de casal (cf. 2.1. *O tombo e o mostrador*).

Em dois outros volumes, apresentamos parte do material gráfico produzido (mapas, fotografias e figuras) e as tabelas de análise dos reconhecimentos da terra do Tombo de Tibães (1714-1715) referente à freguesia e estudo.

Na transcrição documental, separámos as palavras atualizámos as maiúsculas e as minúsculas, mantendo a grafia.

## CAPÍTULO 1. PLANOS DA PAISAGEM

### 1.1. OS TERRITÓRIOS ENCAIXADOS

#### *A identidade paroquial: a memória longa*

Comecemos, precisamente, por um relance da paisagem, de 1758: «o Mosteyro (...) está situado na costa do monte de S. Gens ao norte, em huma dilatada planície, deliciosa pelos arvoredos de que se veste e fertilíssima pella quantidade de agoas com se rega»; «sobindo athe ao alto de hum monte chamado de s. Gens permite dilatar-se a vista para descobrir ao poente o mar oceano em distancia de quatro legoas e em distancia de duas a villa de Barcellos. Voltando a Norte se termina a vista nas montanhas do Gerez depois de gozar toda a ribeyra do rio Cávado na distancia, que vay desde a Ponte do Porto athé Villar de Frades. A cidade de Braga lhe fica ao nascente»<sup>1</sup>.

A uma distância aproximada de 6 km da Cidade de Braga, o centro urbano marcará provavelmente a história da inserção espacial do mosteiro, desde o início. Pouco ou nada se sabe sobre essa fase inicial. Certo é que em 1077, regista-se uma doação à Sé de Braga de bens na «villa Teudilanes (...) et est fundata ipsa villa proprie alveum Cathavo et est in loco de ipsa villa ubi modo fundato est monasterio»<sup>2</sup>. Do ponto de vista do impacto espacial do mosteiro, o momento chave é a concessão de um Couto a Tibães feita por D. Henrique e D. Teresa, em 1110<sup>3</sup>, reunindo numa única jurisdição várias freguesias. Concentremo-nos, por ora, em duas delas.

Encaixado num dos maços que compila a documentação do Mosteiro de Tibães relativa às Igrejas, encontra-se um relato sobre a igreja de Mire de Tibães. A atenção centra-se na relação entre as Freguesias de Mire e de S. Martinho (a do Mosteiro, propriamente dita) e nos elementos

---

<sup>1</sup> [Memória paroquial de S. Martinho de Tibães, 1758] *apud* Luís Fontes, *São Martinho de Tibães. Um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura* (Lisboa: IPPAR, 2005), 182-183. Esta vista da paisagem tem outros paralelos anteriores, constituindo como que uma tradição no reportório beneditino. Veja-se, por exemplo, a que fica gravada no Tombo de Tibães de 1654 – cf. Aurélio de Araújo Oliveira, «A Abadia de Tibães 1630/80-1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime» (tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras, 1979), vol.1, 44. Nas transcrições de documentação, separámos as palavras.

<sup>2</sup> Avelino Jesus da Costa, *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga* (Braga: Edição da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 2000), vol. II, 94.

<sup>3</sup> Aurélio de Araújo Oliveira, *A Abadia de Tibães 1630-1680. Estudo social e económico* (Porto: Faculdade de Letras, 1974), 46.

que as fizerem convergir. Ao mesmo tempo, percebem-se os movimentos divergentes, com a alusão a várias sentenças de demarcação. Não estando datado, o relato pode, no entanto, situar-se num intervalo entre as décadas de 1720 e de 1770<sup>4</sup>.

Vejamos, numa análise sumária, a partir precisamente desta peça, os dados que fixam aquilo que chamamos uma memória longa do território paroquial de Mire de Tibães. Nesta memória longa, o que interessa desde já valorizar é a coespacialidade destes territórios, isto é, «l'égglise paroissiale qui polarize de multiples territoires superposés, peut être considérée comme un commutateur de cospatialité»<sup>5</sup>.

Neste caso, a questão passa antes de mais pela separação e pela união de duas freguesias por causa de um mosteiro. O que significa que cabe ao mosteiro grande parte do protagonismo, negociando e impondo determinadas soluções espaciais.

Segundo o relato, «esta Igreja de Mire foi e esteve sempre unida ab initio, antes de haver Comendatarios, a este Mosteiro de Tibães, que nelle punha vigarios perpetuos confirmados pelo Arcebispo. Os Comendatarios a desanexarão e apresentarão Abbaes e Reytores, que comião as Rendas desta Igreja»<sup>6</sup>. Foi com o último abade comendatário, D. Frei Bernardo, Bispo de S. Tomé, no tempo do Arcebispo de Braga Baltazar Limpo (1550-1558), que a pedido daquele se tornou «a unir a mesma Igreja ao mosteiro como era dantes dos Comendatarios, cedendo, como cedeo, da apresentação»<sup>7</sup>. A carta de união data de 1558<sup>8</sup>. Esta união não consumou a solução monástica para o território paroquial. Só em 1614, ela se efetiva: «o Arcebispo de Braga D. Fr. Alleyxo de Meneses por lho pedirem os fregueses e por outros motivos, extinguiu esta freguesia e

---

<sup>4</sup> ADB, MC, Tibães, Gavetas n.º 713, [Gaveta II], documento não numerado, *Igreja de Mire*. A ordenação temática – Gavetas – e a numeração – 713 – seguem o inventário feito do fundo documental de Tibães, conservado no Arquivo Distrital de Braga. Cf. António de Sousa Araújo, e Armando B. Malheiro da Silva, *Inventário do fundo monástico conventual* (Braga: Arquivo Distrital / Universidade do Minho, 1985), 106-118. Sobre o intervalo crítico, apoiamonos provisoriamente nas seguintes pistas: pelas referências internas à documentação, nomeadamente a processos de sentenças e de demarcações cuja resolução é da década de 1720; a produção de uma nova arrumação o cartório e do arquivo na década de 1770 e que constitui, por excesso, o limite temporal máximo a atribuir a este documento. Mais: talvez se possa, futuramente, concluir que a redação deste documento constitui um memorial indireto da conflitualidade desencadeada pela realização de mais um tombo das propriedades de Mosteiro de Tibães, precisamente o de 1714-1715, matéria desta tese.

<sup>5</sup> Élisabeth Zadora-Rio, «Territoires paroissiaux et construction de l'espace vernaculaire», *Médiévales*, 49 (2005) (Disponível: <http://medievales.revues.org/1306>): 7.

<sup>6</sup> ADB, MC, Tibães, Gavetas n.º 713, [Gaveta II], documento não numerado, *Igreja de Mire*, fl.[1].

<sup>7</sup> ADB, MC, Tibães, Gavetas n.º 713, [Gaveta II], documento não numerado, *Igreja de Mire*, fl.[1].

<sup>8</sup> Assinada por Baltazar Limpo, remete-se para a «primeira gaveta do Cartorio, que tem por titulo = Igrejas do Mosteiro = n.º12. aonde se pode ver». Neste contexto, são referidos outros documentos, onde, para o que nos interessa aqui sublinhar, se menciona uma certidão das inquirições de D. Afonso II, de 1220, «da qual (...) consta que esta Igreja de Mire he de Tibaes, e que nella tem o Mosteiro Senarias e nove casaes». Cf. ADB, MC, Tibães, Gavetas n.º 713, [Gaveta II], documento não numerado, *Igreja de Mire*, fl.[1]. No instrumento que em 1776 rege a nova arrumação do cartório, refere-se esta disposição na primeira gaveta. Ver, infra, ponto 1.2. O extrato da inquirição, relativo ao Couto de Tibães, é publicado por Fontes, *São Martinho de Tibães*, 172-173.

a unio e incorporou a este Mosteiro de Tibães»<sup>9</sup>. Sublinhe-se a vontade de uns e a existência de outros motivos – a negociação e, provavelmente, a necessidade impositiva do mosteiro. Neste contexto são citadas várias peças documentais no cartório de Tibães. Uma delas é o «contrato, que este mosteiro fes com os freguesese de lhes compor, e consertar os caminhos para eles virem á Igreja deste mosteiro»<sup>10</sup>.

O que se segue, no relato, reforça essa extinção e a criação de um território paroquial dominado pelo mosteiro. O corpo de referências documentais tem o seguinte alinhamento: as demarcações «desta Igreja com as circunzinhas»; as sentenças referentes às primícias e aos dízimos; a sentença (de 1715) sobre uma capela em Parada de Tibães; as sentenças sobre os maninhos; as sentenças sobre a água; uma última menção sobre os editais relativos à abertura dos monte, privilégio do mosteiro, em que se destaca ser costume «reservar o mato ou Rosso no espasso que medeya entre a parede da bouça abaixo do engenho do azeite ate o muro da bouça da Amieira, e deste o Cruzeiro até Mire digo ate a quinta de Mire, por ser tudo passal»<sup>11</sup>. Com esta reserva, o mosteiro assinalava um vasto corredor em seu benefício exclusivo, para além de marcar explicitamente a força, escudada pelas sentenças, do seu domínio, onde se adivinham as oposições. Como bem observa Zadora-Rio, «les territoires paroissiaux apparaissent comme des espaces en négociation permanente, constamment redéfinis par les usages»<sup>12</sup>.

Entre 1792 e 1795, o oficial-engenheiro Custódio de Vilas-Boas percorreu o Entre-Douro e Minho, e fixou-lhe uma *Mapa*<sup>13</sup>. Interessante é perceber que relativamente ao Couto de Tibães aparecem representados os nomes das freguesias, menos S. Martinho de Tibães e Santa Maria de Mire (Mapa 01, Volume II). A fusão entre estas estava consumada, a favor do próprio couto e, arriscamos, do Monte de S. Gens.

---

<sup>9</sup> ADB, MC, Tibães, Gavetas, II, maço n.º 713, documento não numerado, *Igreja de Mire*, fl.[1v].

<sup>10</sup> ADB, MC, Tibães, Gavetas, II, maço n.º 713, documento não numerado, *Igreja de Mire*, fl.[1v].

<sup>11</sup> ADB, MC, Tibães, Gavetas, II, maço n.º 713, documento não numerado, *Igreja de Mire*, fl.[1v-2]. As sentenças aqui referidas estão significativamente arrumadas no designado *Livro primeiro das sentenças*. Neste núcleo das sentenças, há um livro especificamente para Mire – o sétimo.

<sup>12</sup> Zadora-Rio, «Territoires paroissiaux»,7.

<sup>13</sup> António Cruz, *Geografia e economia da provincia do Minho nos fins do século XVIII. Plano de descrição e subsídios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas recolhidos, anotados e por...* (Porto: Centro e Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970); Luis Miguel Moreira, *O Alto Minho na obra do Engenheiro Militar Custódio José Gomes de Villasboas* (Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade do Minho, 2011); Luís Miguel Alves de Bessa Moreira, «Cartografia, geografia e poder: o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal, na segunda metade do século XVIII» (tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2012).

Juntemos agora uma outra perspetiva sobre o couto – a que é fornecida pela Corografia de António Carvalho da Costa<sup>14</sup>, pelas Memórias Paroquiais de 1758 – as dos párocos e a do próprio mosteiro<sup>15</sup> -, a do próprio Vilas Boas no seu *cadastro*<sup>16</sup>. Com ela, ficamos com uma noção da população e da geografia paroquial, no que diz respeito, às apresentações dos párocos (Tabela 1).

Tabela 1. População e outras informações das freguesias pertencentes ao Couto de Tibães (séc. XVIII)

Freguesias <sup>17</sup>	Apresentação	Número de fogos		
		1706	1758	1800
Santa Maria de Mire	Abade beneditino de Tibães	25	85 <sup>18</sup>	117 <sup>19</sup>
S. Paio de Parada	Prior de Dume	30	33 <sup>20</sup>	49 <sup>21</sup>
Santa Maria de Panoias	Mitra de Braga		66 <sup>22</sup>	58 <sup>23</sup>
S. Pedro de Merelim	Reitor de Merelim de Parada	110	87 <sup>24</sup>	165 <sup>25</sup>
S. Paio de Merelim	Reitor de concurso sacerdotal	50	151 <sup>26</sup>	
S. Adrião de Padim da Graça	Mitra de Braga	120	106 <sup>27</sup>	107 <sup>28</sup>
S. Martinho de Tibães		35	85 <sup>29</sup>	Não refere

<sup>14</sup> António Carvalho da Costa, *Corografia portuguesa e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal, com as noticias das fundações das cidades, villas, & lugares, que contem; varões illustres, genealogias das familias obras, fundações de conventos, catálogos dos bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens* (Lisboa: Na Officina de Valentim da Costa Deslandes), tomo 1, 168-169.

<sup>15</sup> Luís Fontes, *São Martinho de Tibães, 182-187*; José Viriato Capela, *As freguesias do Distrito de Braga nas memórias Paroquiais de 1748. A construção do imaginário minhoto setecentista* (Braga, 2003), 187-189.

<sup>16</sup> António Cruz, *Geografia e economia*, Apêndice segundo – Cadastro da provincia do Minho, sem paginação.

<sup>17</sup> A ordem das freguesias segue a que consta do «cadastro» de Custódio Vilas-Boas.

<sup>18</sup> Nas Memórias Paroquiais, a informação é relativa apenas a Santa Maria de Mire de Tibães, e referem-se para além dos 85 fogos, 250 almas.

<sup>19</sup> Homens maiores de 14 anos: 189; mulheres maiores de 14 anos: 194; rapazes menores de 14 anos: 83; raparigas menores de 14 anos: 97.

<sup>20</sup> 137 almas.

<sup>21</sup> Homens maiores de 14 anos: 56; mulheres maiores de 14 anos: 93; rapazes menores de 14 anos: 20; raparigas menores de 14 anos: 27;

<sup>22</sup> 180 almas.

<sup>23</sup> Homens maiores de 14 anos: 113; mulheres maiores de 14 anos: 112; rapazes menores de 14 anos: 5; raparigas menores de 14 anos: 10.

<sup>24</sup> 300 almas.

<sup>25</sup> Homens maiores de 14 anos: 211; mulheres maiores de 14 anos: 240; rapazes menores de 14 anos: 115; raparigas menores de 14 anos: 85.

<sup>26</sup> 590 almas.

<sup>27</sup> Não indica almas.

<sup>28</sup> Homens maiores de 14 anos: 132; mulheres maiores de 14 anos: 189; rapazes menores de 14 anos: 89; raparigas menores de 14 anos: 59.

<sup>29</sup> Na Informação prestada pelo abade, a informação é relativa apenas a S. Martinho de Tibães, e referem-se para além dos 85 fogos, 335 almas.

Observe-se que as duas freguesias de Mire e S. Martinho são objeto de informação separada quer em 1702 quer em 1758 – o que transmite a ideia que ambas mantêm, apesar de tudo, uma relativa diferença para os seus autores.

O dado decisivo desde já a reter é que, no quadro do Couto, Tibães apenas controla uma igreja, donde recebe as rendas, isto é, os dízimos, fonte principal dos seus rendimentos globais – como veremos mais à frente. Os limites interparoquiais no espaço do couto serão motivo de conflitos e demarcações constantes.

*As demarcações: os marcos, as encruzilhadas e os limites das jurisdições.*

As variações dos limites das paróquias são processos complicados de analisar e de explicar. A este nível, e tal como defende Joaquim Ramos de Carvalho, podemos dizer que os limites das freguesias são mais virtuais que reais<sup>30</sup>. Neste contexto, vale a pena, com Rui Cunha Martins, levantar uma questão perturbadora e que fazemos questão de transportar para o nosso trabalho: «de que vale, com efeito, fixar marcos divisórios no limite do território, se os indivíduos englobados por essa lógica delimitadora não a interiorizarem e não se reconhecerem nela?»<sup>31</sup>. É precisamente esta a lógica que queremos aqui ressaltar. Os marcos depositados na paisagem visam «incorporar» o próprio espaço<sup>32</sup>.

A Freguesia de Mire de Tibães não fica alheia a este aspeto, uma vez que existem topónimos que na documentação do século XVIII aparecem como parte integrante da freguesia, mas que atualmente já se encontram fora dos seus limites administrativos.

Na reconstituição do espaço demarcado, iremos entrar em linha de conta com duas peças: a primeira, de 1614, que estabelece os limites da Freguesia do Mosteiro; a segunda, de 1714, que estabelece, por sua vez, os limites da Freguesia de Mire. Ambas as peças, apesar de desfazadas no tempo, pertencem ao mesmo arsenal demarcatório, reproduzindo as várias

---

<sup>30</sup> Joaquim Ramos Carvalho, «Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)» (tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras, Coimbra, 1997), 184.

<sup>31</sup> Rui Cunha Martins, *O Método da Fronteira. Radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas)* (Coimbra: Almedina, 2008), 54.

<sup>32</sup> Martins, *O Método da Fronteira*, 54. Por sua vez Carlos Alberto Afonso refere que «a técnica da demarcação com marcos produz, por outro lado, um espaço comum entre os dois vizinhos ou confrontantes, (...) a faixa que separa duas propriedades (...) comum aos dois lados. Por vezes, a margem aparece objectificada por um muro, o qual é dito meeiro (...). Assim, os próprios marcos, como um muro, são *meeiros*, porque estão na *margem*, assentados no sulco comum». Cf. Carlos Alberto Afonso, «O poder do espaço: dominação simbólica, território e identidade nas montanhas de Trás-os-Montes» (tese de doutoramento, Coimbra, Departamento de Antropologia da Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1994), 97.



operações que ao longo do tempo se foram acumulando nos territórios paroquiais de Tibães e na plataforma constituída pelo seu couto.

Apesar de relativamente longas, passamos a apresentar os relatos demarcatórios, ensaiando ao mesmo tempo a deteção daquilo que chamamos janelas de demarcação, representadas pela ocorrência ou concentração de marcos de pedra ou outro tipo de materiais que os substituem (Tabelas 2 e 3). Como ponto de referência desse trabalho, construímos um mapa que projeta os limites e os marcos (Mapa 02, Volume II). Produto do trabalho de campo desenvolvido, foi possível detetar alguns desses marcos<sup>33</sup>.

Tabela 2. «Demarcação da Dreguesia deste Mosteiro» (1614)<sup>34</sup>

Janelas de Demarcação	Relato
1  Marcos 1, 2 e 3 (fotografias 1 a 5, Volume II)	(fl.12v) «a Freguesia do Mosteiro de Tibais, parte e começa em o marco de bilheiró onde se parte a jurisdição deste couto com a villa de barcellos e a Freguesia de Martim. Este marco de bilheiró, he o que está junto ao caminho que vem da pousa pera bragua, e he o terceiro marco que na demarcação deste couto se fes menção»
2  Marco 4 (fotografia 6, Volume II)	(fl.12v) «e dahi vai cortando direito pelos marcos que estão na demarcação do couto ao pé do monte de S. Gens ao marco das dianteiras de cabreiros»
3	(fls.12v) «e dahi ao marco de sob. Sã Gens»
4	(fl.12v) «e dahi as pedras alvas dentre as caãs que antiguamente chamavam pedras entarameladas onde está outro marco junto da fonte de S. Gens que está em hum campo; e abaixo deste marco estão huãs casas e pinheiros»
5	(fls.12v-13) «e dahi a outro marco que vai ter pellas raizes do monte a deveza de dom pedro da quinta de vilaça onde parte com santa rocaia e semelhe. Esta igreja de santa rocaia se extinguiu e se uniu a igreja de S. João de Semelhe»
6	(fl.13) «e dahi ao marco que está acima das devezas do Mosteiro do Populo de Bragua que são do assento de semelhe – no qual se divide o termo de Bragua, Barcellos e Tibais, e ahi chegão e passão alem as devezas deste Mosteiro de Tybais»

<sup>33</sup> Cf. Manuel Nunes, Cristiano Cardoso, Luís Sousa, e Carlos Gonçalves, «Marcos de propriedade no concelho de Lousada: nota para a sua significação histórica-arqueológica», *Oppidum*, 2 (2007): 39-52. Contamos, em breve, sistematizar a informação sobre os marcos, publicando o seu catálogo.

<sup>34</sup> ADB, MC, Tibães, Mostradores das Propriedades, n.º698, «Livro do estado em que estão as Propriedades deste mosteiro de Tibais este anno de 1614 e do que a elle pertence de terras e jurisdição», 1614, fls. 12v. -14.

<p>7</p> <p>Marcos 5, 6 e 7 (fotografias 7, 8 e 9, Volume II)</p>	<p>(fl.13)</p> <p>«e dahi pelo caminho que vem pera Semelhe que estava onde agora estão as casas da quinta de Semelhe, não he este por onde agora vão pera a quinta, porque hia por onde agora estão os três marcos dentro na quinta e ahi he porque este atombamento feito no anno de 1555 e depois paulo machado de Bragua que tinha o dito assento e quinta, não passando os limites da quinta donde hera couto e termo de Bragua tomou e meteo dentro tudo o que agora está dos ditos três marcos ate o caminho que vai para a dita quinta como agora sercados, inda que os padres acrescentarão alguã cousa com licença deste mosteiro; e pella dita tomada e devezas que estão de fora da serqua aforou o dito paulo machado e se lhe fes prazo, ou adição de prazo que está no cartorio no primeiro livro de prazos fol. 21 e sempre foi a demarcação da freguesia por onde vai a demarcação do couto por aquella parte, mas agora vai fazendo volta e do dito terceiro marco que está dentro e alem donde agora estão o padrão de Semelhe; porque onde estava antes de se mudar a igreja pera onde agora está, abaixo das casas deste moesteiro no lugar da Mota, he donde estão as portas da quinta de Semelhe</p>
<p>8</p>	<p>(fls.13-13v)</p> <p>«e do dito marco vai cortando direito as pedras que estão ao poente do campo de sob rriba que he deste Mosteiro de Tybais, e trazem os padres do populo com as mais terras que forão do dito paulo machado, enquanto não dão propriedade que valha cem mil reis conforme o contrato»</p>
<p>9</p>	<p>(fl.13v)</p> <p>«e dahi vai direito a crux de páo que está entre este Mosteiro e Parada»</p>
<p>10</p> <p>Marco 8 (fotografia 10, Volume II)</p>	<p>(fl.13v)</p> <p>«e dahi por valo e marco que está no valo do pedroso»</p>
<p>11</p>	<p>(fl.13v)</p> <p>«e dahi onde está hum sobreiro nos coivos; e nesta parte se fes huã casa onde mora Hyeronimo Francisco e sua mulher, e são freiguezes deste Mosteiro de Tybais»</p>
<p>12</p>	<p>(fl.13v)</p> <p>«e dahi vai por baixo do Campo de Fijão (?) do Casal do Ribeiro cito em Santo Adrião, onde depois se fes huã bouça que he deste mosteiro do Casal de Villa que está no dito campo»</p>
<p>13</p>	<p>(fl.13v)</p> <p>«e dahi ao marco da crux onde parte a Freguesia do Mosteiro com a Freguesia de Mire e com a de Santo Adrião. E este marco está abaixo das devesas deste mosteiro, e arredor delle estão quatro sobreiros.</p>
<p>14</p>	<p>(fl.13v)</p> <p>«e começando a demarcação entre este mosteiro e Santo Adrião ouve duvidas, pelo que depois de citado o Cónego Tristão Luis Abbade da dita igreja em presença de seu Procurador Fernão Alvares, e aprazimento das partes tomadas testemunhas se continuou com a demarcação, de modo que do dito marco da crux dahi vai correndo a Freguesia do Mosteiro direito a outro marco que sohia estar a parreira dansem (?) que he dentro no campo do Casal dos Carvalhos, onde</p>

	está hum marco dentre o que agora he campo e devesa»
15	(fl.13v) «e deste marco vai cortando direito a freguesia ao cabeço do crestelo, onde está hum marco no cimo do dito monte que está alem do sobral pera a banda do Rio Cabado»
16	(fls.13v-14) «e dahi direito por onde costumava estar o castanheiro das poças, onde está hum marco no cabeço que está logo acima donde estava o dito castanheiro das poças, onde se achou partir este Mosteiro e Santo Adrião»
17  Marcos 1, 2 e 3 (fotografias 1 a 5, Volume II)	(fl.14) «e dahi vai direito ao marco de bilheiró onde se começou a demarcação desta freguesia; e onde parte a jurisdição deste couto com a jurisdição da Villa de Barcellos. E sempre este mosteiro esta em posse desta freguesia pelas ditas demarcações, sem em tempo algum aver pessoa que contra isso fosse, nem se queixasse. E todos os que morão neste distrito ou tem nelle alguns campos pagão dizimo a este mosteiro como pagão os freiguezes das mais freguesias».

Tabela 3. «Demarcação do limite da freiguesia de Santa Maria de Mire do Mosteiro de Sam Martinho de Tibaiães» (1714)<sup>35</sup>

Janelas de Demarcação	Relato
1	(fl. 858) «comessa esta demarcação dos lemites da Freiguesia de Santa Maria de Mire do Mosteiro de Sam Martinho de Tibaiães ao voqueiraõ do Rio Torto naquella parte a donde entra no Rio Cavado adonde chamaõ Fontinha de Igreja, e Carvalhinho adonde se meteu hum marco quadrado como letreiro digo com hum letreiro que dis Freiguesia de Mire que ficou junto ao outro marco antigo redondo que tem huã crus em sima, e neste marco se comessa a demarcar os lemites da dita Freiguesia de Mire com a Freiguesia de Santo Adriaõ de Padim»
2	(fls. 858-859) «e do dito marco caminhando pera a sul se vaj ter ao outro marco que esta fora da tapajem da testa sul do dito Campo do Carvalhinho que ficou entre o caminho que vaj do Lugar da Cancellia pera a Fontinha de Igreja adonde fica hum marco na forma do asima dito, E junto a elle hum marco antigo redondo com huã crus em sima»
3	(fl. 859) «e deste marco caminhando pera o sul por entre os Campos de Rossas se vaj em direitura ao Campo da Togeira de João Rodrigues Panque de Braga no qual campo no meio delle a donde esta huã renfre de huveiras que corre de norte a sul emcostado a testa norte do dito campo fica outro marco na mesma forma do asima declarados ficando a metade do dito campo pera o nasente pera a

<sup>35</sup> ADB, MC, Tombo de Tibães, Tombo de Tibães, n°55, 1714, fls. 858-864.

	Freiguesia de Mire e a outra a metade delle do poente pera a Freiguesia de Santo Adriaõ de Padim»
4  Marco 8 (fotografia 10, Volume II)	(fl. 859) «e deste marco caminhando pera o sul se atravessa o caminho de carro que vai pera Padim , e se entra pella Quinta de Mire do Mosteiro se vai ter ao outro marco que de novo se meteu na mesma forma dos atras declarados que fica junto ao outro marco antigo redondo junto ao rego de estivis»
5  Marcos 9 (fotografias 11, Volume II)	(fl. 859) «e continuando pella mesma Quinta de Mire se vaj ter por baixo das cazas della da parte poente das mesmas cazas, e junto ao muro da parte de dentro delle se meteu outro marco quadrado, e alto com hum letreiro que dis Freiguesia de Mire que ficou junto ao outro marco antigo, e alto e grande»
6	(fls. 859-859v) «e deste marco atravessando a estrada que uai do Barco da Graça pera a cidade de Braga caminhando pera o sul se vai continuando pello monte asima em direitura e se vai ter ao outro marco chamado da emcruzilhada que he na forma dos que dito fica, que tem dois letreiros, que hum dis Freiguesia do Mosteiro, e outro dis Freiguesia de Mire, que de novo se meteu junto a outro marco antigo pequeno e neste marco se acabou os limites da dita Freiguesia de Mire com a dita Freiguesia de Santo Adriaõ de Padim e nelle principia os lemites da dita Freiguesia de Mire com os da Freiguesia do Mosteiro»
7	(fl. 859v) «e virando sobre a maõ esquerda caminhando pera o nasente se vai ter a outro marco que de novo se meteu na forma dos asima que fica junto ao caminho que vaj do mosteiro pera o Lugar das Barrozas»
8	(fl. 859v) «e deste marco caminhando pera o nasente se vai ter a Bouça do Carrasqual que he do mosteiro»
9	(fl. 859v) «e se vai ter a outro que he da forma dos atras declarados e se chama dos gouvos o qual marco fica defronte do Campo da Lagoa da parte do poente delle em hum alto sobranceiro ao dito campo e neste marco finda o limite da dita Freiguesia do Mosteiro , e principia o limite da dita Freiguesia de Mire com a Freiguesia de Parada»
10	(fls. 859v-860) «e caminhando do dito marco pera o nasente se vai ter outro marco que se meteu no campo chamado da caza nova, na testa nasente do dito campo e junto a tapajem delle da parte de dentro a quoa tapajem divide o dito campo da estrada que vaj pera Braga»
11  Marco 10 (fotografia 13, Volume II)	(fl. 860) «e deste marco continuando em direitura pera o nasente atravessando a dita estrada, e a propriedade de Balthezar Salgado Chaves de Braga que he do mosteiro, e a Veiga de Agradas Velhas se vai ter ao caminho que vaj de Agradas ter a estrada que vaj pera Braga, e no dito caminho no vallo da testa nasente da dita Veiga de Agradas Velhas se meteu outro marco quadrado, e alto com hum letreiro que dis Freiguesia de Mire que divide a dezimaria da dita Freiguesia de Mire da dita Freiguesia de Parada»

12  Marco 11 (fotografia 14, Volume II)	(fl. 860) «e virando sobre a mão esquerda caminhando pera o norte cazi pegado ao marco asima na mesma direitura se meteu outro marco na forma do asima que deuide os limites das ditas friguezias e neste marco acabou a demarcação dos lemites da Freiguezia de Mire com a Freiguezia de Parada ; e principia a demarcação da dita Freiguezia de Mire com a Freiguezia de Panoas»
13	(fl. 860) «e caminhando pera o norte pello caminho se vai ter a hum marco que de novo se meteu que fica no fim da quingosta emcostado ao ballo da Boussa da Giesteira»
14  Marco 12 (fotografia 15, Volume II)	(fls. 860-860v) «e do dito marco que he quadrado e alto que tem hum Letrei [sic] que dis Freiguezia de Mire continuando pera o norte se pera o norte se emtra pella quinta de Joseph Lopes Pais de Braga adonde este tem as cazas se vai ter ao Lugar de Penellas adonde mora Francisco Peixoto, e emcostado ao outaõ do sul de huãs cazas terreas se meteu outro marco na mesma forma do assima , e estaõ as ditas cazas parte dellas pera o nasente na Freiguezia de Panoas e a outra parte pera o poente na dita Freiguezia de Mire e correm as ditas cazas de norte a sul, e tem as portas pera o nasente»
15	(fl. 860v) «e do sobredito marco caminhando pera o norte se vaj ter a outro marco que de novo se meteu junto e por sima da eira das Farinheiras, e junto a testa sul do outaõ de huas cazas terreas que tem a porta pera o poente o qual marco he da mesma forma dos asima declarados e tem o mesmo letreiro»
16	(fl. 860v) «e deste marco caminhando pera o norte se vai ter ao Lugar de Penellas de baixo ao outro marco que de novo se meteu por baixo do dito lugar na testa poente delle jumto a huñs penedos a serventia de campos por baixo da eira de bento dias e he o dito marco quadrado e alto que tem letreiro que dis Freiguezia de Mire»
17  Marco 13 (fotografia 16, Volume II)	(fls. 860v-861) «e deste marco caminhando pera o norte se atravessa o Rio Torto, e caminhando pella quingosta asima que vaj ter ao Lugar de Sobrado, e antes de chegar ao fim da dita quingosta de dentro da tapajem de Andre Fernandes que esta da parte do do nasente da dita quingosta , e junto a parede que deuide o dito eido da dita quingosta da parte de dentro se meteu de novo outro marco quadrado, e alto com o letrei [sic] que dis Freiguezia de Mire»
18	(fl. 861) «e deste marco contando por entre as cazas e cortelho do dito Andre Fernandes , e eido de Domingos Ramos do dito lugar se vaj ter a outro marco que de novo se meteu na forma do assima dito que esta no caminho do lugar, e fica junto a hum penedo que tinha hua crus que se dice ser marco antigo»
19	(fl. 861) «e deste marco caminhando pera o norte pello caminho que vaj ter ao monte do covo se vaj ter a outro marco q se meteu de novo na forma do asima que ficou junto a tapajem da testa poente da bouça de entre a Garganteira e Curugeira junto a huã lajem adonde estava

	huã lajem que diceraõ ser marco antigo»
20	(fls. 861-861v) «e deste marco caminhando pera o nasente por junto do valo que deve a Bouça da Curugeira da Bouça da Torre se vaj ter a outro marco que de novo se meteu no quanto do poente e sul de huã leira pertença da quinta do Beneficiado João Lopes do Campo dos Touros da cidade de Braga adonde esta a serventia da dita quinta e de outras pessoas , e fica o dito marco no valo da dita leira junto ao caminho que vem de Sam Vicensso pera as Bouças do Covo o quoyal marco he na forma dos que»
21	(fl. 861v) «e deste marco caminhando pera o nasente por junto de hum vallo se vaj ter a outro marco que se meteu na Boussa chamada do Salgueiro de serpe que fica junto a huñs penedos em hum dos quais no major delles estava huã que se dice servia de marco antigo entre estas freiguezias o qual marco que agora se meteu he quadrado e alto como tambem todos os mais de que atras se fas mencaõ com os letreiros em cada huã de lles que dizem Freiguezia de Mire, e neste marco se acabou de demarcar a dita Freiguezia de Mire com a Freiguezia de Panoas, e nelle principia a demarcação da dita Freiguezia de Mire com a Freiguezia de Sam Pajo da Ponte da Comenda (fl. 862v) «comessa o lemite da dita Freiguezia de Mire com a dita Freiguezia de Sam Paio da Ponte e o ultimo marco da Freiguezia de Panoas, e o ultimo atras declarado na demarcação e marco que esta na bouça chamada do Salgueiro da Serpe»
22	(fls. 862v-863) «e continuando do dito marco pera o nasente se vai ter a outro marco que de novo se meteu junto a hum penedo que esta pera a testa sul da bouça chamada de Serpe e dentro da tapajem da mesma bouça que confronta desta parte com o monte de fora o qual marco he quadrado e alto que tem hum letrei [sic] q dis Freiguezia de Mire»
23	(fl. 863) «e deste marco caminhando pera o norte se vai ter a outro marco que de novo se meteo junto a hum penedo dentro em outra Bouça da Serpe de frente da Boussa da Cachada e he o dito marco na forma do asima dito»
24	(fl. 863) «e comtinuando deste marco virando sobre a maõ esquerda caminhando pera o norte imclinando alguã couza pera o poente se vaj ter a outro marco que de novo se meteu junto a hum penedo que tinha huã crus e se dice servia de demarcar as ditas freiguezias o qual penedo, e marco fica quazi junto a testa poente da bouça das giestas, que pesue Luis Pereira Soares da dita freiguezia , e Joaõ Carvalho estudante de Coimbra do Campo de Santa Anna da cidade de Braga foreira ao mosteiro o qual marco he na forma dos asima declarados , e com o mesmo letreiro»
25	(fl. 863) «e deste marco caminhando pera o norte imclinando alguão couza pera o poente se vaj ter a outro marco que se meteu de novo no valo alto da parte do norte da bouça de sobre o Carregal quazi na direitura

	do meio da dita bouça»
26	(fls. 863-863v) «e deste marco caminhando pera o norte imclinando alguã couza pera o poente se vaj ter a Bouça da Ladroeira de dentro, e no valo que deuide a dita Bouça da Ladroeira do Carregal dalem quazi junto ao Rio Cavado se meteu outro marco quadrado e alto com hum letreiro q diz Freiguesia de Mire na forma dos mais e neste marco se acabou de demarcar os lemites da dita freiguesia com a Freiguesia d Sam Pajo da Ponte»
27	(fl. 863v) «e do dito marco cortando e atravessando o Rio Cavado athe vea dagoa e pella vea dagoa do dito rio abaixo caminhando pera o poente athe chegar aquella parte em que o Rio Torto entra no Rio Cavado adonde comessou esta demarcação he a metade da de digo esta demarcação he a dezimaria da a metade do dito rio da dita Freiguesia de Mire com que confronta esta freiguesia do nasente com a dita Freiguesia de Sam Paio da Ponte e com a Freiguesia de Panoas, e do poente com a Freiguesia de Santo Adriaõ de Padim e do norte com o Rio Cavado e do sul com a Freiguesia do Mosteiro de Tibaiñs e Freiguesia de Parada».

O mapa 2 (Volume II) que apresentamos demonstra os marcos delimitadores por nós encontrados e devidamente georeferenciados nos vários momentos de prospeção do terreno. Duas ordens de observações:

- a primeira, mais metodológica, tem a ver com a discrepância entre os limites antigos e os limites atuais das mesmas freguesias. Os limites atualmente apresentados pelo Instituto Geográfico do Exército diferem dos limites que os marcos delineam na paisagem. Um bom exemplo do que aqui referimos é o traçado da Quinta de Mire. Segundo os residentes da freguesia, as terras da Quinta de Mire encontram-se 2/3 dentro da freguesia e 1/3 fora dela. De facto, os limites proporcionados pelos marcos parecem ir ao encontro desta ideia. Porém, os limites atuais parecem refutar esta informação na medida em que colocam totalmente de fora a referida propriedade. A captação fina desta realidade constitui um horizonte complexo de busca, quase todo por fazer na história da nossa geografia paroquial;

- a segunda ordem de observações, mais específica, remete para a perceção das dimensões e interações entre as duas freguesias que se unem no quadro do Mosteiro de Tibães. Para além das rendas, compreende-se através desta reconstituição cartográfica a necessidade quase física que S. Martinho de Tibães (a Freguesia antiga do Mosteiro) tem de se unir a Mire – trata-se de alcançar a veiga e o próprio rio Cávado. O que revela de forma muito significativa o próprio processo de constituição paroquial na longa duração: a freguesia antiga constituiu-se em torno de um Mosteiro (antiga *villa*) atraído e circunscrito por um monte. O crescimento do seu

espaço de influência mistura-se com a ambição de avançar em direção a norte, chocando ou confundindo-se com uma outra paróquia. A configuração da atual freguesia tem assim no seu atual centro uma espécie de afunilamento que decorre do processo tardio da sua constituição e das forças geradas pelas paróquias vizinhas.

O levantamento tipológico dos marcos permite indiciar o lastro de demarcações antigas, sendo que entre a descrição de 1614 (que recupera outras anteriores, do século XVI) e a de 1714 há diferenças quantitativas e qualitativas (tabela 4).

Tabela 4. Tipologia dos marcos em 1614 e 1714

Tipo de Marco	
1614	1714
Cruz de pau	Lage (marco antigo)
Marco da cruz	Marco quadrado com letreiro
Pedras alvas / pedras entaremeladas	Marco redondo com uma cruz em cima (marco antigo)
	Penedo com cruz (marco antigo)

Na demarcação de 1614 não existe menção a marcos antigos; na de de 1714 há uma diferença entre o marco redondo antigo e o marco quadrado, com letreiro, contemporâneo; para além da referência à antiguidade de outros materiais – penedo e lage<sup>36</sup>.

---

<sup>36</sup>Vários são os litígios onde se dá ordem para que os marcos do couto, arrancados sem autorização, sejam repostos nos sítios. Vejamos por exemplo, uma sentença em que há uma petição por parte da vila de Barcelos para que se mande medir e demarcar por marcos a divisão do Couto do Mosteiro de Tibães por estarem arrancados alguns marcos: «Estando já feita a dita demarcação asi e na mesma forma que se tinha/determinados, foram os vereadores da dita cidade passados alguns dias, Com alguã gen=/te armada ao dito sitio, e tiraram de noute, e tiraram três marcos da dita demarcação comque/ deram cauza a que se queixasse ao dito Senhor que foi servido mandar pla provizam» - ADB, MC, Tibães, Sentenças, n°16, fls. 91-96v.



Em 1718, no âmbito de uma correição ao couto, o mosteiro é obrigado, entre outras coisas, a marcar uma posição aparentemente inesperada: «provará que unido ao dito couto (...) foi o dito abade constetuhido cabeça de motim agregando alguns clérigos asi e convocando os seus fregueses a que fosem com elle e confirmassem o que elle disese, e entrando a responder publicamente pella sua parte os mandava por aclamação responder que dizião o mesmo e outra mais cousas entre as quaes foy publicamente insinuar-lhes que se la antigamente houve um Moyses que livrou e resgatou o povo de Israel que elle era o segundo Moyses que os havia de resgatar do jugo do Mosteyro a que estavam sujeytos»<sup>37</sup>. O abade em causa é o de Padim, Jerónimo Rebelo de Macedo – o «Moisés» do couto.

O contexto em que ocorre a correição é muito preciso – o mosteiro acaba de realizar o seu tombo de propriedades<sup>38</sup>. A radiografia do processo propriamente dito evidencia as várias linhas de conflitualidade entre o mosteiro e a população do couto. Essa análise foi feita por Anabela Ramos<sup>39</sup>.

São quatro as queixas apresentadas ao corregedor do Porto, Manuel Ribeiro Galvão, com grave perturbação «da Republica do dito couto»<sup>40</sup>:

- a intrusão do mosteiro nas eleições camarárias – de tal forma que influenciavam decisivamente os resultados, fazendo eleger os seus «afelhados»;
- a apropriação que o mosteiro fazia das correições gerais do couto que deveriam ser feitas pela câmara e, de facto, eram realizadas pelo mosteiro, condenando este, assistindo aquela apenas como testemunha;
- a restrição feita por parte do mosteiro do uso dos maninhos por parte da população;
- a proibição por parte do mosteiro do uso livre do Rio Cávado, nomeadamente da «liberdade natural e direyto das gentes» de pescar.

---

<sup>37</sup> ADB, MC, Tibães, n.º 18, Sentenças, Processo de correição, 1718, fl.158v.

<sup>38</sup> ADB, MC, Tibães, Tombo de Tibães, n.º55 e 56, vols. I e II, 1714, 1715. A conclusão do tombo, com a sentença final, é precisamente de 1718.

<sup>39</sup> Anabela Ramos, «Couto de Tibães: câmara, ouvidor e corregedor. Poderes em confronto do século XVIII até à extinção», em *IV Congresso Histórico de Guimarães. Do absolutismo ao liberalismo. Actas*. (Guimarães: Câmara Municipal, 2009), 173-188.

<sup>40</sup> ADB, MC, Tibães, n.º 18, Sentenças, Processo de correição, 1718, fl.143v.

Impressiva é a alegação da população, apresentada «em hum papel e requerimento oculto»<sup>41</sup>, relativamente aos maninhos: que quando se tinha feito essa concessão – as alegações falam do foral manuelino - «já a povoação de thibains estava feyta e suas freguesias e na direção e creaçam do dito couto já os Senhores Reys seus antecessores tinham dado os ditos maninhos e rosso aos moradores do dito coutto»<sup>42</sup>.

O corregedor dará razão ao povo. O mosteiro protestará e conseguirá, mais tarde, ganhar em instância superior. Quer as queixas populares, quer a vitória final do mosteiro, não são invulgares – constituem uma marca do quotidiano do couto<sup>43</sup>. Em causa está, mais uma vez, a demarcação, agora interna, das jurisdições. A reconstituição desta conflitualidade e a sua inscrição espacial concreta constituem, assim, um plano a ter em conta na ponderação da paisagem dominada pelo mosteiro<sup>44</sup>. A questão dos maninhos e do acesso ao rio são pontos nevrálgicos<sup>45</sup>. Por seu turno, essa negociação permanente tem que ser percebida na longa duração.<sup>46</sup>

---

<sup>41</sup> ADB, MC, Tibães, n.º 18, Sentenças, Processo de correição, 1718, fl.143v.

<sup>42</sup> ADB, MC, Tibães, n.º 18, Sentenças, Processo de correição, 1718, fl.1152-152v.

<sup>43</sup> Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813...», I, 158-170.

<sup>44</sup> Sobre esta conflitualidade, no quadro das movimentações camponesas, veja-se, para o caso do Mosteiro de Santa Cruz de Coimbra, Margarida Sobral Neto, *O universo da comunidade rural* (Viseu: Palimage, 2010), 93-115; Margarida Sobral Neto, *Terra e conflito. Região de Coimbra (1700 – 1834)*. (Viseu: Palimage, 1997).

<sup>45</sup> Em 1806, desencadeia-se, na região de Braga, um movimento contra o emprazamento de terras comuns que mobiliza numa queixa coletiva ao Rei mais de 2500 agricultores. Cf. José Tengarrinha, *E o povo onde está? Política popular, contrarrevolução e reforma em Portugal* (Lisboa: Esfereia do Caos, 2008), 36. Um enquadramento mais amplo é feito em José Tengarrinha, *Movimentos populares agrários em Portugal* (Mem Martins: Europa-América, 1994), 2 vols. Sobre a condição do campesinato no noroeste e na região de Braga, veja-se: Margarida Durães, «Herança e sucessão. Leis, práticas e costumes no termo de Braga séculos XVIII-XIX» (Braga: Universidade do Minho, 2000), 2 vols; Margarida Durães, «Posse da terra na região rural de Braga no século XVIII», *Ler História*, 43 (2002): 57-83; José Viriato Capela, «População e sociedade rural do termo de Braga no 1.º quartel do século XVIII (apresentação de um fonte)», *Bracara Augusta*, vol. XXXIX, fasc. 86-87 (100-101) (1985): 162-191; José Viriato Capela, *O Município de Braga de 1750 a 1834. O governo e a administração económica e financeira* (Braga, Câmara Municipal de Braga, 1991); Olanda Barbosa Vilaça, «Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime» (tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2012).

<sup>46</sup> Cf. Manuel Carlos Silva, *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste português* (Porto: Afrontamento, 1998); Manuel Carlos Silva, «Capítulo 1: Sociedades rurais, sistemas fundiários e campesinato em Portugal», em *Sócio-antropologia rural e urbana. Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-210)* (Porto: Afrontamento, 2012), 21-39; Irene Maria Vaquinhas, *Violência, justiça e sociedade rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918* (Porto: Afrontamento, 1995); Dulce Freire, Inês Fonseca, Paula Godinho coord. *Mundo rural. Transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)* (Lisboa: Colibri / Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2004).



## 1.2. O DOMÍNIO ECONÓMICO

### *O index do arquivo: a impossibilidade do puzzle original*

Em 1776, no Mosteiro de Tibães é feito um novo *Index do cartorio*<sup>47</sup>. A primeira constatação dos seus autores é «que neste Archivo se achão muy poucos titulos antigos, assim pella diuturnidade do tempo que tudo consome, como por passar este mosteiro a maens de commendatarios que forão a destruição geral de todos os mosteiros em que tiveram administração»<sup>48</sup>.

Para além das palavras de ordem, o que interessa é perceber que tal ausência se deve ao facto desses comendatários arrecadarem as rendas através de procuradores e feitores que ficavam com os títulos de património. Os «papeis» acumulados em mãos particulares não retornavam ao cartório monástico, «e assim sucedendo os commendatarios, e seus procuradores huns aos outros, de dia em dia se forão sempre alienando do cartorio os titulos antigos, e primordiais deles»<sup>49</sup>. A mudança de regime, dos abades comendatários para os «prelados tiennais» não provocou, dentro desta lógica dispersiva, grandes mudanças. O «archivo» continuava a não receber o que de lá se levava, «ficand huns juntos à (sic) cauzas outros por casa dos letrados que se consultavão, e outros finalmente se achavão em espólios dos prelados e procuradores»<sup>50</sup>.

O *Index* de 1776 é feito para atalhar estes problemas e proporcionar uma passagem da documentação entre os «cartorarios», para que se não extraviem os títulos e seja rápido encontrá-los. O *Index* investe sobre o espaço, «Caza», onde se conservava a documentação: o claustro. O princípio de arrumação passa por considerar fundamentalmente uma diferença entre «Archivo» e «Cartorio»: enquanto este deve conservar a matéria corrente - «papeis, que se andão

---

<sup>47</sup>ADB, MC, CSB, Gavetas, n° 1, Índice do cartório, 1776, *Index do Cartorio do Mosteiro de São Martinho de Tibaens e do da Congregação feito no anno de 1776*. Para uma comparação dos procedimentos, veja-se Aida Mata, Anabela Ramos, e Maria José Soares, «Manuscritos da Livraria do Mosteiro de São Martinho de Tibães», *Forum*, 27 (Jan.-Jun 2000): 69-124.

<sup>48</sup>ADB, MC, CSB, Gavetas, n° 1, Índice do cartório, 1776, *Index do Cartorio do Mosteiro de São Martinho de Tibaens e do da Congregação feito no anno de 1776*, fl.1.

<sup>49</sup>ADB, MC, CSB, Gavetas, n° 1, Índice do cartório, 1776, *Index do Cartorio do Mosteiro de São Martinho de Tibaens e do da Congregação feito no anno de 1776*, fl.1.

<sup>50</sup>ADB, MC, CSB, Gavetas, n° 1, Índice do cartório, 1776, *Index do Cartorio do Mosteiro de São Martinho de Tibaens e do da Congregação feito no anno de 1776*, fl.1v.

commummente manejando como são os Livros de Recibo»<sup>51</sup>, o outro deve preservar todo o resto da documentação.

A lógica de arrumação do arquivo orienta-se para a separação, no clustro, entre os documentos de Tibães e os da Congregação. Naqueles, há um centro – um «guardarropa» - onde se alojam em gavetas superiores as matérias constantes das 16 entradas iniciais do catálogo efetuado (cf. figura 1). Na parte inferior do referido móvel estão 3 gavetões «que tem por ora huns mostradores dezencadernados que se hião fazendo sobre o regulamento do tomo dos anos de 1715 e 1716 que se não acabarão cuja cauza se ignora»<sup>52</sup>.

Debaixo destes estão os tombos. O resto da documentação, nomeadamente os livros de arrendamentos, envolve o móvel, em outras estantes.

Sobre a matéria dos prazos, as explicações alongam-se: «não se pozerão nos prazos os nomes dos emprazados, pois de nada serve dizer que foy emprazado a Joze Annes, ou Francisco Gonçalves; também não se pöz a renda porquanto antigamente como todos os cazaes erão de simplex colonia, delle se pagava o que o mosteiro ajustava com os cazeiros nem menos se poz a natureza das investiduras, pois como acabadas as trez vidas revertiam ao senhorio as propriedades para este as dar a quem lhe parecesse, sendo que alguas vezes erão de duas vidas, e tambem por huma só vida, por este motivo não podião verdadeiramente servir as investiduras, que nos ditos prazos se achão para por ellas se governarem nas renovaçoens actues»<sup>53</sup>

Com este horizonte, formula-se o fulcro da questão - a impossibilidade de remeter para um estrato documental original e condicionante de toda a política de arrendamento: «sendo este ponto hum dos delirantes prejuizos, que alguns sujeitos, que tratam de prazos se achão preocupados em quererem renovar os prazos por algum, que acharão de tempo antigo, como se acazo aquelles, que eles acharão fosse o primordial»<sup>54</sup>. O Index de 1776 constitui assim um espelho da contínua movimentação da terra, bem longe de um passado «primordial»<sup>55</sup>..

---

<sup>51</sup>ADB, MC, CSB, Gavetas, n° 1, Índice do cartório, 1776, *Index do Cartorio do Mosteiro de São Martinho de Tibaens e do da Congregação feito no anno de 1776.*, fl.1v.

<sup>52</sup>ADB, MC, CSB, Gavetas, n° 1, Índice do cartório, 1776, *Index do Cartorio do Mosteiro de São Martinho de Tibaens e do da Congregação feito no anno de 1776.*, fl 4.

<sup>53</sup>ADB, MC, CSB, Gavetas, n° 1, Índice do cartório, 1776, *Index do Cartorio do Mosteiro de São Martinho de Tibaens e do da Congregação feito no anno de 1776.*, fl 5.

<sup>54</sup>ADB, MC, CSB, Gavetas, n° 1, Índice do cartório, 1776, *Index do Cartorio do Mosteiro de São Martinho de Tibaens e do da Congregação feito no anno de 1776.*, fl 5.

<sup>55</sup> Sobre esse passado, numa genealogia espiritual mas também política da abadia beneditina, veja-se de Geraldo José Amadeu Coelho Dias, OSB: *Quando os monges eram uma civilização... Beneditinos: espírito, alma e corpo* (Porto: Citcem / Afrontamento, 2001); *Tibães. O encanto da cerca, o silêncio dos monges e os últimos abades gerais dos beneditinos* (sl: Museu de S. Martinho de Tibães /Mosteiro de S. Bento da Vitória, 2010); «O Capítulo

*Catálogo do Index*  
*do Cartório do Mosteiro.*

1	<i>Igrejas do Mosteiro.</i>	<i>f. 6.</i>
2	<i>Tapéis das Igrejas.</i>	<i>„19.</i>
3	<i>Arrendamentos.</i>	<i>„</i>
4	<i>Jurisdicção, e Privilegios.</i>	<i>„25.</i>
5	<i>Freguezias do Couto.</i>	<i>„36.</i>
6	<i>Draga.</i>	<i>„40.</i>
7	<i>Guimaraens.</i>	<i>„45f.</i>
8	<i>Barcellos, e Espozende.</i>	<i>„48.</i>
9	<i>Estella.</i>	<i>„57.</i>
10	<i>Vianna, e Caminha.</i>	<i>„62.</i>
11	<i>Monção, e Barca.</i>	<i>„64.</i>
12	<i>Trado.</i>	<i>„65f.</i>
13	<i>Doações, e Escambos.</i>	<i>„70f.</i>
14	<i>Miscelanea.</i>	<i>„75f.</i>
15	<i>Sentenças do Mosteiro.</i>	<i>„79.</i>
16	<i>Instruções.</i>	<i>„87.</i>
17	<i>Tombos, e Auttos delles.</i>	<i>„88.</i>
18	<i>Livros de Arrendamentos.</i>	<i>„92.</i>

Figura 1. Catálogo do Index do cartório do mosteiro de Tibães

Geral de Tibães, a alternativa dos DD. Abades Gerais, os “galopins eleitorais” de Camilo Castelo Branco”, em *Em torno dos espaços religioso – monásticos e eclesiásticos: actas do Colóquio de homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias* (Porto: Instituto de História Moderna, 2005), 79-93; «Glossário monástico-benedictino», em *Em torno dos espaços religioso – monásticos e eclesiásticos: actas do Colóquio de homenagem a Frei Geraldo Coelho Dias* (Porto: Instituto de História Moderna, 2005), 193-207.

*A economia de exploração da terra: os estados do depósito*

Centro de um domínio senhorial vasto e complexo, o mosteiro de Tibães agregava uma multiplicidade de rendimentos provenientes da administração direta e indireta da terra e de outros bens dominicais e jurisdicionais, cuja geografia ampla lhe permitia introduzir e comparar, em teoria, soluções diversificadas (Figura 2).

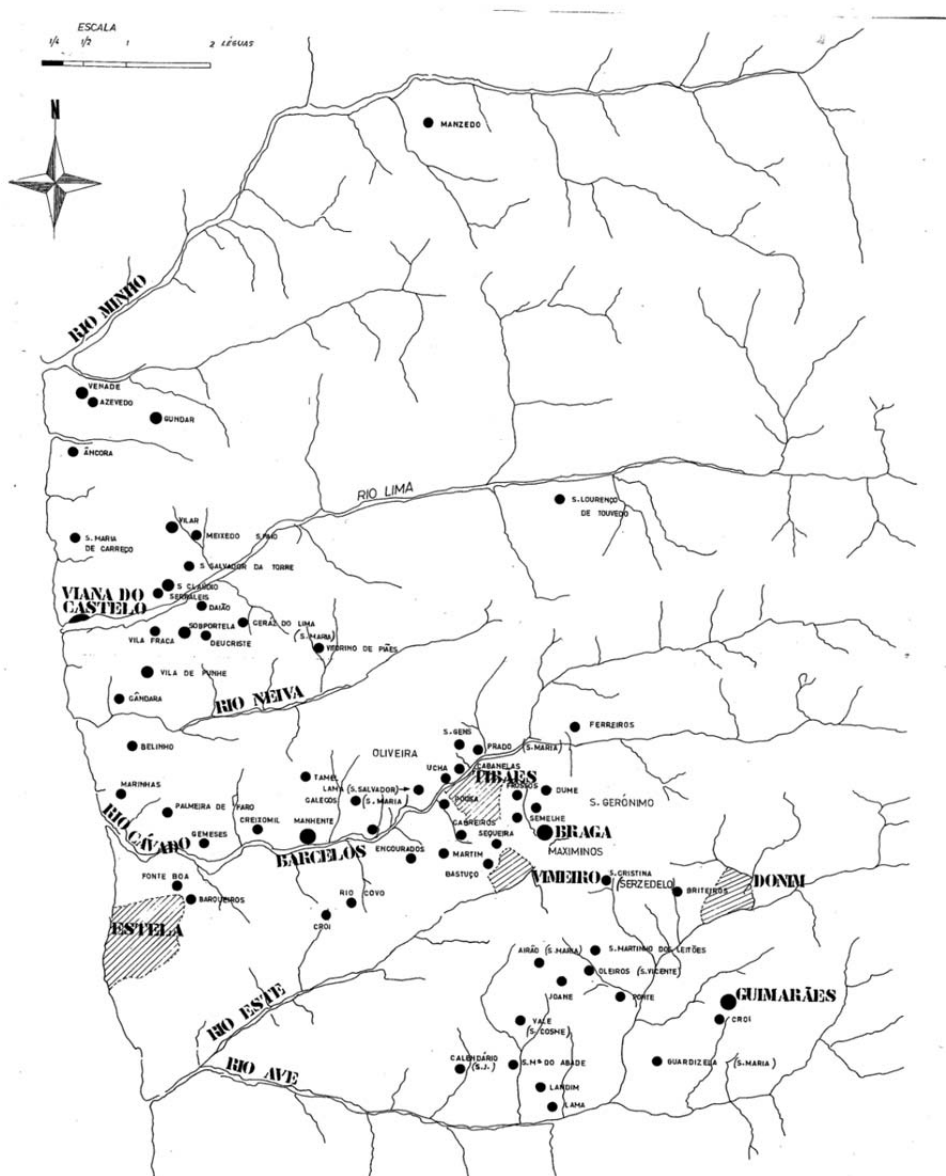


Figura 2. Geografia do domínio de Tibães (Oliveira, *A Abadia de Tibães 1630-1680*).

Jogando com estas duas variáveis, o espaço circunvizinho constituía a frente mais próxima da exploração económica controlada pelos monges - dos ritmos e das estratégias, dos condicionalismos e das experiências. A administração direta é constituída essencialmente pelos bens que se encontram dentro da própria cerca do mosteiro de Tibães, por algumas quintas que se situam fundamentalmente na Freguesia de Mire de Tibães, bem como por algumas terras que estavam espalhadas pelas restantes freguesias que compunham o Couto de Tibães e cuja exploração estava ao encargo dos caseiros e respetivos consortes. O mosteiro de Tibães arrendava ainda algumas das suas terras através do estabelecimento de contratos de arrendamento, o que não significa que perdesse o seu domínio útil. De realçar ainda que o mosteiro detinha um domínio eminente e útil sobre estas propriedades. Por último, as moendas, quer sejam azenhas, moinhos, pesqueiras do Cávado ou mesmo até a própria barca da passagem da Graça, eram também incluídas neste grande grupo do domínio direto. Nas propriedades que eram administradas de forma indireta, estavam incluídas todas as terras cujo domínio útil era dividido por rendeiros e foreiros que estavam sujeitos a três tipos fundamentais de arrendamento: bens arrendados a título de prazo, a título de colónia e a título de arrendamento temporário.

Para além disso, o mosteiro de Tibães era ainda detentor de uma série de rendimentos que provinham de algumas paróquias espalhadas pela região. Este é também um outro tipo de administração direta, uma vez que a abadia usufruía diretamente deste tipo de rendimento. Nestes casos, poderia existir uma renda que era paga anualmente ou então eram realizados contratos com uma duração muito bem determinada.

O diagnóstico aprofundado desta realidade está feito por Aurélio de Oliveira<sup>56</sup>. A mobilização dos seus resultados será processada de forma seletiva e distribuída por três aspetos fundamentais: a configuração da renda a partir do depósito em dinheiro; a política contratual do

---

<sup>56</sup> Oliveira, «A Abadia de Tibães 1630/80-1813». Sendo este o trabalho de referência, cuja publicação se prevê para breve, importará, entre outros, cruzar a informação com mais alguns trabalhos do autor: *A Abadia de Tibães 1630-1680*; «A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII). Alguns aspectos e problemas», *Revista de História Económica e Social*, 6 (julho-dezembro, 1980): 1-56; «A Ordem de S. Bento na promoção das terras de Entre-Douro-e-Minho no Antigo Regime. I. Da conquista à exploração e fomento», *Revista de História*, 6 (1985): 173-208; «A Ordem de S. Bento na promoção das terras de Entre Douro e Minho no Antigo Regime. Dos índices e indicadores da produção aos seus comportamentos», *Revista de História*, 7 (1986/1987): 175-198; «O Entre Douro e Minho na Época Moderna (1500-1820). Parâmetros de uma construção», em *Minho. Traços de identidade*, coord. Paulo Pereira (Braga: Universidade do Minho, 2009), 372-406.



mosteiro no que diz respeito à administração indireta; a avaliação à escala de Mire de Tibães do parcelamento. Vejamos o primeiro aspeto, deixando para depois os outros dois<sup>57</sup>.

Construímos para o efeito um posto de observação: retivemos dos relatórios trienais das contas do mosteiro de Tibães, os *Estados*, a contabilidade registada no *Depósito*, isto é, o dinheiro proveniente de uma série de fontes de rendimentos ou de empréstimos e cedências. O ano do *Estado* coincide com a apresentação das contas do triénio anterior, período de duração da administração de um abade geral. Nestes depósitos dos *Estados*, com efeito, regista-se aquilo que foi, no triénio anterior, entregue em dinheiro das rendas das igrejas, das rendas e obrigações dos contratos, dos equipamentos utilizados (moínhos, azenhas, barcas), dos foros, das geiras, dos laudémios e ltuosas, das assinaturas dos contratos, dos rendimentos extraordinários, das legítimas dos monges, das dívidas e dos empréstimos, das ofertas, das entregas de dinheiro por parte da congregação de S. Bento. A estrutura desta composição muda ao longo dos *Estados* analisados, entre 1632 e 1780, sendo que a série é descontínua<sup>58</sup>.

Das várias fontes de liquidez, seleccionámos apenas aquelas que se prendem mais diretamente com a gestão do domínio fundiário (Tabelas 6 e 7). O objetivo é captar, através destes indicadores, as variações das conjunturas, as determinantes dos comportamentos e uma rede mínima de interrogações que possa penetrar na economia da exploração da terra.

Os resultados apresentados revelam, com alguma nitidez, dois patamares diferenciados de liquidez, um no século XVII, outro no século XVIII. Aquele inferior, e este superior. Apesar de estarmos a lidar com valores que não foram objeto de nenhuma ponderação no que diz respeito à deflação/inflação, é possível apurar, no século XVIII, dois picos, um no início, de arranque ou viragem, e outro em meados do século XVIII.

---

<sup>57</sup> Respetivamente: na secção seguinte (*A colonização da terra: formatos e variações*); no capítulo 2. Sobre o modelo de governação económica de um Mosteiro, veja-se José Miguel Pereira dos Santos Oliveira. *A contabilidade do Mosteiro de Arouca: 1786-1825. Estudo de caso do modelo de governação económico-administrativa de um mosteiro cisterciense feminino* (sl: RIRSMA, 2005).

<sup>58</sup> ADB, MC, Congregação de S. Bento, Tibães, *Estados*, 1632, 1638, 1647, 1650, 1653, 1656, 1662, 1668, 1677, 1713, 1722, 1728, 1731, 1734, 1740, 1743, 1746, 1752, 1758, 1761, 1764, 1767, 1773, 1776, 1780, maço n° 112.

Tabela 5. O depósito (em dinheiro) dos *Estados* de Tibães (1632-1780). Valores em réis.

<b>Ano</b>	<b>Dívidas</b>	<b>Domínios e Lutuosas</b>	<b>Equipamentos</b>	<b>Foros</b>	<b>Geiras</b>	<b>Géneros</b>	<b>Rendas</b>	<b>Total</b>
1632						2630652,0	1561128,0	4191780,0
1638	324920,0	132753,0				1366738,0	1693661,0	3518072,0
1647		76000,0				1657048,0	1444453,5	3177501,5
1650	138814,0	93064,0		184248,0	24040,0	1089596,0	1089596,0	2619358,0
1653	751997,0	109200,0		184428,0	18030,0	679026,0	1948499,0	3691180,0
1656		21000,0		153766,0	18830,0	1131177,0	2071745,0	3396518,0
1662	188577,0			96048,0	18650,0	1764458,0	2163013,0	4230746,0
1668	321890,0			10000,0	16420,0	818972,0	1263024,0	2430306,0
1677	149500,0	36470,0	185120,0	241142,0	24060,0	709992,0	2440249,0	3786533,0
1713	89982,0	272745,0	251500,0	364902,0	30120,0	5053102,0	6606078,0	12668429,0
1722	3320,0	465155,0	233250,0	657000,0	58320,0	2817470,5	4281727,5	8516243,0
1728	143594,0	415265,0	400540,0	690000,0	59560,0	3577287,5	5256457,0	10542703,5
1731	8300,0	532710,0	458500,0	691965,0	58300,0	2939408,0	6279663,0	10968846,0
1734		342258,0	447000,0	694710,0	58500,0	3176837,0	6453812,0	11173117,0
1740	4800,0	551943,0	586230,0	367632,0	49515,0	2958343,0	5040339,0	9558802,0
1743	33535,0	305024,0	487500,0	372195,0	49515,0	3037008,0	5856600,0	10141377,0
1746	28855,0	568216,0	895550,0	621523,0	82525,0	5252110,0	10519398,0	17968177,0
1752	282636,0	967426,0	874450,0	497576,0	66020,0	4398153,0	7255882,0	14342143,0
1758	146432,0	638913,0	936750,0	374802,0	50055,0	2959258,0	5846534,0	10952744,0
1761	158212,0	855889,0	1017000,0	374862,0	50355,0	3004414,0	6359145,0	11819877,0
1764	101000,0	725690,0	814001,0	375507,0	50055,0	2833499,0	5040962,0	9940714,0
1767		262730,0	762810,0	368072,0	45300,0	2453661,0	6287241,0	10179814,0
1773	204293,0	188827,0	856890,0	368541,0	46140,0	2768572,0	6055461,0	10488724,0
1776	91020,0	522451,0	847600,0	365241,0	46134,0	4637846,0	6373921,0	12884213,0
1780	48067,0	475369,0	858590,0	365241,0	45940,0	1774360,0	6126574,0	9694141,0

Tabela 6. O depósito (em dinheiro) dos *Estados* de Tibães (1632-1780). Valores percentuais

<b>Ano</b>	<b>Dívidas %</b>	<b>Dominios e Lutuosas %</b>	<b>Equipamentos %</b>	<b>Geiras %</b>	<b>Gêneros %</b>	<b>Foros %</b>	<b>Rendas %</b>
1632	0,0	0,0	0,0	0,0	62,8	0,0	37,2
1638	9,2	3,8	0,0	0,0	38,8	0,0	48,1
1647	0,0	2,4	0,0	0,0	52,1	0,0	45,5
1650	5,3	3,6	0,0	0,9	#REF!	7,0	41,6
1653	20,4	3,0	0,0	0,5	18,4	5,0	52,8
1656	0,0	0,6	0,0	0,6	33,3	4,5	61,0
1662	4,5	0,0	0,0	0,4	41,7	2,3	51,1
1668	13,2	0,0	0,0	0,7	33,7	0,4	52,0
1677	3,9	1,0	4,9	0,6	18,8	6,4	64,4
1713	0,7	2,2	2,0	0,2	39,9	2,9	52,1
1722	0,0	5,5	2,7	0,7	33,1	7,7	50,3
1728	1,4	3,9	3,8	0,6	33,9	6,5	49,9
1731	0,1	4,9	4,2	0,5	26,8	6,3	57,2
1734	0,0	3,1	4,0	0,5	28,4	6,2	57,8
1740	0,1	5,8	6,1	0,5	30,9	3,8	52,7
1743	0,3	3,0	4,8	0,5	29,9	3,7	57,7
1746	0,2	3,2	5,0	0,5	29,2	3,5	58,5
1752	2,0	6,7	6,1	0,5	30,7	3,5	50,6
1758	1,3	5,8	8,6	0,5	27,0	3,4	53,4
1761	1,3	7,2	8,6	0,4	25,4	3,2	53,8
1764	1,0	7,3	8,2	0,5	28,5	3,8	50,7
1767	0,0	2,6	7,5	0,4	24,1	3,6	61,8
1773	1,9	1,8	8,2	0,4	26,4	3,5	57,7
1776	0,7	4,1	6,6	0,4	36,0	2,8	49,5
1780	0,5	4,9	8,9	0,5	18,3	3,8	63,2

O comportamento global é condicionado sobretudo pela série das rendas das igrejas e pela série proveniente da substituição em dinheiro de obrigações em gêneros. De facto, ambas as séries acompanham de perto a evolução global (Gráfico 1).

O mesmo já não se pode dizer das outras séries, cujo comportamento é muito mais errático, apesar de se notar a tendência ascendente no século XVIII (Gráfico 2). Repare-se, ainda assim, na forma com o valor das dívidas velhas se reduz no século XVIII. Como também é expressiva a curva ascendente do dinheiro proveniente dos equipamentos de uso obrigatório: as azenhas, a barca do Cávado, os moinhos.

Gráfico 1. O depósito (em dinheiro) dos *Estados* de Tibães (1632-1780) – Géneros, rendas das igrejas e total. Valores em réis

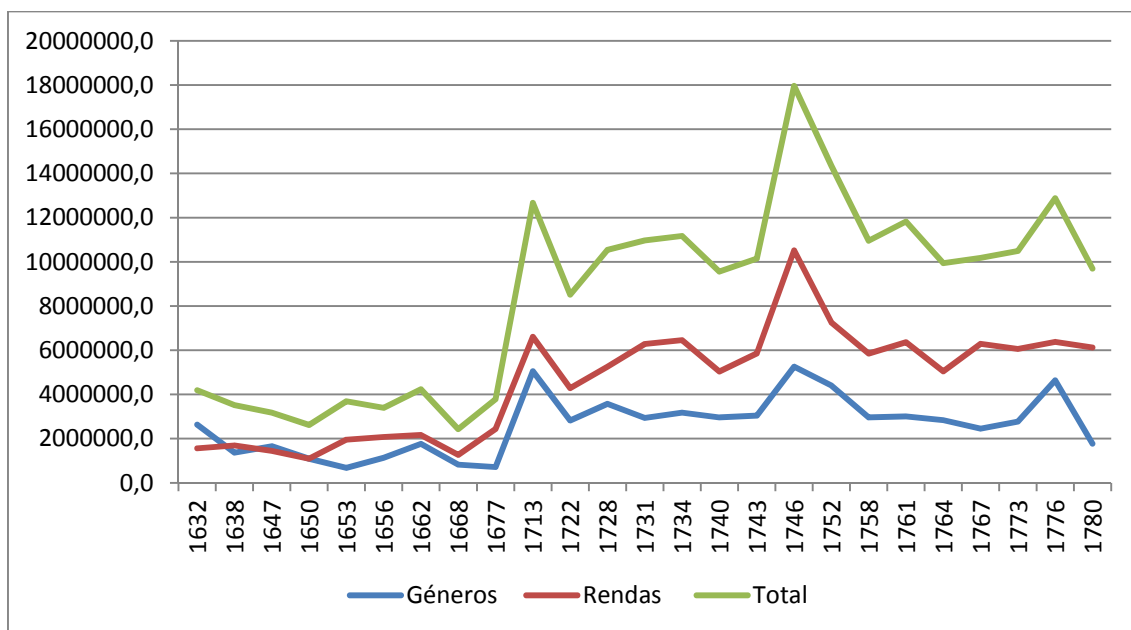
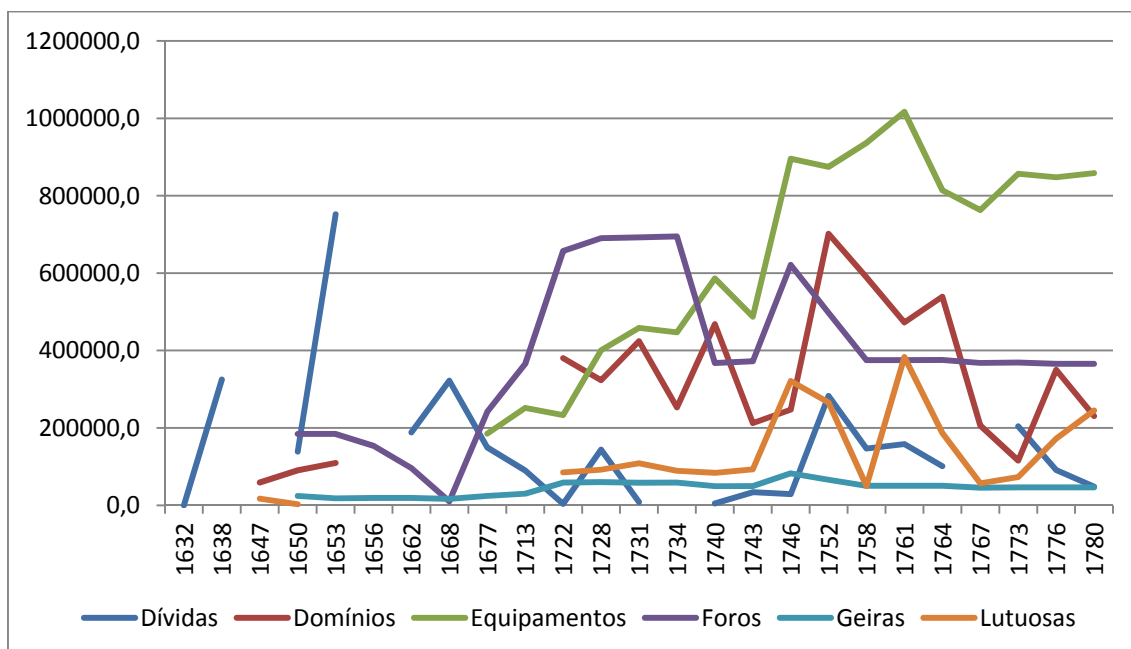
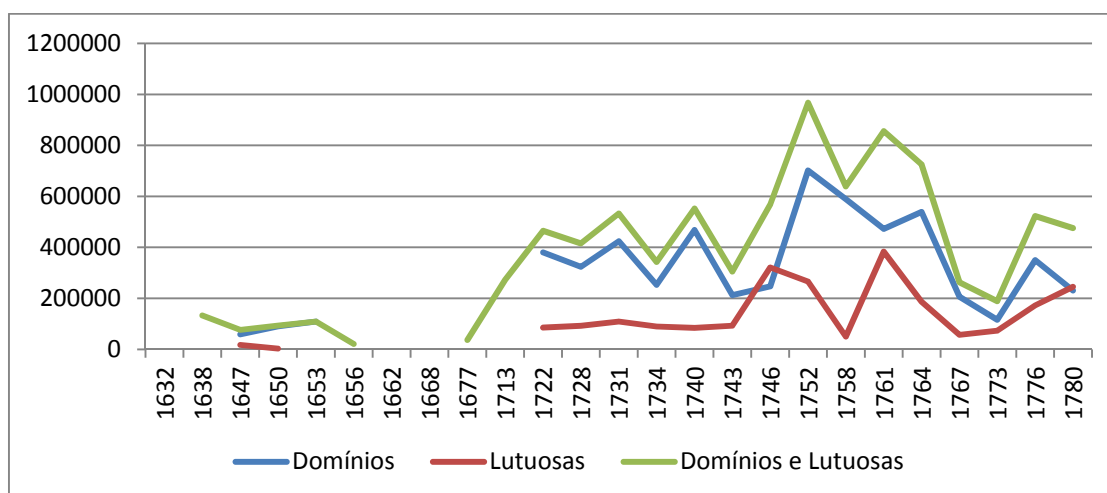


Gráfico 2. O depósito (em dinheiro) dos *Estados* de Tibães (1632-1780) – Dívidas, domínios, equipamentos, foros, geiras e ltuosas. Valores em réis



Importa agora considerar o comportamento específico das obrigações relativas à transação da terra sob administração indireta: as ltuosas (por causa da morte de uma das vidas em que se constitui o prazo) e os domínios ou laudémios (por transação da terra emprazada, através da venda, dote, testamento, permuta). Estas duas obrigações revelam bem a importância crescente destas fontes de rendimento que tem como base o mercado enfiteutico controlado pelo Mosteiro de Tibães (Gráfico 3). O que é interessante observar é a quebra destes valores a partir da década de sessenta, revelador de uma concentração e conseqüente redução dos prazos. Sobre esta tendência, enquadrada na política contratual de Tibães falaremos na secção seguinte.

Gráfico 3. O depósito (em dinheiro) dos *Estados* de Tibães (1632-1780) –Domínios e Ltuosas. Valores em réis



Nota: em 1638, 1656, 1677 e 1713 os *Estados* respetivos apenas registam o valor total dos domínios e das ltuosas.

As variações destas séries indiciam para além de comportamentos específicos, a existência de patamares mais ou menos definidos, condicionados externa e internamente. Isto é, a leitura abrangente deste bloco de rendimentos em dinheiro, uma parcela da soma global dos proventos, deve basear-se não apenas nas orientações administrativas dos monges, mas também na multiplicidade das estratégias e escolhas da clientela dos rendeiros e caseiros, e sobretudo das alterações da «ecologia» da terra, dos bons e dos maus anos agrícolas<sup>59</sup>.

<sup>59</sup> Nesta regra, enuncia-se com eficácia, do ponto de vista contabilístico a sensibilidade ecológica dos valores em dinheiro: «já conhecemos o modo de leitura dos Livros do Depósito: nos períodos bons entrega-se pouco ao

A curva dos dízimos, quase todos arrendados, e correspondente à série das rendas das Igrejas, permite rematar uma observação crucial, relativa à conjuntura entre 1683-1710/12: «é um longo período em que as dificuldades se vão sucessivamente avolumando. As modelações mais acentuadas cairão dentro da década de 1690. (...). Uma gravíssima crise se adivinha por 1693-94, e noutras ainda em 1696, confirmando, outrossim, a gravíssima conjuntura dos primeiros dozes anos do século XVIII»<sup>60</sup>.

---

Depósito e prefere-se a entrega em géneros. Nos períodos difíceis e de crises há a tendência para comprar a renda, logo, menor entrega em géneros e maiores entradas em falso pelo Depósito» - cf. Oliveira, «A Abadia de Tibães 1630/80-1813». II, 642. Numa outra perspetiva sobre a ecologia dos proventos, veja-se Anabela Ramos, Sara Claro, *Alimentar o corpo saciar a alma. Ritmos alimentares dos monges de Tibães, século XVIII* (Porto: Direção Regional da Cultura do Norte/Afrontamento, 2013).

<sup>60</sup> Oliveira, «A Abadia de Tibães 1630/80-1813». II, 490. Sobre os dízimos, veja-se para além da bibliografia citada de Aurélio de Oliveira, veja-se Paulo Oliveira, *A Congregação beneditina portuguesa no percurso para a extinção (1800-1834)* (Viseu: Palimage, 2005); Daniel Ribeiro Alves, «Os dízimos no final do Antigo Regime: aspectos económicos e sociais (Minho, 1820-1834)» (tese de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001).



Figura 3. Folha de rosto, ADB, MC, Tibães, Livros das luctuosas e dominios, nº408, 1618-1719.

*A colonização da terra: formatos e variações*

No âmbito contratual, o Mosteiro de Tibães manteve dois sistemas nas suas propriedades sob administração indireta: o emprazamento em vidas e o arrendamento de simples colónia. A configuração desta prática assenta, ainda, numa «verdadeira política de reservas muito intensa, muito importante e também cheia de consequências»<sup>61</sup>. Vejamos, a partir dos relatórios trienais, dos *Estados*, o movimento alusivo a esta prática (Tabela 7, Gráfico 3)<sup>62</sup>.

Tabela 7. Número de arrendamentos e prazos referidos nos *Estados* de Tibães (1632-1780)

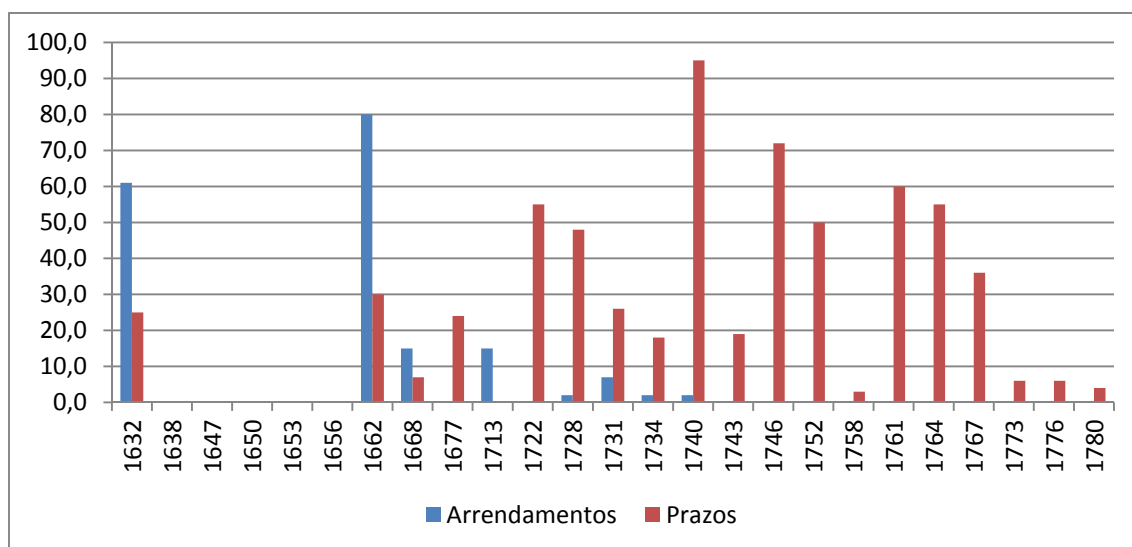
<b>Anos</b>	<b>Arrendamentos</b>	<b>Prazos Novos</b>	<b>Prazos Renovados</b>
1632	61	25	
1638			
1647			
1650			
1653			
1656			
1662	80	30	
1668	15	7	
1677	«muitos»	24	
1713	15		25
1722		55	
1728	2	48	
1731	7	26	
1734	2	18	
1740	2	20	75
1743		19	
1746		65	7
1752		50	
1758		3	
1761			60
1764			55
1767			36
1773		2	4
1776		2	4
1780		2	2

<sup>61</sup> Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 266.

<sup>62</sup> Cf. Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 303-308, onde também se recorre aos «estadistas» para esta análise.



Gráfico 4. Número de arrendamentos e prazos referidos nos *Estados* de Tibães (1632-1780)



Apesar da descontinuidade das séries, os arrendamentos parecem quase desaparecer no século XVIII, numa viragem explícita da política contratual do mosteiro. Importa, ponderadas as vantagens e as desvantagens de cada um destes contratos, compreender estas dinâmicas no jogo que estabelecem com o parcelamento da propriedade.

O prazo, normalmente em três vidas, constitui ao longo do século XVII, um alvo a reconverter em arrendamento de simples colónia, onde a limitação temporal (em anos) acompanha uma precarização drástica do domínio útil por parte do rendeiro. Com efeito, este é obrigado a partilhar o domínio útil da terra com o senhorio, numa parceria em que este, no final, só é obrigado a pagar as benfeitorias.

Enquanto o prazo estabilizava a renda durante um longo período de tempo e subtraía o domínio útil da terra ao senhorio, o arrendamento «permitia uma actualização rápida e constante das rendas»<sup>63</sup>. Mais: «o caseiro nenhum direito adquiria sobre a propriedade, limitando-se a usufruí-la durante um ano, dois, três, raramente 6, e mais raramente mais. O contróle sobre as terras era maior e muito mais incisivo»<sup>64</sup>. O que não significa, como adverte Aurélio de Oliveira, que, relativamente ao prazo, durante o século XVII, o mosteiro não tentasse a todo o custo restringir a livre nomeação das vidas do prazo<sup>65</sup>.

<sup>63</sup> Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 279.

<sup>64</sup> Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 279.

<sup>65</sup> Sobre a enfiteuse, ver Manoel de Almeida Sousa Lobão, *Tractado pratico, e critico de todo o direito emphyteutico conforme a legislação, e costumes deste reino e uso actual das nações* (Lisboa: Na Impressão Regia, 1828), 2 tomos; Manoel de Almeida Sousa Lobão, *Appendice diplomático-historico ao Tractado pratico do direito emphyteutico* (Lisboa: Na Impressão Regia, 1829). Sobre a tipologia e a configuração histórica desta matéria, ver,

A conversão dos prazos em arrendamento de simples colónia desencadeou resistências<sup>66</sup>. Tanto assim é que no *Estado* de 1632 se diz expressamente que «as mais sentenças são tãobem sobre a simplex colonia deste couto, de pessoas que não querião fazer arrendamento de simplex colonia; e por sentença se julgou que as largassem pagando-se-lhes as benfeitorias, mas o mosteiro lhas deixou traser, fasendo lhes arrendamentos com novos acrescentamentos»<sup>67</sup>.

Consideremos, agora, a forma com tanto o prazo como o arrendamento de simples colónia têm impacto no parcelamento.

A primeira tarefa considera antes de mais a forma como casal funciona com os dois sistemas. Como se sugere, «através do prazo parcelou-se o casal, atribuindo uma ou várias partes ou fracções a vários caseiros que deste modo o desmembraram, praticando sobre essas parcelas uma exploração individual. Cada unidade funcional chamada casal era pois explorada, a título individual, por vários caseiros (raramente sendo atribuído a um só)»<sup>68</sup>. Ora, o efeito da conversão em simples colónia acelera essa fragmentação ou, pelo menos, permite ao senhorio desagregar e reagregar de forma diferente a composição das fracções arrendadas sob o título de simples colónia. Verificamos assim que esses arrendamentos juntam leiras de casais diferentes, eventualmente sujeitos a prazos diferentes. Isto é, o duplo efeito dos prazos e das simples

---

para além de outros trabalhos já citados: Margarida Sobral Neto, «Formas de acesso à posse da terra e à fruição de rendimentos fundiários em Portugal na Época moderna: o caso da enfiteuse», (comunicação apresentada no XIV Congreso Internacional de Historia Agraria (Badajoz, noviembre de 2013); Margarida Sobral Neto, *O universo da comunidade rural*, 53-70; Nuno Gonçalo Monteiro, «Capítulo 2. A ocupação da terra», em *História económica de Portugal 1700-2000. Volume 1. O século XVIII*, org. Pedro Lains, Álvaro Ferreira da Silva (Lisboa: ICS, 2005), 67-91; José Vicente Serrão, «Capítulo 5. A agricultura», em *História económica de Portugal 1700-2000. Volume 1. O século XVIII*, org. Pedro Lains, Álvaro Ferreira da Silva (Lisboa: ICS, 2005), 145-175; Rui Santos, «Direitos de propriedade fundiária e estratificação social rural: um contributo sociológico», em *Economia, Instituições e Império. Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães*, org. Álvaro Garrido, Leonor Freire Costa, Luís Miguel Duarte (Coimbra: Almedina, 2012), 277-293; José Vicente Serrão, e Rui Santos, «14. Land policies and land markets: Portugal, late eighteen and early nineteenth century», em *Property rights, land markets and economic growth in the european countryside (13th-19th centuries)*, ed. Gérard Béaur, Phillippe Schoffield, Jean-Michel Chevet, e Maria-Teresa Pérez-Picazo Turnhout: Brepols, 2013); Maria de Fátima S. Brandão, *Terra, herança e família no Noroeste de Portugal. O caso do mosteiro no século XIX* (Porto: Afrontamento, 1994; Nuno Resende, *Vínculos quebrantáveis. O morgadio de Boassas e suas relações, séculos XVI-XVIII* (Viseu: Palimage, 2012).

<sup>66</sup> É interessante verificar como este regime de colónia não tem expressão, apesar de ser conhecido, no Mosteiro cisterciense de Santa Maria de Bouro, relativamente perto do Mosteiro de Tibães – cf. Salvador Magalhães Mota, *Cistercienses, camponeses e economia rural no Minho na época do Antigo Regime* (Lisboa: INCM, 2006), II, 53. Sobre o regime de colónia: Manoel de Almeida Sousa Lobão, *Fascículo de Dissertações Juridico-Práticas* (Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1949), tomo II, 216-253. Veja-se também, relativamente à Madeira, João José Abreu de Sousa, *História rural da Madeira. A Colonia* (Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1994); Benedita Câmara, «O contrato de colonia: ambiguidade entre a parceria e a enfiteuse? Que mudou no relacionamento entre o senhorio e o colono após 1867?», (comunicação apresentada no XXXI Encontro da Associação de História Económica e Social Portuguesa, novembro 2011) (disponível: [www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao\\_3d/benedita\\_camara\\_paper.pdf](http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_3d/benedita_camara_paper.pdf)).

<sup>67</sup> ADB, MC, Tibães, *Estados*, 1632, fls. 11-12v.

<sup>68</sup> Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 262. O autor refere que a grande maioria das courelas não permitiria a autossubsistência, exigindo a desmultiplicação do trabalho dos caseiros noutras tarefas.

colónia é, na prática, manipular de forma mais ágil, sob o controle do senhorio, o micro-mercado enfitêutico das fracções.

A revisão desta política, a partir dos dados provenientes dos recibos, ajuda a criar um bloco mais denso dos efeitos sobre a terra, nomeadamente sobre a área de cultivo. Com efeito, situado no plano mais direto de contato dos rendeiros com o recebedor, dos recibos «seria de esperar isso: aumento de caseiros, aumento de títulos de arrendamento = aumento de áreas cultivadas. Pode, porém, não acontecer assim. Na verdade, alguns títulos e caseiros poderiam provir de arrendamentos de devesas (bravios); em segundo lugar, o aumento demográfico poderia originar, como originou, durante os sécs XVII e XVIII aumento do número de caseiros e subdivisão dos títulos antigos. Finalmente no séc. XVIII e sobretudo entre 1730 e 1760, alguma mudança estrutural altera um certo paralelismo que sem dúvida, até aí se observara: ao revés de uma pressão demográfica que na década de 1740-50 se começa a desenhar e arranca em definitivo de modo mais decidido por 1780, o número de caseiros, contados pelo Recibo, diminui bem como o número de títulos. É a altura em que a terra se torna cada vez mais rentável pela alta de preços verificada nos cereais. Os mais afortunados compram e reúnem mais terras. O montante anual dos Domínios (1/5 imposto sobre as vendas) sobe de modo vertiginoso desde 1760, confirmando o que supúnhamos: reunião de títulos debaixo do mesmo titular, aumento dos sub-enfiteutas, possivelmente dos indivíduos sem terra, ao mesmo tempo que se verifica uma concentração da propriedade, como se confirma pela proliferação das “Quintas”»<sup>69</sup>.

Vejamos, a partir dos recibos, a imagem obtida dos contratos na Freguesia de Mire de Tibães (Tabela 8)<sup>70</sup>.

---

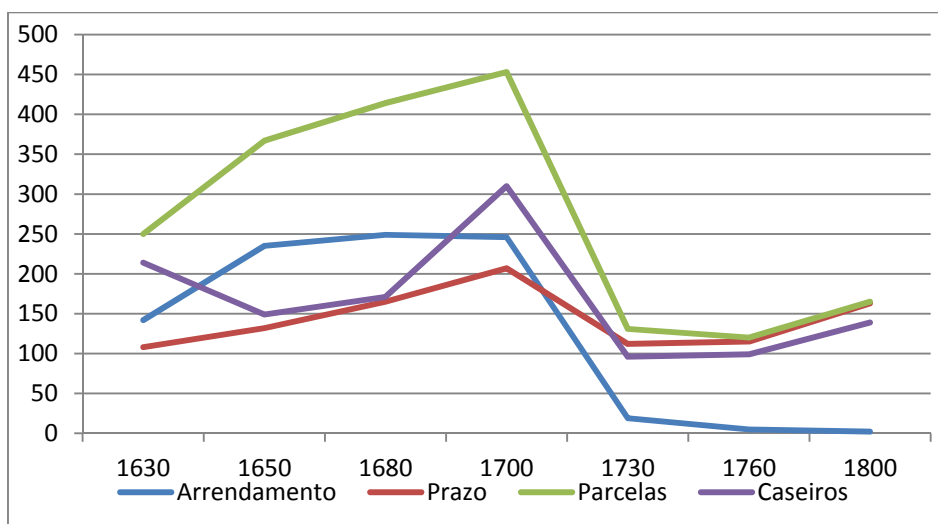
<sup>69</sup> Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 305.

<sup>70</sup> Tabela e Gráfico construídos a partir de Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 277-279. Note-se que o autor não inclui os bens situados na freguesia do Mosteiro, devido ao facto de aí se ter aplicado uma política de não fazer prazos, «considerando-a quase uma zona de reserva directa».

Tabela 8. Contratos, parcelas e caseiros da Freguesia de Mire de Tibães, partir dos Livros de recibos

<b>Anos</b>	<b>Arrendamento</b>	<b>Prazo</b>	<b>Parcelas</b>	<b>Caseiros</b>
1630	142	108	250	214
1650	235	132	367	149
1680	249	165	414	171
1700	246	207	453	310
1730	19	112	131	96
1760	5	115	120	99
1800	2	163	165	139

Gráfico 5 Contratos, parcelas e caseiros da Freguesia de Mire de Tibães, partir dos Livros de recibos





### 1.3. A DETEÇÃO DO PARCELAMENTO

#### *A arqueologia da propriedade e a história das paisagens*

Numa revisão sobre o conceito de «spatial turn», Angelo Torre defendeu que «le concept clé de cette nouvelle approche est celui de «resource»: en témoigne la découverte des pratiques d'activation des ressources végétales par les historiens de l'écologie. Dans cette perspective analytique, les éléments visuels du paysage constituent les éléments actifs d'une sélection de la part des groupes humains que les utilisent; ils sont l'objet de pratiques dont on trouve des traces dans la cartographie historique et la documentation juridique»<sup>71</sup>. Mais: «la revalorisation du détail et de la discontinuité dans l'espace local marque donc la frontière», sugerindo que se deve concentrar a atenção ao processo de «activation des ressources végétales», porque «cette notion permet de ne pas séparer des éléments de l'universo botanique et organique des pratiques sociales et culturels, avec les valeurs juridiques et relationnelles qui augurent d'un retour à un terrain plus proche de l'analyse historique»<sup>72</sup>.

É na encruzilhada desta ativação dos recursos que se inscreve a necessidade de trabalhar a propriedade numa perspetiva física, medindo-a e instalando-a no espaço. Trata-se, em larga medida, de transformar a paisagem nas épocas históricas num documento arqueológico, na feliz expressão de Phillippe Leveau<sup>73</sup>. Na análise que elabora sobre esta transformação, Leveau incide antes de mais sobre o cadastro e as suas formas – isto é sobre a evolução do parcelamento. O ponto nuclear da sua intervenção consiste em mostrar precisamente a importância da análise das dinâmicas ecológicas do território, numa perspetiva paleoambiental.

Se a agenda de investigação, em Portugal, sobre o parcelamento rural na época moderna está relativamente estabelecida no que diz respeito às dimensões das propriedades, seus níveis de concentração e dispersão, suas modalidades de posse e cultivo, sua representatividade social e seus regimes jurídicos, já o mesmo não se pode dizer sobre a inscrição espacial concreta do parcelamento.

Trata-se, verdadeiramente, de um nó cego da investigação: conseguimos estabelecer indicadores quantitativos, tendências conjunturais sobre o movimento das propriedades, da sua

---

<sup>71</sup> Angelo Torre, «Un «tournant spatial» en histoire? Paysages, regards, ressources», *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, n°5 (2008): 1139.

<sup>72</sup> Angelo Torre, «Un «tournant spatial» en histoire?», 1144.

<sup>73</sup> Philippe Leveau, «Le paysage aux époques historiques: un document archéologique», *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 55e année, 3 (2000): 555-582.

ocupação e rendimentos, mas pouco sabemos da efetiva construção espacial das parcelas e da ecologia histórica das paisagens a um nível micro. Numa janela sobre esta realidade, importaria infiltrar a ideia arqueologicamente conduzida do valor de «encarar as formas, as estruturas, os próprios objetos como “coisas” que têm uma “densidade de uso”, sob o risco de as isolar e compartimentar artificialmente»<sup>74</sup>.

### *Os mapas de parcelamento e o cadastro*

A ausência de mapas cadastrais das propriedades rurais constitui, no caso português, uma realidade de longa duração. Portugal é historicamente um país sem cadastro rural, isto é, sem um censo e cartografia das propriedades. Desde meados do século XIX, pelo menos, o Estado tem tentado criar essa plataforma, mas ainda não o conseguiu. Ao analisar a questão cadastral em Portugal, no que diz respeito à sua implementação pública, Rodrigo Sarmento Beires referiu recentemente que «o Cadastro Predial é precisamente o instrumento público apropriado para identificar e demarcar todos os prédios – rústicos ou urbanos – existentes em território nacional. Ou melhor...seria, se existisse, e cobrisse todo o território!»<sup>75</sup>.

Os camponeses, entre outras entidades, percorrem o território, parcela por parcela, delimitam o espaço através de referências toponímicas, exploram a terra enquadrados por concessões e aquisições de terra, cultivam-na segundo certos interesses, ancoram as suas estratégias em práticas e normas, ativam determinados comportamentos orientados pela própria ecologia do território, pela estratigrafia histórica do próprio território, mas todas estas e outras

---

<sup>74</sup> Helena Paula Abreu de Carvalho, «O povoamento romano na fachada ocidental do Conventus Bracaraensis» (tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2008), 423. Esta autora, recentemente, formulou a questão da seguinte forma: «As questões que se colocam quer teóricas quer metodológicas ao estudo dos parcelamentos rurais têm suscitado um amplo debate que radica, em última análise, nas diferentes perspectivas e abordagens da paisagem como objecto histórico e arqueológico. Ultrapassando uma perspectiva tradicional fortemente centrada no levantamento dos cadastros romanos e na sua relação, por vezes forçada, com o habitat rural e a malha urbana, procura-se fazer evoluir a investigação para uma história e arqueologia da paisagem» - cf. Helena Paula Carvalho, «Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo da cidade de Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis)», *Archivo Español de Arqueología*, 85 (2012), 156. Sobre esta materialização, veja-se, ainda, Phillippe Braunstein, «Nature de l'objet, structure du paysage», *Annales. Histoire. Sciences Sociales*, 55e année, 3 (2000): 551-554.

<sup>75</sup> Rodrigo Sarmento Beires (com a colaboração de João Gama Amaral, Paula Ribeiro), *O cadastro e a propriedade rústica em Portugal* (Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013), 32. Para uma comparação histórica das várias culturas nacionais sobre os sistemas cadastrais, veja-se: *De l'estime au cadastre en Europe. Le Moyen Âge. Actes du Colloque* (Paris: Comité pour l'Histoire Économique et Financière de la France, 2006); *De l'estime au cadastre en Europe. L'époque moderne. Actes du Colloque* (Paris: Comité pour l'Histoire Économique et Financière de la France, 2007); *De l'estime au cadastre en Europe. Les systèmes cadastraux aux XIXe et XXe siècles. Actes du Colloque* (Paris: Comité pour l'Histoire Économique et Financière de la France, 2008).

atividades dificilmente se deixam investigar sem o filtro de uma mapa que as espacialize. São estes mapas que faltam.

São raros os esboços de terras, e ainda mais raros os mapas do parcelamento. As resistências são inúmeras. São os próprios senhores das terras a impedir essa radiografia. O que equivale a dizer que, historicamente, esses senhores nunca estiveram interessados em demonstrar cartograficamente os seus domínios. Não há nos nossos arquivos estatais e particulares mapas frequentes das propriedades. Quando há, raríssimos, eles são o resultado de situações litigiosas.

O Mosteiro de Tibães, no seu arquivo, tem um desses exemplos de desenho da paisagem em litígio. Trata-se de uma disputa entre a Igreja de Gundar, pertencente a Tibães, e o abade de Erbacém. A disputa inicia-se praticamente desde que Tibães, através da extinção do Mosteiro de S. Cláudio, recebe a Igreja de S. Salvador de Gundar (na grafia antiga), em 1667<sup>76</sup>. A disputa envolve precisamente a linha divisória da dizimaria, arrastando-se o conflito ao longo do século XVIII. Nesse quadro, em visita ao terreno, é elaborado, no século XVIII, em data por apurar, um levantamento em desenho das terras e das casas em disputa<sup>77</sup>. Apresentamos aqui um desses desenhos, a par do seu tratamento gráfico, de molde a destacar as manchas de incidência: leiras, caminhos, ribeiras, maninhos, casas, capelas e igreja (Figura 8).

---

<sup>76</sup> (Oliveira, *A Abadia de Tibães 1630-1680*), 60.

<sup>77</sup>ADB, MC, Tibães, Gavetas, nº711, Papéis das Igrejas. A análise deste processo está a ser realizada, conjuntamente com Anabela Ramos e Eurico Loureiro. A documentação gerada pelo conflitoatravessa intensamente vários segmentos da documentação de Tibães, constituindo-se como uma questão central na luta jurídica de Tibães pelos seus direitos. No âmbito dos desenhos e levantamentos parcelares, há um outro exemplo interessante, mais próximo de Tibães, de uma planta levantada extra-muros de Braga, em 1760, a propósito da fonte do Pão de Trigo, onde a caracterização do parcelamento revela uma superior qualidade – Cf. TT, Desembargo do Paço, Repartição do Minho, maço 26, doc.85. Sobre os tombos, importa considerar ainda a raridade de inclusão de desenhos das parcelas. Conhecemos apenas um único exemplo detetado para o século XVI – cf. Manuel Sílvio Alves Conde, «Sobre o Património da Colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém. Das origens ao final do século XV», *Arquipélago. História*, 2ª série, vol. 1 (nº. 1) (1995): 49-103.



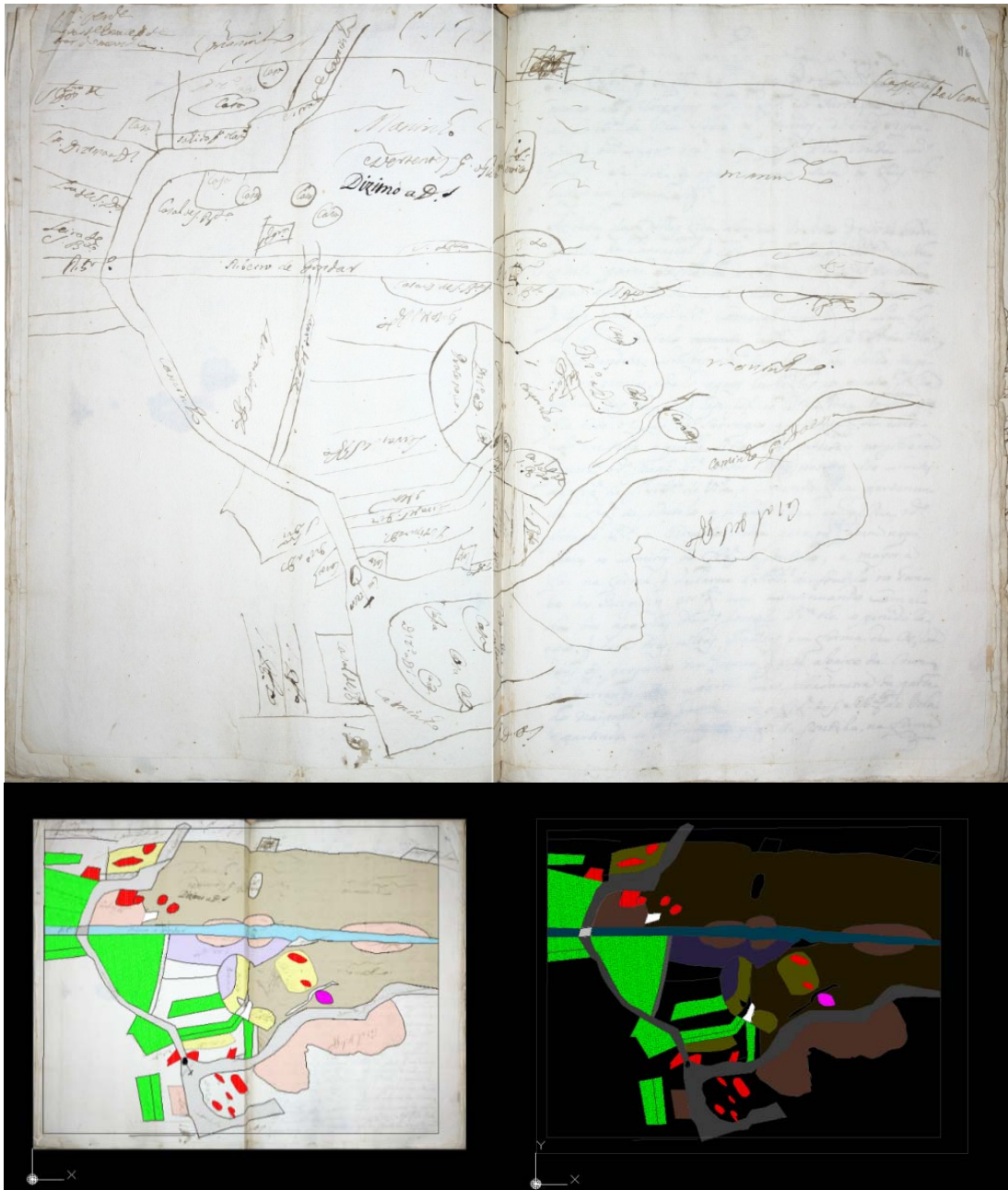


Figura 4. Desenho e tratamento gráfico de uma secção do território em conflito entre Gondar e Orbacém, século XVIII.

Em finais do século XX, há, para a zona do Cávado, um esforço de reconstituição parcelar levado a cabo pelo Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola, que abrange a Freguesia de Mire de Tibães. Dela consta a delimitação das unidades de produção através da identificação dos limites físicos visíveis e não visíveis da paisagem (valados, socialcos, árvores, amontoados de pedra). É utilizado um sistema operativo específico, o "Sistema de Identificação de Parcelas" (SIP) ISIP online. Cada agricultor é chamado para identificar a sua terra de cultivo, que no levantamento se traduz no Limite de bloco, o qual contém uma ou mais Unidades de Produção. Este último conceito está relacionado com o tipo de cultura que o agricultor produz. Por sua vez, cada parcela terá que ser devidamente identificada através de um contrato agrário (documento de usos e posse da terra emitido pelas finanças, contrato de arrendamento rural, comodato, entre outros). A subparcela está, mais uma vez, relacionada com o uso do solo. Pretende-se com este sistema identificar, entre outras variáveis, do tipo e forma de exploração (rendeiro, proprietário). Para além disso, são ainda reconhecidos todos os produtos produzidos em cada unidade de produção (árvores, vinhas, cereais, frutícolas, etc.), de forma a obter uma revisão anual da ocupação do solo.

Os Mapas 3 e 4 (Volume II) apresentam essa reconstituição parcelar para o nosso espaço de estudo, ensaiando-se a determinação para as parcelas e blocos dos respetivos centróides. Esta metodologia permite visualizar com mais eficácia a fragmentação do parcelamento e a interação numa espécie de rede de pontos.

*As parcelas (in)visíveis: a dinâmica espacial, os grafos e o sistema de informação geográfico*

A descrição das parcelas no arquivo senhorial de Tibães, proveniente de momentos distintos e lógicas diferenciadas, exige um cruzamento complexo de técnicas de recolha e análise espacial e um diagnóstico efetivo dos obstáculos, enviesamentos e limites em analisar as várias peças do puzzle territorial. Neste horizonte de análise do parcelamento, o conhecimento dos processos de ativação e exploração dos recursos detém um valor estratégico importante no controle da fiabilidade de reconstrução das secções «cartográficas» de ocupação do solo.

Todo o acervo documental por nós consultado e trabalhado resulta de uma dinâmica espacial. Desde o início, foi nossa intenção projetar cartograficamente a rede documental de forma a perceber de uma forma mais abrangente a paisagem da Freguesia de Mire de Tibães.

A metodologia por nós aplicada para este estudo baseou-se essencialmente na análise de fontes documentais, na análise de cartografia e fotografia aérea, bem como na prospeção arqueológica. Toda a nossa agenda de investigação se desenvolveu a partir destes parâmetros.

Contudo, debatemo-nos com alguns problemas. Se por um lado há casos em que a informação é omitida voluntária ou involuntariamente por parte dos seus redatores, outros há em que a descrição do circuito territorial é feito de uma forma impercetível ou mesmo até sem ligação alguma. É neste contexto, que Samuel Leturcq, a propósito dos sistemas de informação geográficos, refere que «en rendant aux témoignages des paysans leur dimension spatiale inscrite dans les plans parcellaires, les Systèmes d'Information Géographique (SIG) offrent les moyens techniques de découvrir les «péripiéties» de la vie rurale, cette «vie mouvante» inscrite en filigrane dans les terriers et les plans qui les accompagnent. Toutefois il serait naïf de considérer le SIG comme une «baguete magique» providentielle»<sup>78</sup>.

A utilização dos sistemas de informação geográfica como ferramenta de análise e a sua ligação a uma base de dados alfanumérica, desenvolvida para o efeito, permitiram começar a promover o cruzamento dos diferentes tipos e níveis de informação preponderantes na caracterização da área envolvente do projeto. Definimos uma área de trabalho, através do traçado daquilo a que chamámos de “janela de prospeção”, e demarcaram-se as principais vias, tentando sempre que possível georreferenciar todos os marcos, de forma a testar todo o trabalho de reconstituição cartográfica desenvolvido até então.

A metodologia adotada foi a de uma prospeção assistemática e não intensiva. Optámos então por traçar pequenos objetivos para cada ida a campo, ou seja, cada prospeção teve como intuito o traçado de um caminho específico. Tais parâmetros de trabalho foram também adotados devido às próprias condições tafonómicas da zona a prospetar. Tratando-se de uma zona de veiga que se estende até ao Rio Cávado, as condições de prospeção arqueológica estavam muito mais facilitadas, uma vez que o terreno não apresentava grandes oscilações de cota.

---

<sup>78</sup> Samuel Leturcq, «À la découverte de la dimension spatiale des terriers...Le SIG, Outil d'analyse des terroirs d'exploitation», *Le médiéviste et l'ordinateur*, 44 (2006). A problemática das relações entre blocos e segmentos do parcelamento, bem como a deteção das lacunas interparcelares, constitui um dos pontos de inovação deste autor. Veja-se: *Un village, la terre et les hommes. Tourny en Beauce (XIIe-XVIIe siècle)* (Lyon: CHTS, 2007); Mélanie Le Couédic, Samuel Leturcq, Xavier Rodier, Hautfeuille, Étienne Fieux, e Bertrand Jouve, «Du cadastre ancien au graphe. Les dynamiques spatiales dans les sources fiscales médiévales et modernes», *ArchéoSciences. Revue d'archéométrie*, 36 (2012), 71-84.

Esta forma de trabalho requereu um estudo anterior das fontes de maneira a que, aquando de cada ida ao terreno, filtrássemos os vestígios com que nos poderíamos deparar e o tipo de estruturas físicas que deveríamos identificar. Por outro lado, permitiu-nos ainda localizar algumas das quintas e outras estruturas habitacionais que as fontes históricas mencionavam<sup>79</sup>.

---

<sup>79</sup>Sobre a relação entre a arqueologia da paisagem e os processos indiciários documentais, veja-se Franco Cambi, a cura di, *Manuale di arqueologia dei paesaggi. Metodologie, fonti, contesti* (Roma: Carocci Editore, 2011), 53-93.



## CAPÍTULO 2. AS PROPRIEDADES DO TOMBO

### 2.1. O SISTEMA DO PARCELAMENTO

#### *O tombo e o mostrador: o reconhecimento da terra (1714-1716)*

Entre 1714 e 1715 desencadeia-se um processo complexo e moroso de reconhecimento das terras do Mosteiro de Tibães. O tombeiro nomeado, Paulo Ferreira Santarém, antigo ouvidor de Braga, juiz de fora em Vila Real, detentor de experiência nesse domínio, pois já tinha sido juiz de tombo de outro Mosteiro da Congregação, irá reunir um conjunto de pessoas que tecnicamente o irão auxiliar a registar sucessivamente as terras.

Importa conceber este processo num contexto mais vasto, aquilo que Aurélio Oliveira chama o «esquema funcional» de vigilância física da terra, classificando-o de «relativamente simples e eficaz»<sup>80</sup>. Com efeito, o mosteiro depositava em «achegadores» a função de «saber das terras que andavam vagas, denunciando-as para se fazerem os respetivos arrendamentos, participando nas Vedarias (sic) e Avaliações das terras»<sup>81</sup>. Trabalhando de perto com o recebedor, arrecadando rendas, cabia-lhe também participar nas vedorias, auxiliando o vedor e os louvados na nova medição das terras, sujeitas depois a um novo contrato.

O tempo dos tombos se, por um lado, assenta neste «esquema», rompe com ele, pois, sendo sistemático, o que se pretende é em momentos políticos carregados de intencionalidade, estabelecer uma nova ordem. O momento é excepcional, pois a feitura de um tombo exige elevados custos e a multiplicação de uma série de formalismos, desde convocatórias, confrontações no terreno, alegações e contra-alegações e sentenças. Em 1714, no momento de confirmação de Paulo Ferreira de Santarém como juiz do tombo, o mosteiro expressa claramente as suas intenções: «quer fazer tombo das propriedades do Mosteiro de Tibães (...) por entender que andam em muita parte usurpadas ao dito convento»<sup>82</sup>. Julgamos que, neste caso, há mesmo uma vontade marcada de viragem estrutural na política senhorial do mosteiro.

---

<sup>80</sup> Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 260.

<sup>81</sup> Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 260.

<sup>82</sup> ADB, MC, Tibães, Tombos, n.º55, volume I, 1714, fl.3.

Juntemos alguns dados:

- tal como já sublinhámos, em finais do século XVII e inícios do século XVIII, ocorre uma quebra acentuada no rendimento dos dízimos, o que provavelmente está na base de um novo entendimento sobre a política da terra por parte do mosteiro;

- em 1713, na Junta Geral, um novo órgão criado para consolidar o trabalho do Capítulo Geral, discute-se e promove-se uma intervenção mais ativa «sobre a política de Arrendamentos, Prazos, e Simples Colónias; ainda ligado ao mesmo sector, determinações sobre os arrendamentos junto aos muros dos mosteiros, cercas e quintas; sobre a política de reservas nessas mesmas áreas; sobre a política de sub-arrendamentos; sobre os pedidos de hipotecas e sobre a concessão de géneros, e ainda sobre as arrematações em hasta pública das rendas mais volumosas do mosteiro e as próprias terras»<sup>83</sup>;

- no mostrador das propriedades feito depois da «factura do novo tombo», refere-se explicitamente uma outra decisão da Junta, de 26 de Agosto de 1716, por comissão do Capítulo Geral, que estabelece que «fica sendo como cazal o reconhecimento de tudo o que cada hum pesue com a sua renda apontada»<sup>84</sup>.

Estes três indicadores configuram uma mudança no que diz respeito ao controle e contratualização do parcelamento da terra sob domínio do mosteiro. Tenta-se claramente redefinir uma estratégia de reconhecimentos das terras que não passa pelas antigas unidades de referências. O título de reconhecimento passa a ser um instrumento que supera o título de casal<sup>85</sup>.

Como se refere, «bem sei se não livra de censura que declara as propriedades debaixo do titollo de reconhecimento devendo ce fazer devaixo de titollo de cazal. Como he estillo; ao que se responde que se com atenção lerem e olharem pera os titollos por onde se fes o tombo acharão em cada hum muitos itens, e cada hum de seu cazal; rezão per onde seria nunca acavar o querer unir outra ves os tais cazais pois se achão devididos em vários pesuidores, e os titollos com pouca clareza que suposto há tombos por nenhum se podião guiar se não pelos prazos, e arrendamentos como se fes no presente cazo por ser mais útil, e conveniente a este mosteiro»<sup>86</sup>.

---

<sup>83</sup> Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 131-132.

<sup>84</sup> ADB, MC, Tibães, Mostrador das Propriedades, n.º701, 1716, fl.2v.

<sup>85</sup> Para uma apreensão histórica da emergência do casal, veja-se André Marques, *O casal: uma unidade de organização do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)* (tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2006).

<sup>86</sup> ADB, MC, Tibães, Mostrador das Propriedades, n.º701, 1716, fl.2v.

Os prazos e os arrendamentos aqui mencionados são precisamente aqueles que suportaram a vigência daquilo que atrás chamámos a colonização empreendida por Tibães. São estes contratos, sobretudo os de arrendamento de simples colónia que irão, agora, ser alvo de um novo enquadramento, que passa pela sua reconversão em prazo. Os termos são muito claros na Junta Geral de 1713 - «seria conveniente emprazarem ce algumas terras de simplex colonia pertencentes a este Mosteiro de Tibães, porquanto fazendo os simplex colonos nelles benfeitorias de grande custo, se depois os quisessem lançar fora nos obrigarão a que lhes pagássemos as benfeitorias que muitas vezes valerão mais que as mesmas propriedades»<sup>87</sup>. A acumulação de benfeitorias nas terras de simples colónia, cujo pagamento cabia ao senhorio se decidisse expulsar os colonos, virava-se contra a política de colonização empreendida ao longo do século XVII.

Concentremo-nos na estrutura interna do Tombo de 1714-1715<sup>88</sup>. Os redatores do tomo focam-se frequentemente na parcela ou subparcela de terra a que se referem, não tendo necessidade de a enquadrar num conjunto mais abrangente<sup>89</sup>. Por outras palavras, aos redatores dos tombos não interessa abordar o casal mas antes a propriedade que querem descrever, sem ter que a enquadrar no seu conjunto (casal)<sup>90</sup>.

Antes de passar à análise da fragmentação dos títulos, importa ainda cruzar o trabalho de indexação feito no cartório e arquivo do mosteiro em 1776, com a impressão colhida pelos autores do mapa de bens elaborado em 1775 por causa do cálculo eventual da décima predial. Com efeito, ambas as peças ajudam, mais uma vez, a perceber o puzzle intrincado da

---

<sup>87</sup> Biblioteca Pública Municipal do Porto, Ms. N.º2, Actas Capitulares, 1713, fl. 25 apud Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 267.

<sup>88</sup> É altura de referir que, erradamente, este tomo é datado de 1715, quando em rigor ele começa a 17 de janeiro de 1714, com a tomada de posse do juiz de tomo. Em 15 de março desse ano, iniciam-se propriamente os trabalhos práticos do tomo. Mire de Tibães começa a ser reconhecida 19 de março desse ano. No ano seguinte ainda está a ser reconhecida. O tomo, do ponto de vista formal, depois das contralegações e sentença, é dado por concluído em 11 de junho de 1718. Ambos os volumes respondem pela cota seguinte - ADB, MC, Tibães, Tombos, n.º55 e 56, volumes I e II, 1714-1715. O mostrador ao qual está associado é de 1716, e continuará a ser acrescentado ao longo do século XVIII. Por isso é que em 1776 ele ainda se acha por encadernar, tal seria o seu uso no reconhecimento das terras.

<sup>89</sup> Tal como dissemos na introdução, por parcelas, entendemos aqui as unidades físicas do território, não as unidades artificiais de domínio jurídico da terra. Um «casal» pertence a esta última categoria; um conjunto de leiras dispersas por vários caseiros e ligadas a vários contratos, mas localizadas no mesmo espaço, definem uma parcela. O subparcelamento corresponde à fragmentação física da parcela. Quando utilizarmos o termo «parcela» e «subparcela», entre aspas, estamos a significar títulos de reconhecimento da propriedade, já distantes dos títulos de casal.

<sup>90</sup> De realçar que no Tombo de Tibães apenas são mencionados os seguintes casais: Campo do Casal; Campo do Casal da Ponte; Campo do Casal de Resende; Campo do Casal de Vila Nova (Lugar de Sobrado); Campo do Casal do Monte. Como se pode verificar, mais uma vez, o que aqui está em questão é a parcela de terra cultivada e não o Casal em si. Esta é uma visão condicionada do panorama real de Mire de Tibães no século XVIII, uma vez que apenas é mencionada uma pequena parte daquilo que seria a totalidade de casais e quintas na freguesia.



fragmentação da propriedade do ponto de vista do seu controle e da sua própria dinâmica social e espacial.

O texto que se transcreve a seguir constitui um verdadeiro tratado histórico dessa mesma dinâmica:

«Ultimamente se adverte geralmente tanto pelo que respeita aos cazaes deste mosteiro como pelo que respeita aos bens que forão de S. Claudio que muitas vezes sucedia que se achão alguns Cazaes com nomes diferentes que se não encontrão nos tt<sup>os</sup> antigos sendo a cauza disto o terem alguns Pais mais filhos aos quaes davão hua parte de tal cazal: o ditto Filho como não tinham cazas em que viver fabricavam as que lhes erão necessárias para a sua vivenda de que rezultava entrarem a chamar a esta parte assim separada daquele Cazal Primordial o Cazal de tal com outro nome diferente do Cazal primitivo ao qual na verdade pertencia aquella parte desmembrada e q dalli por diante entrara a chamar-se de diverso modo; o que se colige claramente do Tombo de 1528 em que uns Cazaes tinhão Cazas e outros não e ne nome de Cazal, pois erão propriedades dividadas do Cazal principal; de que rezultava tanto que fazião assenta de Cazas para ellas intitulem o Cazal de tal, e outras vezes Cazal de João dos Santos, outras o Cazal do Curto, etc. donde rezultava apelidarem-se dalli por diante Cazal do Curto por se chamar aquelle seo 1<sup>o</sup> possuidor da ditta parte desmembrada ... e esta a Cauza de se acharem alguns nomes mudados e outros diferentes .... O mesmo que sucede com as divisões referidas acontece também com muitas unioens que se tem feito de Varios Cazaes que tendo nomes e apelidos diversos se achão hoje reduzidos a hum ou 2 como claramente se mostra que tendo este mosteiro por exemplo 10 e 12 e 17 Cazaes em algumas freguesias apenas temos hoje 3, 4 ou 6: nascido este das unioens que os Cazeiros da parte de hum Cazal para si e a unem a seo Cazal, e outros Cazeiros que comprão outras propriedades e unem estas ao seo Cazal principal e antigo, daqui resulta extinguir-se o nome do outro Cazal que se vendeo e repartio. Ora esto sucede (1775) em muitos Cazaes tanto pelo que respeita as divizoens como pelo que toca as unioens de huns e outros ... isto mesmo succedeo não so nos ditos Cazaes que erão deste mosteiro suprimindo-se os nomes de huns e por se ajuntarem as suas propriedades com que perderão o próprio e particular nome que tinhão, mas também aconteceu pelo contrario a outros que plas suas divizoens tomarão diferentes nomes arbitrários conforme os donos quizerão ou lhes zerão tirados dos sitios em que fazião as Cazas para viverem, e que ficava sendo cabeça de Cazal que novamente denominavam. Do mesmo modo que tem havido as ditas unioens em huas partes, e divisoens em outras, assim também se deve advertir q há muitos Cazaes que

tendo o seu principio e origem em hua freguesia por nella ter o seo assento de Cazaes dos quaes como se Cabeço dimanavão as propriedades pertencentes aos donos que nellas moravam sucedia muitas vezes que estes mesmos Senhores das Cazas tinham propriedades que lhes pertenciam sitas nas freguesias vizinhas como sucede na mayor parte dos Cazaes de São Claudio, que tendo o seo assento dos limites desta freguesia qual he o Casal dos Medos e outros Cazaes tem terras que pertencem a estes Cazaes que se achão sitas nas freguesias vizinhas de Gundar, S. Pedro da Torre, Serraleis, etc. Assim acontece no Casal de Varaes que tendo a seo principio na Freguesia de Villa vai buscar terras e propriedades que lhe pertencem e se achão dispersas pelas Freguesias de Areosa, Balthazares, Affife, etc. O mesmo sucede em Carreço e outra partes. (...) basta dizer que assim como as freguesias nas suas primeiras fundacoens tinham 4, 6 ou 8 lugares que chamavam Cazaes e pelo tempo adiante forão aquelles freguezes dando a seos filhos vários pedaços de terra para sua sustentação donde resultou haver hoje em cada Freguezia muitos lugares assim do mesmo modo obrarão no que toca aos Cazaes e por isso he que muitos tem os nomes diferentes dos 1<sup>os</sup>, pois aquelles davão hua porção de terras a seos filhos estes os dividião pelos que tinham e deste modo hião fabricando tantos Cazaes quantos eram os diferentes que se hião estendendo pelas freguesias pondo cada hum arbitrariamente, ou originando do sitio em que fazia e levantava as suas cazas de morada, o nome que melhor lhe parecia como he claro e a experiencia quotidiana demonstra repetidas vezes»<sup>91</sup>.

Relativamente à Freguesia de Mire de Tibães, o tombo conseguiu apurar um parcelamento, em que a maioria dos títulos apresenta apenas uma subparcela e onde, surpreendentemente, a regime de simples colónia já não domina (Tabela 9)<sup>92</sup>.

---

<sup>91</sup>ADB, MC, Tibães, n<sup>o</sup> 724, Mapa de bens de 1775, apud Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 308-309.

<sup>92</sup>Estes resultados foram recolhidos e tratados através da constituição de uma base de dados em Access, onde registámos, em cada entrada, todas as informações relativas aos títulos de reconhecimento, «subparcelas», dimensões físicas e respetivos caseiros e consortes.

Tabela 9. N° de subparcelas por parcelas, e natureza respetiva do contrato (Mire de Tibães, 1714-1715)

<b>Subparcelas</b>	<b>Parcelas = Títulos de reconhecimento</b>	<b>Prazo</b>	<b>Simples Colónia</b>	<b>Indefinido</b>	<b>Censo</b>
1	49	29	14	5	1
2	22	13	9	0	0
3	12	6	4	2	0
4	17	11	6	0	0
5	6	4	2	0	0
6	6	3	3	0	0
7	4	1	3	0	0
8	1	1	0	0	0
9	6	3	3	0	0
10	1	0	1	0	0
12	3	2	1	0	0
13	1	0	0	1	0
14	2	0	2	0	0
15	1	1	0	0	0
16	1	1	0	0	0
17	1	1	0	0	0
18	2	2	0	0	0
19	2	1	1	0	0
26	1	1	0	0	0
	<b>138</b>	<b>80 (138)</b>	<b>49 (138)</b>	<b>8 (138)</b>	<b>1 (138)</b>

A diferença relativamente a 1614 é notória. Ai, no índice do *Livro do estado das propriedades* quase todas elas são reconhecidas como ainda casais e de simples colónia ou, posteriormente, em anotações datadas das décadas seguintes, são tidos como terem passado a esse regime<sup>93</sup>.

Vejamos também a imagem desse passado definitivamente longínquo (Tabela 10).

<sup>93</sup>ADB, MC, Tibães, Mostradores das Propriedades, n°698, «Livro do estado em que estão as Propriedades deste mosteiro de Tibais este anno de 1614 e do que a elle pertence de terras e jurisdição», 1614, índice. De qualquer forma, nota-se uma fragmentação desses «casais».

Tabela 10. N° de subparcelas por parcelas, e natureza respetiva do contrato (Mire de Tibães, 1714-1715)

<b>Nome</b>	<b>Natureza</b>
Assento desta igreja	
Bouça do Picouto de Arcas	
Bouça do Salgueiro da Serpe	
Casa de Vila Nova	Simples colónia
Casal chamado de Padim	
Casal da Cancela	Simples colónia
Casal da Coura	Simples colónia
Casal da Lagoa	Simples colónia
Casal da Vila	Simples colónia
Casal das Barrosas	Simples colónia
Casal de Agrafonte	Simples colónia
Casal de Campos	Simples colónia
Casal de Custóias	Simples colónia
Casal de Melhorado de Baixo	Simples colónia
Casal de Melhorado de Cima	Simples colónia
Casal de Penelas	Simples colónia
Casal de Rosende	Simples colónia
Casal de Souto Longo	Simples colónia
Casal do Monte	Simples colónia
Casal do Sobrado do Curto	Simples colónia
Casal de Jugueiros	Simples colónia
Moinho dos Ferros	
Parte do dito Casal de Sá	

Da fragmentação do subparcelamento, ensaiámos a reconstituição do que seria a dimensão média da subparcela, recolhendo as medidas Norte-Sul, Nascente-Poente das 554 subparcelas registadas na nossa base de dados. O resultado é impressionante (Figura 4).

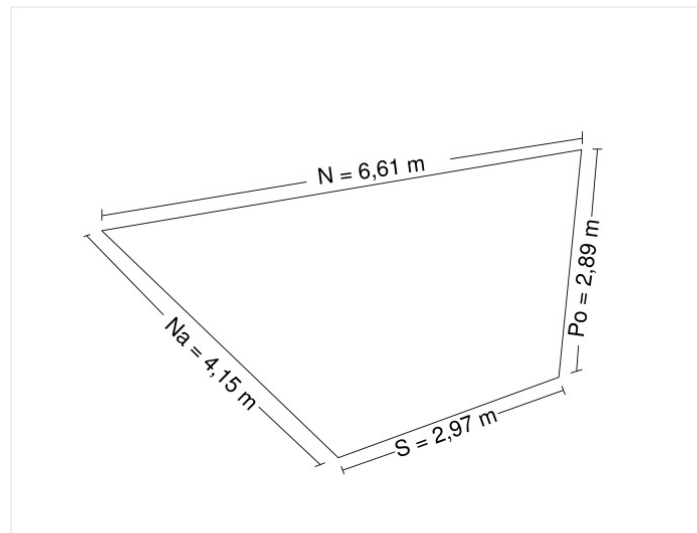


Figura 5: Representação das medidas médias das subparcelas em Mire de Tibães no Tombo de 1714-1715

Nos livros de recibos é possível ainda ver a funcionar a unidade «casal», num esforço para reconduzir a renda dividida entre os caseiros e os diversos títulos de reconhecimento. Dir-se-ia que o parcelamento é controlado através de dois planos: o do tombo e mostrador; o dos recibos. Neste esforço cruzado, é preciso inserir o novo emprazamento das terras e reconversão dos arrendamentos de simples colónia.

Vejamos um exemplo, retirado do Livro de recibos de 1739-1741 (Tabela 11)<sup>94</sup>.

---

<sup>94</sup> ADB, MC, Tibães, Livros de Recibos, n.º 336, 1739-1741.

Tabela 11. Casais referidos nos livros de recibos (Mire de Tibães, 1739-41), e sua comparação com a lista de 1614.

<b>Casais em 1739-1741</b>	<b>Casais em 1614</b>
Casal da Cancela	Sim
Casal da Lagoa	Sim
Casal da Lâmpada e Bemposta	Não
Casal da Lousa	Não
Casal da Lousa e de Vila	Não
Casal da Subcasa	Não
Casal da Torre de Sobrado	Não
Casal da Vila Nova	Sim
Casal das Barrosas	Sim
Casal de Agrafonte	Sim
Casal de Campos	Sim
Casal de Custoias	Sim
Casal de Jogueiros	Sim
Casal de Mavila	Não
Casal de Melhorado de Baixo	Sim
Casal de Melhorado de Cima	Sim
Casal de Nugueiredo	Não
Casal de Penelas	Sim
Casal de Penelas na Barreguda	Sim
Casal de Penelas sobre as pontezinhas	Não
Casal de Vila	Sim
Casal do <i>Pasadão</i>	Não
Casal do Curto	Não
Casal do Giesteiro	Não
Casal do Monte	Sim
Casal do Outeiro de Sobrado,	Não
Casal do Penedo	Não
Casal do Souto Longo	Sim
Casal do Vinhal	Não

Os nomes das terras<sup>95</sup> que fixam esta realidade flutuante dos títulos de reconhecimento são, no que diz respeito ao Tombo de 1714-1715, os seguintes:

- **Bocados de terra;**

- **Bouças** (bouça a que o prazo chama de Cortelho, no Lugar de Resende; Bouça da Corugeira; Bouça da Cruz; Bouça da Ladroeira; Bouça da Lamela; Bouça da Torre de Sobrado; Bouça das Barrosas; Bouça das Barrosas ou Carrascal; Bouça de Agrafonte; Bouça de Namozelos; Bouça de Ruães; Bouça do Carvalhinho; Bouça do Carrascal; Bouça do Picoto de Arca; Bouça do Carregal; Bouça dos Tojos, em Agrafonte de Cima; Bouça dos Verdes; Bouça Velha);

- **Campos** (Campo d'Além a que o prazo chama de Silvares e da Manguela; Campo da Barca de Água; Campo da Barreguda; Campo da Cachadinha na Freguesia de Mire e na de Padim; Campo da Fontainha da Igreja; Campo da Lagoa; Campo da Lagoa a que o prazo chama Pumar; Campo de Masim; Campo da Ponte do Outeiro; Campo da Rifana; Campo da Seara; Campo da Su Casa; Campo da Subcasa, por baixo do Lugar de Melhorado; Campo da Tojeira; Campo das Barrosas; Campo das Cartas; Campo das Cerdeiras; Campo das Lamelas; Campo das Lavadeiras; Campo de Martim; Campo de Melhorado; Campo de Pedreiros; Campo de Poletes; Campo de Rei; Campo de Rossas; Campo de Sobrado; Campo de Sobrão; Campo de Viandes; Campo de Barreiro; Campo de Campelo; Campo de Carreiro; Campo do Carvalhinho; Campo do Casal; Campo do Casal da Ponte; Campo do Casal de Resende; Campo do Casal de Vila Nova, no Lugar de Sobrado; Campo do Casal do Monte; Campo do Eido do licenciado João Fernandes Antão de Braga no Lugar de Melhorado de Cima; Campo do Giestal; Campo do Giestal a que o arrendamento chama dos Paulos; Campo do Lameiro; Campo do Pedregal no lugar de Resende; Campo do Preiro; Campo do Rodolho; Campo do Sobrão; Campo dos Casais; Campo dos Goios a que o prazo chamava Bouça dos Govos; Campo e Casal da Togeira; Campo e eido em que os caseiros vivem no lugar das Barrosas; Campo Grande em que a caseira tem as casas no lugar de Melhorado de Baixo; 1 grande Campo no Lugar do Carvalho do Lobo; Campo do Casal em Melhorado de Cima);

- **Casais** (Casal de Cima);

- **Devesas** (Devesa com carvalhos, castanheiros e Sobreiros; Devesa de Pé; Devesa do Carvalho do Lobo);

---

<sup>95</sup> José Vicente Serrão, «Os nomes das terras: o padrão predial das terras de Lisboa no século XVIII», *Ler História*, 43 (2002): 85-124.

**- Migalhos de terra;**

- **Montes** (Monte baldio; Monte Baldio em Agrafronte ou Carvalho do Lobo; Monte Baldio no lugar das Barrosas; Monte das Barrosas; Monte de Agrafronte ou do Carvalho do Lobo; Monte de S. Gens; Monte de Seixido; Monte do Covo; Monte Maninho; Montinho).

Através da análise das fontes consultadas, podemos concluir que dentro do sistema de arrendamento de terras que o mosteiro estabelecia com os caseiros, existia ainda um sistema de subarrendamento das mesmas propriedades. Existia, portanto, uma relação numa primeira instância entre o mosteiro e os seus caseiros, que pagam renda pelas terras que produzem. E, numa segunda instância, entre os caseiros anteriormente mencionados e os ditos consortes O subarrendamento das terras está intimamente relacionado com o aumento das rendas a pagar ao mosteiro. Os caseiros, incapazes de pagar o foro imposto pelos monges, viram-se obrigados a arrendar as próprias terras a outras pessoas, os consortes, provocando a proliferação de um desmembramento sucessivo das terras de cultivo<sup>96</sup>. Existem vários caseiros que pagam renda de um mesmo «casal» ou título de reconhecimento. Um mesmo caseiro pode até explorar terras de vários «casais» ou títulos de reconhecimento em simultâneo.

Neste contexto, poderá ainda ser alvo de reflexão a origem dos indivíduos que trabalham as terras reconhecidas em Mire de Tibães no Tombo de 1714-1715 (Mapa 3, Volume II). Os dados denunciam que há um número considerável de caseiros em Mire oriundos de outras localidades (quer do próprio Couto de Tibães, quer de outras regiões). Esta tendência, refira-se, é antiga, pois já em 1635, em Capítulo Geral proíbe-se a realização de mais arrendamentos a pessoas de fora, pois «por serem muitas as pessoas de outras freguesias que possuem terras em Mire e as lavrão pelos lavradores de Mire estão tão pobres os de Mire que as tem respassadas nas pessoas de outras freguesias»<sup>97</sup>.

---

<sup>96</sup> ADB, MC, CSB, Actas Capitulares, n<sup>o</sup>314, 1535 apud Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 289.

<sup>97</sup> Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 287-290. Neste contexto, importará futuramente, explorar a documentação relativa às dívidas dos caseiros que são "*Lembrança dos Domínios que se estão devendo ao Mosteiro*". Estes livros apresentam-se organizados por freguesias e por um determinado número de anos. A tipologia das dívidas é diversa, originando um registo diferenciado. Caseiros que devem dinheiro por compra de uma determinada terra (cf. ADB, MC, Tibães, Dívidas dos Caseiros, n<sup>o</sup>374, 1764-1778). Caseiros que se atrasam no pagamento da renda, em dinheiro ou em géneros (cf. ADB, MC, Tibães, Dívidas dos Caseiros, n<sup>o</sup>375, *Rol do Couto do ques eztão devendo os cazeiros de anos atrasados e do de 1779, 1779*)



*O encadeamento da informação das parcelas: pistas e interrogações*

No mostrador das propriedades de 1716, nas observações preliminares que já aproveitámos anteriormente, termina-se com a seguinte pista relativa às partilhas ou divisões das propriedades: «os Cazeiros as fazem sem dar parte por não paguarem o Dominio ocultão emquanto podem salvo se os obriga alguma conveniência propria; E quando estes vierem com Carta de Compra, q conste da parte, e não de todo o Casal = o que sempre há de ser pois não he posivel evita llo se lhe não aseite devizão na penção senão q pague o que proRata lhe tocar ao pesoidor da major parte do Casal, E este satisfaça por inteiro ao Mostejro na forma que ao diante vai declarado no reconhecimento de cada hum como já se fes a hum Bento Soares de Padim, que comprando sem dar parte hua leira na seara melhor pessa que ee acha em hum Reconhecimento de Anastacia da Costa das Pontezinhas quis com força de aderencia se lhe apartasse a penção, E se lhe negou, e paga o que lhe toca a Viuva, e esta paga ao mosteiro por inteiro»<sup>98</sup>. Estamos, pois, perante uma das questões cruciais. Alerta-se para as omissões por parte dos caseiros, para a eventualidade de existirem terras que não foram reconhecidas no Tombo de Tibães. O que, longe de ser uma surpresa, permite pensar no «esquema funcional» que em parte é trabalhado a partir do interior do cartório e do arquivo para compensar essa situação.

Um desses mecanismos está precisamente na mobilidade demonstrada pelos mostradores em acompanhar, através de anotações, o encadeamento geracional da posse da terra. O mostrador de 1716, por exemplo, assume quanto a nós a função de fazer convergir ao longo de quase todo o século XVIII informações desse teor para a sua malha. Daí, talvez, a explicação para se manter solto, não encadernado. A portabilidade da sua informação, a necessidade de a fazer circular entre o cartório (a zona do recibo) e o arquivo era fundamental.

Tomemos como exemplo a seguinte sequência:

«Reconhecimento q fes Maria da Silva Viuva do lugar do aSento T. 1<sup>a</sup> p. fl. 608v. he 3<sup>a</sup> vida  
Prazo 1<sup>o</sup> 21 fl 149 – feito por Bento Aranha aos 8 de Janeeiro de 1685

Renda

Meado – hum alqueire

De galinha – hum carto

Frango – hum

---

<sup>98</sup> ADB, MC, Tibães, Mostrador das Propriedades, n<sup>o</sup>701, 1716, fl.3.

Lutuoza outro tanto

[1ª anotação à margem]

Paga mais hum frango por hum bocado de mato junto a nossa Capela de Mire

[2ª anotação à margem]

Renovouse este prazo em Jeronima Francisca e seu marido Custodio Correa de Carvalho aos 22 de abril de 1728 tam neste couto Luis Francisco Ferreira e também se lhe autorizou a escriptura de doze feitas na nota do tam asima aos 21 de Abril como asima digo e o prazo aos 28 de Abril do dito ano

[3ª anotação à margem]

He falecido Custodio Correia 1ª vida neste prazo e 1734, pagousse seu sal mulher Jeronima. Este he também falecida vive em 3ª vida de seu filho Miguel Francisco. Este verão este Prazo ao Domingos Ignacio Jose Peixoto 1772, pouco mais ou menos, estão se acharem vitada a escritura neste Mostejroo

[4ª anotação à margem]

He falecido Miguel Francisco na freguesia encerrados por 1790 pouco mais ou menos Deve-se a sua lutuoza»<sup>99</sup>.

---

<sup>99</sup> ADB, MC, Tibães, Mostradores das Propriedades, nº 701, fl 15.

*O domínio direto: as quintas.*

Algumas das estruturas habitacionais mais antigas, nomeadamente as casas das quintas, continuam ainda a marcar de uma forma subtil a paisagem rural da freguesia. Certo é que algumas das estruturas, mais frágeis e perecíveis não resistiram ao tempo. As próprias fontes históricas dão conta da existência de casas colmaças, das quais certamente já não se encontram vestígios. Estes dados remetem-nos logo à partida para uma distinção social entre caseiros, os quais residiam na casa da quinta, e consortes que residiriam em casa anexas às primeiras. São, portanto, as casas sobradadas, construídas em pedra granítica e normalmente com uma estrutura em “L”, que permanecem como verdadeiros marcadores da paisagem.

A sabedoria popular guarda ainda na memória o momento que marcou a extinção e/ou queda das principais quintas que possivelmente outrora foram casais. Aquando das grandes fainas agrícolas em que se juntavam muitos trabalhadores rurais eram comuns as cantigas e os versos que, de uma maneira geral, enfatizava o que ia acontecendo na freguesia. Um dos versos que ainda hoje os mais velhos cantam sintetiza o que de facto aconteceu com algumas dessas grandes quintas:

“Melhorado melhorou,  
Barca de Água barqueou.  
Agrafonte leva o ramo  
E a Cancela já quebrou.”

De facto, verificamos que a memória do lugar não se perdeu com o passar do tempo, permanecendo simbolicamente ativa. Esta é pois uma forma que a população arranjou para explicar e vivenciar o meio em que estavam inseridos.

No mapa 7 (Volume II) consegue-se perceber a malha de quintas antigas, algumas delas conseguimos reconstituir, através da utilização do GPS (Global Positioning System), ao longo dos vários momentos de prospeção que realizámos.

## 2.2. OS CIRCUITOS DO TERRENO

### *A morfologia*

Joaquim Ramos de Carvalho defende que «as características do terreno e do modo de exploração da terra determinam a forma de povoamento e a estrutura da paisagem agrária»<sup>100</sup>. A integração destes dados numa ecologia do parcelamento de Mire de Tibães exige um processo de análise fina do parcelamento, nomeadamente para responder à questão de como as culturas vegetais e a exploração animal foram sendo modeladas e estruturadoras das políticas senhoriais e da negociação destas com os exploradores das terras – os caseiros e os consortes<sup>101</sup>. Em toda a Freguesia de Mire de Tibães é notória uma morfologia díspar, caracterizada por relevos vários, vales, alvéolos amplos, colinas e vales fluviais (Mapa 8, Volume II).

Neste contexto, é nítida uma profunda exploração dos solos agrícolas sobretudo das terras mais baixas dos vales. É, portanto, uma paisagem dominada essencialmente pelos campos de cultivo, os quais são manejados por uma intensa rede de “caminhos de pé e de carro”, carreiros, cangosta, muretes de pedra (muros de mamposteria ou “árvores de fruto avidadas”. Caracteriza-se essencialmente por uma grande zona de veiga que se estende até ao Rio Cávado, local onde se localizam as principais zonas agrícolas que, de uma maneira geral, geral beneficiam de uma larga rede hidrográfica. O Rio Cávado exerce uma profunda influência em toda a morfologia da freguesia em estudo. Para além disso, a freguesia beneficia ainda dos leitos da Ribeira de Panoias e do Rio Torto.

Em termos geológicos, característica do Noroeste, as principais rochas consolidadas são granitos, quartzitos, xistos e diversas rochas afins destas, podendo ainda encontrar-se formações de cobertura do Holocénico (aluviões) e do Plio-Plistocénico (terraços fluviais). De um modo geral, Mire de Tibães beneficia ainda de condições climáticas húmidas favoráveis à alteração dos

---

<sup>100</sup> Carvalho, «Comportamentos morais e estruturas sociais ...», 201.

<sup>101</sup> Este programa, noutros âmbitos e objetivos, é perceptível, entre outros, nos seguintes trabalhos: Cristiano Joaquim Moreira da Silva Castro, «A paisagem agrária do vale da Ribeira de Barrosas, Lousada (sécs. XVI-XVIII)» (tese de mestrado, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2012); Pedro Joaquim da Cunha Magalhães, «Propriedades e proprietários da terra na Freguesia de Nespereira (Lousada). Roturas ou continuidades – da época moderna ao liberalismo» (tese de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012); Elza Maria Gonçalves Rodrigues de Carvalho, *Basto (Stª Tecla). Uma leitura geográfica (do século XVI à contemporaneidade)* (Guimarães: NEPS, 1999); Maria Judite Seabra, *Alvorge. Uma comunidade rural do séc. XVIII* (Coimbra: Câmara Municipal de Ansião / Comissão de Coordenação da Região Centro, 1989); Sobre o estado destas questões, ver Margarida Sobral Neto, «A historiografia rural portuguesa», *Studia Historica. Historia Moderna*, 29 (2007): 251-275 (nº temático: La Historia rural, ayer y hoy).

granitos e numa tectónica complexa que influencia direta ou indiretamente a morfologia, criando desníveis ou facilitando a erosão diferencial. Verifica-se a fraca existência de afloramentos de rochas devido à densa cobertura arbórea e à cobertura dos solos dos terrenos agrícolas.

### *As redes de caminhos e o parcelamento.*

Nicolas Poirier na sua obra defende igualmente que «les chemins servant de confront aux parcelles, on obtient un découpage en secteurs où les limites parcellaires joignent entre eux les tronçons de réseau viaire en étoile autour de l'agglomération»<sup>102</sup>.

A rede viária do couto já foi tratada por Aurélio de Oliveira<sup>103</sup>. No Tombo de 1714-1715, conseguimos recolher no que diz respeito a Mire de Tibães, uma rede fina e densa de caminhos, hierarquizados tendo os seus pontos de origem e de destino (Tabela 12). Apresentamos o resultado do cruzamento destes dados com a prospeção realizada<sup>104</sup> no Mapa 9 (Volume II). O que é notório é a forma como os caminhos, nas suas hierarquias vão estabelecendo os nichos para a demarcação das zonas microparcels. Alterar um caminho é alterar a lógica de implantação do microparcelamento.

---

<sup>102</sup> Nicolas Poirier, «Un espace rural en Berry dans la longue durée: expérience de micro-analyse des dynamiques spatio-temporeelles du paysage et du peuplement dans la région de Sancergues (CHER)» (tese de doutoramento, Tours, Université François Rabelais, 2007), vol. 1, 271. Do mesmo autor, ver a versão publicada: Nicolas Poirier, *Un espace rural à la loupe. Paysage, peuplement et territoires en Berry de la préhistoire à nos jours* (Tours: Presses Universitaires François Rabelais, 2010).

<sup>103</sup> Oliveira «A Abadia de Tibães 1630/80-1813», I, 69-73.

<sup>104</sup> Para a identificação dos caminhos de cronologia mais antiga foram utilizados não só os indicadores ambientais, tais como relevo e vegetação, como também foram consideradas informações orais susceptíveis de serem confrontadas com as informações das fontes históricas. É precisamente neste ponto que reside o principal objetivo de toda a nossa investigação, o cruzamento entre fontes de tipo historiográfico, fontes orais e evidências físicas ainda existentes. Só a partir daqui conseguiremos uma retrospção real da paisagem de Mire de Tibães. Temos então, por um lado, as fontes escritas que nos confrontam com a visão relativa e subjetiva de tombeiros e foreiros e, por outro lado, o contacto com as pessoas residentes na própria freguesia que melhor conhecem a terra onde nasceram e a forma como esta evoluiu e se transformou ao longo dos tempos e ainda a existência de marcos caminhos e delimitações que de certa forma parecem ter oferecido alguma resistência à passagem tempo. A localização e registo de caminhos foi efetuada através de um sistema de GPS utilizando um software específico, o Noni GPSPlot, que permite marcar rotas facilmente exportáveis para outros formatos, permitindo a sua visualização e manipulação, como por exemplo no Google Earth. Paralelamente, foram feitas anotações, a respeito das possíveis dimensões dos caminhos e diversos tipos de materiais associados, em fichas de campo especificamente pensadas e construídas para o efeito.

Tabela 12. Caminhos referidos em Mire de Tibães no Tombo de 1714-1715

Tipo	Destino do caminho	Caminhos principais (aqueles que ligam lugares)
0. Rio	Barco	Caminho público que vai para o Barco
0. Rio	Rio	Caminho público que vai para Sobrado e para o rio
0. Rio	Rio	Caminho que vai da Veiga do Argaçal para o rio
0. Rio	Rio Cávado	Caminho de carro que vai da Ladroeira para o Rio Cávado
1. Ponte	Cancela de Cais	Caminho de carro e de pé que vai da Ponte de Migarte para a Cancela de Cais
1. Ponte	Ponte das Lavadeiras	Caminho que vai para a Ponte das Lavadeiras
1. Ponte	Ponte de Migarte	Caminho que vai para a Ponte de Migarte
1. Ponte	Ponte de Migarte	Caminho que vai pela Veiga da Cancela de Cais para a Ponte de Migarte
1. Ponte	Ponte do Outeiro	Caminho que vai de Sobrado para a Ponte do Outeiro
1. Ponte	Ponte Pedrinha	Caminho de carro que vai da Cancela de Cais para a Ponte Pedrinha
2. Campo	Agra Maior	Caminho que vai para Agra Maior
2. Campo	Agra Maior e Ponte de Migarte	Caminho que vai para a Veiga de Agra Maior e para a Ponte de Migarte
2. Campo	Barreguda	Caminho de carro que vai para a Barreguda
2. Campo	Barreguda e Cancela	Caminho de campos da Barreguda e da Cancela
2. Campo	Cancela de Cais	Caminho que vai da Veiga da Ponte de Poletes para a Cancela de Cais
2. Campo	Cancela de Cais	Caminho que vai pela Veiga da Ponte de Migarte para a Cancela de Cais
2. Campo	Cancela de Migarte	Caminho que vai de Sobrado para a Cancela de Migarte
2. Campo	Cancela do Cais	Caminho que vai para a Cancela de Cais
2. Campo	Carvalho	Caminho que vem da Devesa do Carvalho
2. Campo	Casais	Caminho que vai de Sobrado para os campos dos casais
2. Campo	Devesa	Caminho público que vai do Lugar de Melhorado de Baixo para a Devesa

2. Campo	Devesa	Caminho que vai para a Devesa de Pé
2. Campo	Giestal	Caminho do Giestal
2. Campo	Indefinido	Caminho de carro, serventia de campos
2. Campo	Ladroeira	Caminho que vai para a Ladroeira
2. Campo	Lavadeiras	Caminho das Lavadeiras
2. Campo	Moinho	Caminho do Moinho
2. Campo	Montinho	Caminho que vai para o Montinho
2. Campo	Veiga de Agra Maior e Ponte da Barca	Caminho que vai para a Veiga de Agra Maior e para a Ponte de Migarte
2. Campo	Veiga de Agra Mior	Caminho de carro e de pé que vai para a Veiga de Agra maior
2. Campo	Veiga do Argaçal	Caminho que vai para a Veiga da Argaçal
2. Campo	Veiga do Argaçal	Caminho que vai pela Veiga de Sobrado para a Veiga do Argaçal
2. Campo	Veiga do Argaçal e Cancela do Cais	Caminho que vai para a Veiga do Argaçal e para a Cancela de Cais
2. Campo	Veiga do Sobrado	Caminho de carro que vai pela Veiga de Sobrado
3. Lugar	Agrafonte	Caminho que vai para Agrafonte
3. Lugar	Agramaior	Caminho que vai para Agramaior
3. Lugar	Amieira	Caminho que vai para a Amieira
3. Lugar	Barrosas	Caminho público que vai para as Barrosas
3. Lugar	Carrascal	Caminho de carro que vai para o Carrascal
3. Lugar	Carregais	Caminho que vai para os Carregais
3. Lugar	Carvalho do Lobo	Caminho que vai de Agrafonte para o Carvalho do Lobo
3. Lugar	Fonte da Igreja	Caminho de carro que vai para a Fonte da Igreja
3. Lugar	Fonte do Corgo	Caminho que vai para a Fonte do Corgo
3. Lugar	Fonte do Seixido	Caminho que vai para a Fonte de Seixido
3. Lugar	Melhorado	Caminho que vai para Melhorado
3. Lugar	Mire	Caminho que vai para Mire

3. Lugar	Mosteiro	Caminho público que vai para o mosteiro
3. Lugar	Mosteiro	Caminho que vai por junto da Quinta de Mire para o mosteiro
3. Lugar	Penelas	Caminho que vai para Penelas
3. Lugar	Ruães	Caminho que vai de Sobrado para Ruães
3. Lugar	Ruães e Monte Covo	Caminho público que vai para Ruães e para Monte Covo
3. Lugar	Sobrado	Caminho de carro que vai da Veiga de Sobrado para o Lugar de Sobrado
3. Lugar	Sobrado	Caminho que vai da Veiga de Agra Maior para a Veiga de Sobrado
3. Lugar	Sobrado	Caminho que vai para Sobrado
4. Freguesia	Graça	Caminho que vai para a Graça
4. Freguesia	Graça e mosteiro	Caminhos que vão para a Freguesia da Graça e para o mosteiro
4. Freguesia	Monte de Parad	Caminho que vai das Barrosas para o Monte de Parada
4. Freguesia	Mosteiro e Parada	Caminho que vai de Sobrado para o mosteiro e para Parada
4. Freguesia	Padim	Caminho que vai de Agra Maior para Padim
4. Freguesia	Panóias	Caminho de carro que vai para Panoias
4. Freguesia	Parede	Caminho que vai das Barrosas para Parada
4. Freguesia	Prado	Caminho de carro que vai para Prado e para o Argaçal
4. Freguesia	S. Paio	Caminho que vai para S. Paio
5. Braga	Braga	Caminho que vai de Agra fonte para Braga





### 2.3. O CADASTRO DE AGRAS VELHAS

#### *O reconhecimento das subparcelas*

Utilizámos uma secção do território para aplicar aquilo que julgamos ter já considerado como crucial: desenhar as subparcelas que compõem fisicamente uma parcela. Isto é, o corolário do nosso trabalho é reivindicar para o parcelamento a sua dimensão física efetiva.

Fixámos a nossa atenção numa determinada zona – Agras Velhas – e utilizámos como base a informação proveniente do Tombo de 1714 e 1715<sup>105</sup>.

Através das descrições do tombo procurámos definir o parcelamento de terras que compunham Agras Velhas:

Reconhecimento 1<sup>106</sup>:

«Reconhecimento que fes Maria Antonia veuua do Lugar de Penelas da Freiguezia de Mire Couto de Tibais de certas terras de prazo Citas na fFeiguezia de Mire

1.1. «Ittem mediraõ em Agras Velhas pera a parte do norte della huã leira que medida pelo meio nasente a poente tem de comprido cento e sesenta e duas varas e meia e na testa nasente de largo vinte varas, e na testa poente dezassete varas e meia levara de sementeira quatro alqueires de centeio tem hum penedo confronta do nasente e norte com Joseph Lopes Pais de Braga e do poente com Baltazar Salgado Chaves, e do sul com Manoel Francisco do Carvalho do Lobo tudo foreiro ao mosteiro fica marcada por marcos pera esta mediçaõ notefiquei os confrontantes asima nomeados do que dou fee»

1.2. «Ittem mediraõ em Agras Velhas da Freiguezia de Mire huã leira que medida pello meio nasente a poente tem de comprido noventa e huã varas e na testa nasente de largo doze varas e meia e na testa poente des varas e meia levara de sementeira dois alqueires de centeio tem hum sobreiro na testa nasente a donde parte desta leira anda a tojo confronta do nasente com o caminho q vaj de Agrafonte pera Braga e do poente e canto norte com estes cazeiros e terra deste tomo e do norte com Manoel Francisco de Carvalho de Lobo e do sul com Antonio

---

<sup>105</sup> ADB, MC, Tibães, Tombos, n.º55 e 56, volumes I e II, 1714-1715.

<sup>106</sup> ADB, MC, Tibães, Tombo, n.º55, I, fl. 541.

solteiro filho de Mário de Panoas tudo foreiro ao mosteiro pera a medição notifiquei os confrontantes do que dou fee»

Reconhecimento 2<sup>107</sup>:

«Reconhecimento que fes Manoel Martiñs Carrasco veuvo no Lugar de Penellas da Freiguesia de Mire de certas terras de simples colonia citas na Freiguesia de Mire»

2.1. «Ittem mediraõ em Agras Velhas huã Leira que medida pella testa poente tem de comprido setenta e duas varas e meia, e na testa norte de largo quinze varas e meia, e na testa sul sete varas e meia anda a tojo tem alguñs sobreiros e carvalhos confronta do nasente com Bento Gomes Peixoto, e Domingos Peixoto de Agrafonte e do poente com o mesmo Domingos Peixoto e do sul com Jozeph Lopes Pais de Braga tudo foreiro ao mosteiro e do norte com caminho que vaj para Agrafonte fica marcada por marcos pera esta medição notifiquei os confrontantes do que dou fee»

Reconhecimento 3<sup>108</sup>:

«Reconhecimento q fizeraõ Domingos Peixoto e sua molher Getrudes Goncalves do Lugar de Agrafonte da Freiguesia de Mire Couto de Tibaiñs de certas terras de simples colonia citas na dita freiguesia»

3.1. «Ittem mediraõ em Agras Velhas a que o arrendamento chama Agrafonte na testa nasente e norte della huã leira que medida pello meio nasente a poente tem de comprido trinta e sete varas e na testa norte de largo des varas e na testa sul de largo seis varas e meia anda a tojo tem alguñs carvalhos confronta do nasente com o caminho que vaj de Agra Fonte pera Braga e do poente com manoel Martiñs Carrasco e do sul com Bento Guomes Peixoto tudo foreiro ao mosteiro e do norte com o Caminho da Fonte fica marcada por marcos pera esta medição notifiquei os confrontantes do que dou fee»

3.2. «Ittem mediraõ na mesmas Agras Velhas caminhando da leira asima pera o poente outra leira q medida pello meio norte a sul tem de comprido cento e duas varas e meia e na testa norte de largo seis varas e meia e na testa sul sete varas e meia levara de sementeira hum alqueire de centeio confronta do nasente com Manoel Martiñs Carrasco e do poente com Bento Guomes Peixoto e do norte e sul com Joaõ digo com Jozeph Lopes Pais de Braga e com o caminho que vaj pera a fonte tudo foreiro ao mosteiro fica marcada por marcos pera esta medeçam notifiquej os confrontantes asima nomeados do que dou fee»

---

<sup>107</sup> ADB, MC, Tibães, Tombo, n°55, I, fl. 575.

<sup>108</sup> ADB, MC, Tibães, Tombo, n°55, I, fl. 643.

3.3. «Ittem mediraõ outra leira nas mesmas Agradas Velhas a Bouça de Agradafonte de sima caminhando da leira asima pera o poente que medida pello meio norte a sul tem de comprido sesenta e sete varas, e na testa norte de largo oito varas e meia e na testa sul de Largo nove varas levara de semente hum alqueire de centeio confronta do nasente com Bento Guomes Peixoto e do poente com Manoel Martiñs e do sul com valo alto de Jozeph Lopes Pais tudo foreiro ao mosteiro, e do norte com caminho que vaj pera a fonte fica marcada por marcos pera esta medição notifiquej os confrontantes asima nomeados do que dou fee»

Reconhecimento 4<sup>109</sup>:

«Reconhecimento q fizeraõ Manoel Francisco e sua molher Benta Peixota do Lugar do Carvalho do Lobo Freiguesia de Mire Couto de Tibains de certas terras de simples colonia citas na mesma freiguesia»

4.1. Ittem mediraõ em Agradas Velhas pera a testa poente della huã leira que medida pello meio nasente a poente tem de comprido setenta e duas varas e na testa nasente de largo des varas levara de semente meio alqueire de centeio confronta do nasente com as Farinheiras e do poente com Balthezar Salgado Chaves de Braga e do norte com as mesmas Farinheiras e do sul com Antonio solteiro com Antonio solteiro de Mário de Panoas tudo foreiro ao mosteiro fica marcada por marcos pera esta medição notifiquei aos confrontantes asima nomeados do que dou fee»

4.2. «Ittem mediraõ nas mesmas Agradas Velhas caminhando pera o norte e nasente perto da leira asima que medida pello meio nasente a poente tem de comprido nouenta e duas varas e na testa nasente de largo honze uaras e na testa poente noue varas e meia tem tres oliueiras e hum carualho pera a testa nasente leuara de semente hum alqueire de centeio confronta do nasente com caminho que vaj de Agradafonte pera Braga e do poente e sul com as Farinheiras e do norte com Jozeph Lopes Pais de Braga e Maria Antonia tudo foreiro ao mosteiro fica marcada por marcos pera a medição notifiquei os confrontantes do que dou fee»

---

<sup>109</sup> ADB, MC, Tibães, Tombo, n°55, I, fl. 681v.

Reconhecimento 5<sup>110</sup>:

«Reconhecimento que fes Francisco Xavier estudante filho de Jozeph Lopes Pais Cavalheiro professo da Ordem de Cristo da Freiguesia de Mire Couto de Tibaiães de certas propriedades de prazo citas na mesma freiguesia e na Freiguesia de Tibaiães»

5.1. «Ittem mediraõ em Agradas Velhas pera a testa norte della huã leira que medida pello meio norte a sul tem de comprido cento e oitenta e huã varas fas esta leira na testa nasente duas chaves huã pera o norte e outra pera o sul que medidas as chaves e leira na testa nasente tem quarenta varas e medida a chave que fas pera o sul na testa sul tem honze varas e a chave que fas pera o norte vaj em uolta esta leira no meio hem o mais estreita por fazer arco em uolta pera dentro de sj mesmo a chauce anda a tojo tem hum sobreiro leuara de sementeira coatro alqueires confronta do nasente com o caminho que uai de Agradas e do poente com Balthezar Salgado Chaves de Braga e do norte com Domingos Peixoto e Manoel Martiães de Pennellas e do sul com Maria Antonia veua e Manoel Francisco tudo foreiro ao mosteiro fica marcada por marcos pera a mediçaõ notefiquej os confrontantes asima nomeados do que dou fee»

Reconhecimento 6<sup>111</sup>:

«Reconhecimento que fes Maria Carualha donzella do Campo de Santa Anna da cidade de Braga de certas terras de prazo citas na Freiguesia de Mire Couto de Tibaiães»

6.1. «Ittem mediraõ elles louuados em Agradas Velhas da Freiguesia de Mire hua leira que medida pello meio nasente a poente tem de comprido duzentas e honze varas e na testa nasente e a chauce que fas pera o norte tem sesenta e noue varas e a chauce na testa norte tem de largo sete varas menos quarta e a leira na testa poente tem nouenta e sete varas leuara de sementeira doze alqueires de centeio parte desta leira pera o nasente anda a tojo adonde tem huães grandes penedos e alguães castinheiros e sobreiros, e tem arvores avidadas na testa nasente confronta do nasente com o Caminho de Agradas que vaj pera Braga e do poente com Balthezar Salgado Chaves de Braga e do norte com o filho de Antonio Gonçalves Mario da Freiguesia de Panoas e do sul com Domingos Guomes tudo foreiro ao mosteiro fica marcada por marcos pera esta mediçaõ notefiquei os confrontantes do que dou do que dou fee»

---

<sup>110</sup> ADB, MC, Tibães, Tombo, n°55, I, fl. 785.

<sup>111</sup> ADB, MC, Tibães, Tombo, n°55, I, fl. 832.

Reconhecimento 7<sup>112</sup>:

«Reconhecimento que fizeraõ Bento Guomes Peixoto e sua molher de Penelas da freiguezia de Panoas Couto de tibains de sertas terras de prazo sitas na Freiguezia de Mire»

7.1. «Ittem mediraõ em Agras Velhas na testa nasente della e pera parte do norte a que o prazo chama a Bouça de Agrafonte huma leira que anda atajo que medida pello meio norte a sul tem de comprido vinte e nove varas e na testa norte norte de largo sete varas e na testa sul outras sete varas confronta do nasente com o caminho que vaj de Agrafonte pera Braga e do poente com Manoel Martiñs de Penellas e do norte com Domingos Peixoto de Agrafonte e do Sul com Joseph Lopes Pais tudo foreiro ao mosteiro citej os confrontantes pera esta mediçaõ do que dou fee»

7.2. «Ittem mediraõ nas mesmaz Agras Velhas caminhando da leira asima pera o poente outra leira que medida pello meio norte a sul tem de comprido setenta e coatro varas e meia e na testa norte de largo vinte e coatro varas e meia e na testa sul vinte e huã varas e meia levara de sementeira alqueire e meio de centeio confronta do nasente e poente com Domingos Peixoto de Agrafonte e do sul com Joseph Lopes Pais de Braga tudo foreiro ao mosteiro e do norte com o caminho que vaj pera Agrafonte notifiquej os confrontantes do que dou fee»

7.3. «Ittem mediraõ nas mesmas Agras Velhas ou bouça de ssima de Agrafonte outra leira que medida pello meio norte a sul tem oitenta e tres varas e na testa norte de largo sete varas e meia e na testa sul de largo sete e duas seete duas terssas levara de sementeira meio alqueire de centeio tem arvores avidadas que daraõ de vinho hu almude confronta do nasente com Manoel Carrasco e do poente com Joã Lopes Tinoco do Campo dos Touros de Braga e do Sul com Joseph Lopes Pais tudo foreiro ao mosteiro e do norte com o caminho que vaj pera a fonte pera a mediçaõ notifiquei os confrontantes do que dou fee»

Reconhecimento 8<sup>113</sup>:

«Reconhecimento que fes Domingos Guomes veuuo morador na Nossa Senhora da Ajuda da cidade de Braga de huã leira de terra de simples colonia sita na Freiguezia de Mire Couto de Tibaiñs»

8.1. «Ittem mediraõ huã Leira na Veiga ou Bouça de Agrãs Velhas que a metade della pera o norte esta na freiguezia e a outra a metade na Freiguezia de Parada e na testa nasente desta leira a beira do caminho esta hum marco do lemite da Freiguezia de Santa Maria de Mire

---

<sup>112</sup> ADB, MC, Tibães, Tombo, n°56, II, fl. 498v.

<sup>113</sup> ADB, MC, Tibães, Tombo, n°56, II, fl. 741v.

com hum letreiro que dis Freiguezia de Mire e limita as dozimarias das ditas freiguezias e logo mais adiante caminhando pera o norte no mesmo caminho e na testa nasente da mesma leira fica outro marco na forma do asima que dice o Reuerendo Simão de Aluarenga Vigairo de Parada pello segundo marco se devidiaõ os lemites das ditas freiguezias e este segundo marco e medida adita leira pello meio nasente a poente tem de comprido duzentas varas e na testa nasente de largo quinze varas e quarta e na testa poente de largo vinte e quatro varas levara de sementeira quatro alqueires e meio de centeio tem alguñs castinheiros na testa nasente e arvores avidadas na testa poente comfronta do nasente com caminho que vaj de Agrafonte pera Braga e do poente com Balhezar Salgado Chaues de Braga e do norte com Sebastião Gonçalues da Caza Nova e do sul com Costodio Luis dos Coudos tudo foreiro ao mosteiro fica marcada por marcos pera a medição notefiquei os confrontantes do que dou fee»

A partir destas 14 subparcelas identificadas pelo Tombo de Tibães tentámos projetar uma metodologia que nos permitisse enquadrar essas unidades de terra dentro da parcela Agradas Velhas. Uma das primeiras tarefas foi, sem dúvida alguma, o reconhecimento do território. Tornou-se essencial conhecer a forma como Agradas Velhas se encontra atualmente organizada, tentando desde logo identificar os principais marcos que, de uma maneira geral, caracterizam e delimitam esta parcela de terra. Não obstante, todo este trabalho teve que ser cruzado com os elementos delimitadores identificados pelo Tombo de Tibães. Foi, portanto, a partir da identificação desses elementos que tentamos aplicar uma metodologia de reconstituição da paisagem de Agradas Velhas. O primeiro passo foi, portanto, o de identificação do caminho da Fonte, do caminho para Agrafonte, da estrada que vai para Braga e dos marcos delimitadores de freguesia.

Retenha-se, neste contexto, os valores transpostos em metros que o tombo dá das parcelas: a informação está sempre no limiar da reconstituição espacial (Tabela 12)

Tabela 13. Parcela Agras Velhas

Tabela 13.1. Uma Leira

Dimensões (metros)	Norte	
	Sul	
	Nascente	
	Poente	7,7
	Comprido N/S	
	Comprido Na/Po	232,1
	Largo Norte	7,7

Confrontações	Norte	Filho de António Gonçalves Machado
	Sul	Domingos Gomes
	Nascente	Caminho de Agrafonte que vai para Braga
	Poente	Baltasar Salgado Chaves

Tabela 13.2. Uma leira

Dimensões (metros)	Norte	
	Sul	
	Nascente	
	Poente	11,55
	Comprido N/S	
	Comprido Na/Po	100,1
	Largo Norte	
	Largo Nascente	13,15

Confrontações	Norte	Manuel Francisco de Carvalho do Lobo
	Sul	António solteiro filho de Mário de Panoias
	Nascente	Caminho que vai de Agrafonte para Braga
	Poente	
	Poente e canto norte	Estes caseiros e terra deste tomo



Tabela 13.3. Uma leira

Dimensões (metros)	Norte	
	Sul	
	Nascente	
	Poente	13,2
	Comprido N/S	
	Comprido Na/Po	80,85
	Largo Norte	
	Largo Nascente	10,65

Confrontações	Norte	Maria Antónia viúva de Penelas
	Sul	Manuel Francisco de Carvalho do Lobo
	Nascente	Com este e outro possuidor
	Poente	Baltazar Salgado Chaves de Braga
	Poente e canto norte	

Tabela 13.4. Uma Leira

Dimensões (metros)	Norte	
	Sul	8,25
	Nascente	
	Poente	
	Comprido N/S	112,75
	Comprido Na/Po	
	Largo Norte	7,15
	Largo Nascente	

Confrontações	Norte	José Lopes Pais de Braga e com caminho que vai para a fonte
	Sul	José Lopes Pais de Braga e com caminho que vai para a fonte
	Nascente	Manuel Martins Carrasco
	Poente	Bento Gomes Peixoto
	Poente e canto norte	

Tabela 13.5. Uma Leira

Dimensões (metros)	Norte	
	Sul	
	Nascente	
	Poente	
	Comprido N/S	73,7
	Comprido Na/Po	
	Largo Norte	9,35
	Largo Nascente	
	Largo Sul	9,9

Confrontações	Norte	Caminho que vai para a Fonte
	Sul	Valo alto de José Lopes Pais
	Nascente	Bento Gomes Peixoto
	Poente	Manuel Martins
	Poente e canto norte	

Tabela 13.6. Uma Leira

Dimensões (metros)	Norte	
	Sul	
	Nascente	44
	Poente	
	Comprido N/S	182,1
	Comprido Na/Po	
	Largo Norte	
	Largo Nascente	
	Largo Sul	

Confrontações	Norte	Domingos Peixoto e Manuel Martins de Penelas
	Sul	Maria Antónia, viúva, e Manuel Francisco
	Nascente	Caminho que vai de Agrafonte
	Poente	Baltasar Salgado Chaves de Braga
	Poente e canto norte	

Tabela 13.7. Uma Leira

Dimensões (metros)	Norte	
	Sul	
	Nascente	
	Poente	
	Comprido N/S	
	Comprido Na/Po	79,2
	Largo Norte	
	Largo Nascente	11
	Largo Sul	

Confrontações	Norte	Farinheiras
	Sul	António, solteiro, de Panoias
	Nascente	Farinheiras
	Poente	Batazar Salgado Chaves de Braga
	Poente e canto norte	

Tabela 13.8. Uma Leira

Dimensões (metros)	Norte	
	Sul	
	Nascente	
	Poente	10,45
	Comprido N/S	
	Comprido Na/Po	101,2
	Largo Norte	
	Largo Nascente	12,1
	Largo Sul	

Confrontações	Norte	José Lopes Pais de Braga e Maria Antónia
	Sul	Farinheiras
	Nascente	Caminho que vai de Agrafonte para Braga
	Poente	Farinheiras
	Poente e canto norte	

Tabela 13.9. Uma Leira

Dimensões (metros)	Norte	
	Sul	8,25
	Nascente	
	Poente	
	Comprido Poente	79,75
	Comprido N/S	
	Comprido Na/Po	
	Largo Norte	17,05
	Largo Nascente	
	Largo Sul	

Confrontações	Norte	Caminho que vai para Agrafonte
	Sul	José Lopes Pais de Braga
	Nascente	Bento Gomes Peixoto e Domingos Peixoto de Agrafonte
	Poente	Domingos Peixoto
	Poente e canto norte	

Tabela 13.10. Uma Leira

Dimensões (metros)	Norte	
	Sul	
	Nascente	
	Poente	19,25
	Comprido Poente	
	Comprido N/S	
	Comprido Na/Po	178,75
	Largo Norte	
	Largo Nascente	22
	Largo Sul	

Confrontações	Norte	José Lopes Pais de Braga
	Sul	Manuel Francisco do Carvalho do Lobo
	Nascente	José Lopes Pais de Braga
	Poente	Baltazar Salgado Chaves
	Poente e canto norte	

Tabela 13.11. Uma Leira

Dimensões (metros)	Norte	
	Sul	
	Nascente	
	Poente	
	Comprido Poente	
	Comprido N/S	
	Comprido Na/Po	40,7
	Largo Norte	11
	Largo Nascente	
	Largo Sul	7,15

Confrontações	Norte	Caminho da fonte
	Sul	Bento Gomes Peixoto
	Nascente	Caminho que vai de Agrafonte para Braga
	Poente	Manuel Martins Carrasco
	Poente e canto norte	

Tabela 13.11. Uma Leira

Dimensões (metros)	Norte	
	Sul	7,7
	Nascente	
	Poente	
	Comprido Poente	
	Comprido N/S	31,9
	Comprido Na/Po	
	Largo Norte	7,7
	Largo Nascente	
	Largo Sul	

Confrontações	Norte	Domingos Peixoto de Agrafonte
	Sul	José Lopes Pais
	Nascente	Caminho que vai de Agrafonte para Braga
	Poente	Manuel Martins de Penelas
	Poente e canto norte	

Tabela 13.13. Uma Leira

Dimensões (metros)	Norte	
	Sul	23,65
	Nascente	
	Poente	
	Comprido Poente	
	Comprido N/S	81,95
	Comprido Na/Po	
	Largo Norte	26,95
	Largo Nascente	
	Largo Sul	

Confrontações	Norte	Caminho que vai para Agrafonte
	Sul	José Lopes Pais de Braga
	Nascente	Domingos Peixoto de Agrafonte
	Poente	Domingos Peixoto de Agrafonte
	Poente e canto norte	

Tabela 13.14. Uma Leira

Dimensões (metros)	Norte	
	Sul	
	Nascente	
	Poente	
	Norte/Sul	91,3
	Comprido Poente	
	Comprido N/S	
	Comprido Na/Po	
	Largo Norte	8,25
	Largo Nascente	
	Largo Sul	8,25

Confrontações	Norte	Caminho que vai para a fonte
	Sul	José Lopes Pais
	Nascente	Manuel Carrasco
	Poente	João Lopes Tinoco do Campo dos Touros de Braga
	Poente e canto norte	

Dentro deste contexto, importa ainda destacar a descrição da subparcela número 14, uma leira de simples colónia reconhecido por Domingos Gomes. Nesta descrição são apontados 2 marcos delimitadores da freguesia de Mire de Tibães, um deles relacionado com a questão do pagamento do dízimo a Tibães e à freguesia de Parada de Tibães.

Definidos os elementos físicos orientadores que nos permitiam um enquadramento geral tentamos, desta forma, começar a montar as peças.

Jogando com as dimensões das parcelas, as confrontações e outros elementos delimitadores, pudemos recriar o parcelamento.

Retenha-se, neste contexto, os valores transpostos em metros que o tombo dá das parcelas: a informação está sempre no limiar da reconstituição espacial (Tabela 14).

Tabela 14. Medidas (em metros) das subparcelas de Agrafonte.

<b>PARCELAS</b>	<b>1</b>	<b>2</b>	<b>3</b>	<b>4</b>	<b>5</b>	<b>6</b>	<b>7</b>	<b>8</b>	<b>9</b>	<b>10</b>	<b>11</b>	<b>12</b>	<b>13</b>	<b>14</b>
Comprido N/S				112,75	73,7	182,1						31,9	81,95	
Comprido Na/Po	232,1	100,1	80,85				79,2	101,2		178,75	40,7			
Comprido Poente									79,75					
Largo Nascente		13,15	10,65				11	12,1		22				
Largo Norte	7,7			7,15	9,35				17,05		11	7,7	26,95	8,25
Largo Sul					9,9						7,15			8,25
Nascente						44								
Norte/Sul														91,3
Poente	7,7	11,55	13,2					10,45		19,25				
Sul				8,25					8,25			7,7	23,65	

### *O desenho em AutoCad e a projeção SIG*

Todo este exercício de reconstituição foi posteriormente trabalhado num programa de desenho específico, o AutoCad, tal como se pode observar no Volume II (Figuras XX).

A projeção SIG resultou no mapa do parcelamento (Mapa 10, Volume II).

As 14 subparcelas de terra identificadas pelo Tombo de Tibães não ocupam a totalidade da unidade agrícola de Agradas Velhas, o que nos leva a pensar que talvez haja aqui uma omissão de dados. As subparcelas têm naturezas diferentes, umas são de prazo e outras de simples colónia. Os resultados parecem escassos, mas a sensação é enganadora. Esta imagem cadastral constitui em si mesmo um avanço efetivo naquilo que é uma metodologia, apesar de morosa, eficaz no mapeamento da propriedade.

### *Os alinhamentos, as omissões e as relações: uma agenda de longa duração?*

A utilização do Sistema de Informação Geográfico permitiu-nos sobrepor diferentes níveis de conhecimentos, adquiridos noutros contextos. Vejamos dois exemplos.

O primeiro exemplo tem a ver com a projeção das linhas do cadastro romano, na zona envolvente de Braga<sup>114</sup>. Podemos observar que há linhas do cadastro que persistem, hipoteticamente, em Agradas Velhas.

O segundo exemplo tem a ver com a comparação entre a imagem parcelar de Agradas Velhas no século XVIII (através dos nossos resultados) e no século XXI (através do Sistema de Identificação Parcelar feito pelo Instituto Nacional de Intervenção e Garantia Agrícola). A reconstrução das relações das subparcelas e da sua evolução pode-se ver na seguinte Figura (6)

---

<sup>114</sup> Carvalho, «Marcadores da paisagem e intervenção cadastral».



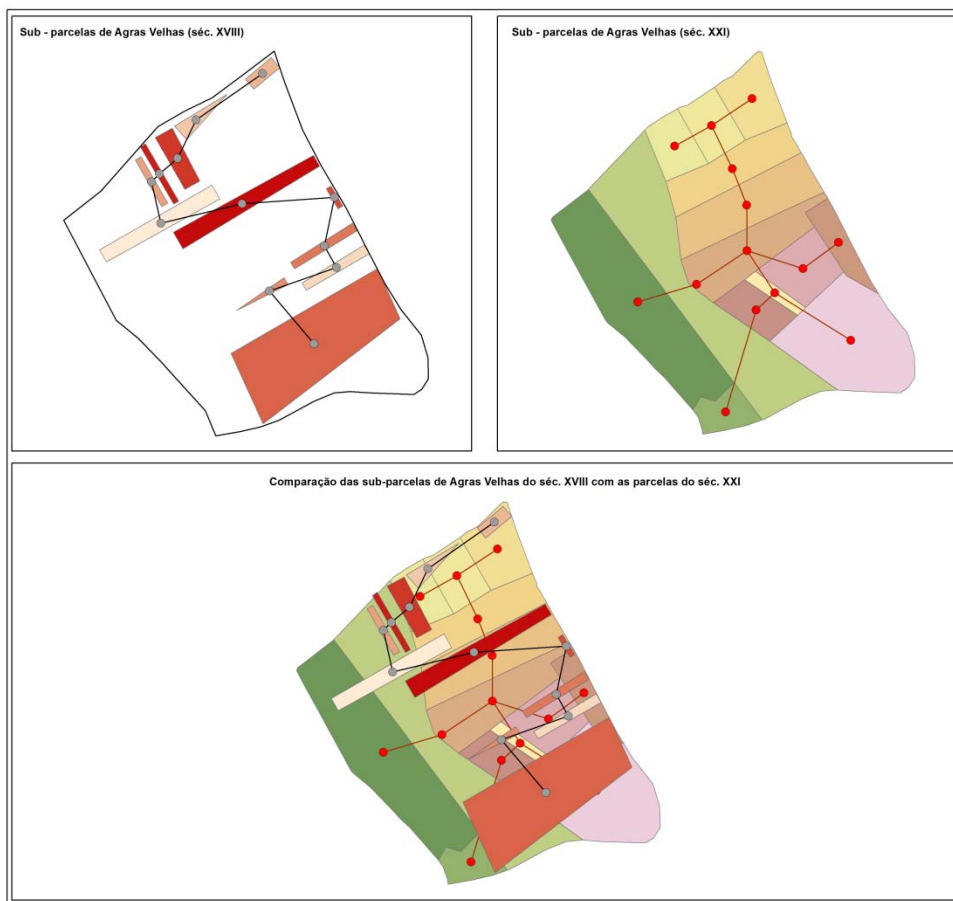


Figura 6. Relação entre as subparcelas em Agradas Velhas (1714-1715 e 2000)

A agenda de longa duração que aqui se estabelece, através destes dados e possibilidades, precisa de ser desenvolvida. O que desde já se pode afirmar é que um dos nexos a ter em conta nessa relação duradoura precisa de ser redimensionado: afinal o casal enquanto unidade de adequação ao território, mesmo na sua versão fragmentada e dispersa, não terá funcionado como principal mecanismo transmissor das continuidades eventuais no parcelamento, tal como se sugeriu como hipótese: «in tal modo, è nella 'lunga durata' dei casali che strategicamente si puó collocare la possibilitá concreta di capire gran parte dei cambiamenti del paesaggio centuriato»<sup>115</sup>.

<sup>115</sup> Helena Paula Carvalho, Francisco Azevedo Mendes, «Centuriazione ed evoluzione degli assetti agrari intorno alla città di Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis)», *Agri Centuriati. An international Journal of Landscape Archaeology*, 7 (2010): 165.

## CONCLUSÃO

Concluimos com uma história perdida nos arquivos de Tibães, e perdida nos meus cadernos, até que há pouco tempo a resgatei, provavelmente porque durante o longo processo desta tese, ela – a história – teve a paciência de esperar por mim.

Em 1711, no livro de arrendamentos do Mosteiro de Tibães, Tomé e Gregória deixam gravada a sua história – ou melhor, o escrivão de Tibães regista-a. Moravam em Mire de Tibães, freguesia onde estava instalado o mosteiro, no sítio da devesa de pé, e tinham sido expulsos das casas em que viviam, em terras do mosteiro, arrendadas no regime de colónia simples. Colonos, portanto. Apesar de terem sido indemnizados pelo senhorio pelas benfeitorias que tinham feito, Tomé e Gregória pedem para regressar a essas casas. Era Inverno, e viviam, pobres, numa choupana, com as suas crianças. O mosteiro concorda, desde que Tomé e Gregória devolvam o dinheiro da indemnização e paguem as custas associadas à causa da expulsão.

A história de Tomé e Gregória contém em si várias peças de um *puzzle* territorial que importa reconstituir: a terra colonizada pelo mosteiro e a negociação constante por parte dos camponeses para conseguirem o direito à terra; o clima e o ambiente social; o parcelamento da terra, a sua divisão e redistribuição.

Desde o início, o objetivo da tese estruturou-se na ideia fixa de atingir uma imagem fisicamente concreta do parcelamento. A plataforma documental em que depusitei essa ambição é o Tombo de Tibães feito entre 1714 e 1715. Nunca suspeitámos a quantidade de fios que se foram tecendo em torno dessa escolha. Não estávamos à espera que pelo meio histórias como a de Tomé e Gregória se cruzassem na agenda dessa investigação.

No primeiro capítulo - Planos da paisagem - analisámos a fusão entre duas freguesias – Mire de Tibães e S. Martinho de Tibães. A memória longa dessa convergência imposta pela necessidade do mosteiro de criar dentro do seu Couto um corredor até ao Rio Cávado. As sucessivas demarcações dos limites interparoquiais e do couto revelam uma conflitualidade permanente. Parte integrante deste processo é a forma como por vezes estala a revolta entre a população do couto e o seu mosteiro. Um desses episódios ocorre em 1718, quando, nas palavras do próprio mosteiro, aparece um Moisés a tentar sublevar o povo contra o domínio monástico. O corregedor dá razão ao povo, mas o mosteiro acabará por ganhar. Interferências na câmara e a sistemática apropriação dos maninhos e das águas do Cávado são as linhas de fratura entre o povo e o mosteiro.

No coração desta disputa, estabelecemos uma **primeira** relação: a feitura do tomo em 1714-1715, mas apenas concluído em 1718, e essa quase sublevação. O mostrador das propriedades que é feito logo a seguir, em 1716, onde ao longo de todo o século XVIII, se vão atualizando os reconhecimentos das terras constitui uma **segunda** relação. É que ele contém a narrativa da perda de importância dos títulos de casais a favor do mero reconhecimento da terra que se possuía. A **terceira** relação resulta da forma como este mostrador se insere no próprio cartório de Tibães. Em 1776, há uma profunda renovação do cartório. Tudo se reorganiza. No meio do móvel principal, no guarda-roupa, os arquivistas encontram precisamente esse mostrador de 1716, sem estar desencadernado. E ficam intrigados. Por que razão é que ele ainda está desencadernado? A resposta é que o mostrador, durante muitos anos, foi uma peça essencial para acompanhar os títulos das propriedades que já tinham pouco a ver com os antigos casais. A **quarta** relação resulta do entendimento das tendências da economia senhorial e da política contratual do mosteiro. Durante todo o século XVII o mosteiro transforma os prazos duradouros das terras em arrendamentos precários, simples colónias. A história de Tomé e Gregória entronca aqui.

A colonização feita pelo mosteiro muda, no entanto, precisamente nos inícios do século XVIII. A curva dos rendimentos desce drasticamente. A primeira década do século XVIII é muito grave para o mosteiro. É neste contexto que a Junta Geral, em 1713, muda o rumo da política do mosteiro. E tudo vai mudar para um planalto em alta. O tomo de 1714-1715 é expressão disso mesmo. Grande parte dos arrendamentos irá ser transformada em prazos. Neste contexto, julgamos que a abadia reconhece definitivamente que o parcelamento que controla mudou definitivamente, e que ele precisa outra vez de ser reconduzido para contratos mais estáveis. O jogo intenso da terra, do seu parcelamento fragmentado, provavelmente também começará a mudar.

Regressemos ao tomo nessa conjuntura de viragem. A deteção do parcelamento resultou na inventariação e tratamento de 554 subparcelas, isto é, títulos de reconhecimento, correspondentes a 138 parcelas. Parte deles já não são, surpreendentemente, simples colónias. A mudança foi brusca, aparentemente. Ora o que tentámos fazer foi materializar essas subparcelas. Transformá-las em reconstituições físicas da propriedade. Tornar esta paisagem de reconhecimentos um documento arqueológico. Isso passou por projetar essas parcelas no mapa.

A tarefa é, à partida, muito difícil. Portugal não tem tradição de mapas do parcelamento. O cadastro das terras está ainda por fazer, apesar das tentativas desde o século XIX para o fazer. Não temos, como em França, um cadastro napoleónico que desenhava sistematicamente as propriedades em milhares de mapas. Apesar de tudo, em 2000, foi feita uma tentativa precisamente na zona do Cávado pelo Instituto de Conservação e Garantia Agrícola. As imagens foram tratadas e percecionadas a partir dos centróides das parcelas. No arquivo de Tibães apenas encontramos dois desenhos de umas terras e casas em conflito no Alto Minho – entre Gondar e Orbacém. Não há janela visual para este passado das terras.

Como fazer então? Medimos as terras, conseguimos isolar a partícula média das terras - numa imagem que mostra bem o esmigalhamento das terras -, ensaiámos uma primeira visão da rede de caminhos, hierarquizando os níveis de interação, sugerindo que eles criam verdadeiros circuitos nas terras, controlando a sua coerência interna.

Finalmente conseguimos achar Agradas Velhas – isto é uma zona circundada por caminhos antigos, divisórias de dizimarias e de freguesias, com marcos antigos. Aí instalámos a nossa metodologia. Com as medições, desenhámos em AutoCad as subparcelas físicas e reconstituímos a parcela física. O parcelamento tornou-se fisicamente palpável. Os resultados são surpreendentes. Descobrimos vazios, conseguimos atingir a estrutura de um núcleo povoado por leiras de simples colónia e de prazos.

Projetando na longa duração estes resultados de Agradas Velhas, cruzámos os resultados com as linhas do cadastro romano, onde verificámos algumas sobreposições; definimos as relações entre as parcelas, através da aplicação dos grafos, em 1714 e em 2000, através dos elos de ligação.

Perguntamos, no final, qual o sentido desta micro-história visual do parcelamento?

Pensamos, com Carlo Ginsburg, invertendo a troca desigual de que ele falava a propósito da micro-história, que um país pobre não é necessariamente um país dependente. A pobreza da nossa tradição no que diz respeito aos mapas de parcelamento só pode aguçar o engenho. A tensão entre o mapa ausente e a dinâmica espacial das propriedades permitiu, aqui, abrir um corredor e desenhar uma encruzilhada de investigação.



## **FONTES MANUSCRITAS**

### ARQUIVO DISTRITAL DE BRAGA

Fundo Monástico Conventual, Tibães.

Dividas dos caseiros (livros 374 a 376);

Livros das correições

Livros de arrendamentos (511 a 534);

Livros de recibos, 314-365 (1714-1833)

Mostradores das propriedades (livros 698 a 703);

Sentenças (livros 16 a 42)

Tombos, 55 e 56, I e II, 1715 e 1716

Vedorias, 176-193 (1713-1832)

## **BIBLIOGRAFIA**

- Afonso, Carlos Alberto. «O Poder do espaço. Dominação simbólica, território e identidade nas montanhas de Trás-os-Montes». Tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade de Coimbra, 1994.
- Alves, Daniel Ribeiro. «Os dizimos no final do Antigo Regime: aspectos económicos e sociais (Minho, 1820-1834)». Tese de mestrado, Lisboa, Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa, 2001.
- Amorim, Inês. *O Mosteiro de Grijó. Senhorio e propriedade: 1560-1720 (formação, estrutura e exploração do seu domínio)*, Braga: Edição da Autora, 1997.
- Araújo, António de Sousa e Armando B. Malheiro da Silva. *Inventário do fundo monástico conventual*. Braga: Arquivo Distrital / Universidade do Minho, 1985.
- Barbosa, Teresa, José Moreira, Pedro Gomes e Amélia Oliveira. *Cávado: alguns olhares*. Braga: Edição ASPA, 1994.
- Béaur, Gérard, Phillippe Schoffield, Jean-Michel Chevet, e Maria-Teresa Pérez-Picazo, ed. *Property rights, land markets and economic growth in the european countryside (13th-19th centuries)*. Turnhout: Brepols, 2013.
- Beires, Rodrigo Sarmiento, João Gama Amaral e Paula Ribeiro (col). *O cadastro e a propriedade rústica em Portugal*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos, 2013.
- Bolòs, Jordi. «Estudiar i gestionar el paisatge històric medieval». *Territori i Societat: el paisatge històric Història, Arqueologia, Documentació*. IV, 2007.
- Bolòs, Jordi. «La caracterizació del paisatge històric». *Territori i Societat: el paisatge històric Història, Arqueologia, Documentació*. V, 2010.
- Brandão, Maria de Fátima S. *Terra, herança e família no Noroeste de Portugal. O caso do mosteiro no século XIX*. Porto: Afrontamento, 1994.
- Braunstein, Phillippe. «Nature de l'objet, structure du paysage». *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 55e année, 3, 2000: 551-554.

- Câmara, Benedita. «O contrato de colónia: ambiguidade entre a parceria e a enfiteuse? Que mudou no relacionamento entre o senhorio e o colono após 1867?». Comunicação apresentada no XXXI Encontro da Associação de História Económica e Social Portuguesa  
[www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao\\_3d/benedita\\_camara\\_paper.pdf](http://www4.fe.uc.pt/aphes31/papers/sessao_3d/benedita_camara_paper.pdf)
- Cambi, Franco. *Archeologia dei paesaggi antichi: fonti e diagnostica*, Roma: Carocci editore, 2003.
- Capela, José Viriato. «Os rendimentos dos párocos do concelho e arceprelado de Barcelos nos fins do Antigo Regime e durante o séc. XIX». *Barcelos Revista*, 2 (1), 1984: 59-97.
- Capela, José Viriato. «População e sociedade rural do termo de Braga no 1º quartel do século XVIII (apresentação de uma fonte)». *Bracara Augusta*, 1985: 161-191.
- Capela, José Viriato. *O município de Braga de 1750 a 1834. O governo e a administração económica e financeira*. Braga: Câmara Municipal de Braga, 1991.
- Capela, José Viriato. *As freguesias do distrito de Braga nas Memórias Paroquiais de 1758. A construção do imaginário minhoto setecentista*. Braga, 2003.
- Cardoso, Cristiano Joaquim Moreira da Silva. «A paisagem agrária do vale da Ribeira de Barrosas, Lousada (sécs XVI-XVIII)». Tese de Mestrado, Braga, Universidade do Minho, 2012.
- Carvalho, Elza Maria Gonçalves Rodrigues de. *Basto (Stª Tecla). Uma leitura geográfica (do século XVI à contemporaneidade)*. Guimarães: NEPS, 1999.
- Carvalho, Helena. «Parcelamento rural de Bracara Augusta: questões metodológicas». *Actas do 3º Congresso Peninsular de Arqueologia. VI. Arqueologia da Antiguidade na Península Ibérica*. Porto: Edição ADECAP, 2000: 143-146
- Carvalho, Helena. «O povoamento romano na fachada ocidental do *Conventus Bracarensis*». Tese de doutoramento, Braga, Universidade do Minho, 2008.
- Carvalho, Helena. «Organisation cadastrale autour de *Bracara Augusta*, Braga (Portugal)». *Dialogues d'Histoire Ancienne*, 2008: 155-160
- Carvalho, Helena. e J. Bernardes «O povoamento romano de Bracara Augusta e Collippo: exemplos de aplicação de um S.I.G.». *Actas do 3º Congresso Peninsular de Arqueologia. X. Sistemas de Informação Arqueológica-SIG's aplicados à Arqueologia da Península Ibérica*. Porto, 2000: 125-131.
- Carvalho, Helena «Marcadores da paisagem e intervenção cadastral no território próximo da cidade de *Bracara Augusta (Hispania Citerior Tarraconensis)*». *Archivo Español de Arqueología*, 85, 2012: 149-166
- Carvalho, Joaquim Ramos. «Comportamentos morais e estruturas sociais numa paróquia de Antigo Regime (Soure, 1680-1720)». Tese de doutoramento, Coimbra, Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, 1997.
- Carvalho, Jorge. *Tensões numa comunidade rural do Baixo-Minho. Adaúfe e o seu Juízo de Paz (1835-1880)*, Braga: Universidade do Minho: Centro de Ciências Históricas e Sociais, 1999.
- Chouquer, G. *Les formes du paysage. 2. Archéologie des parcellaires*. Actes du Colloque d'Orléans, Paris, 1996.
- Chouquer, G. *Les formes du paysage. 3. L'analyse des systèmes spatiaux*. Actes du Colloque d'Orléans, Paris, 1997.
- Conde, Manuel Sílvio Alves. «Sobre o património da colegiada de Santa Maria de Alcáçova de Santarém. Das origens ao final do século XV». *Arquipélago. História. Revista da Universidade dos Açores*, 1995: 49-104.

- Costa, P. António Carvalho da. *Corografia Portuguesa, e descripçam topográfica do famoso reyno de Portugal, com as notícias das fundações das Cidades, Villas, & Lugares, que contem, Varões illustres, Genealogias das famílias nobres, fundações de conventos, Catalogos dos Bispos, antiguidades, maravilhas da natureza, edificios, & outras curiosas observaçoens*. Braga: Tomo Primeyro offerecido a Elrey D. Pedro II, 2ª edição, 1868.
- Costa, P. Avelino Jesus da. *O Bispo D. Pedro e a organização da Arquidiocese de Braga*. Vol. II. Braga: Edição da Irmandade de S. Bento da Porta Aberta, 2000.
- Costa, Sérgio. *O Mosteiro de Tibães. Alas de dormitórios e celas*. Barcelos: Âncora Editora, 2010.
- Cruz, António. *Geografia e economia da provincia do Minho nos fins do século XVIII. Plano de descrição e subsidios de Custódio José Gomes de Vilas-Boas recolhidos, anotados e por...* Porto: Centro e Estudos Humanísticos da Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1970.
- Dias, Geraldo José Amadeu Coelho. *Tibães. O encanto da cerca, o silêncio dos monges e os últimos abades gerais dos beneditinos*. Braga: Edição do Museu de S. Martinho de Tibães, 2010.
- Rigaudière, A.. *De l'estime au cadastre en Europe. Le Moyen Âge. Actes du Colloque*. Paris: Comité pour l'Histoire Économique et Financière de la France, 2006.
- Rigaudière, A.. *De l'estime au cadastre en Europe. L'époque moderne. Actes du Colloque*. Paris: Comité pour l'Histoire Économique et Financière de la France, 2007.
- Rigaudière, A.. *De l'estime au cadastre en Europe. Les systèmes cadastraux aux XIXe et XXe siècles. Actes du Colloque*. Paris: Comité pour l'Histoire Économique et Financière de la France, 2008.
- Durães, Margarida. «Posse da terra na região rural de Braga no século XVIII». *Ler História*, 43 (2002): 57-83.
- Fadigas, Leonel. *Fundamentos ambientais do ordenamento do território e da paisagem*. Lisboa: Edições Sílabo, 2007.
- Fontes, Luís. *São Martinho de Tibães. Um sítio onde se fez um mosteiro. Ensaio em arqueologia da paisagem e da arquitectura*. Lisboa: Edição do IPPAR, 2005.
- Garrido, Álvaro, Leonor Freire Costa e Luís Miguel Duarte, org. *Economia, Instituições e Império. Estudos em homenagem a Joaquim Romero Magalhães*. Coimbra: Almedina, 2012.
- Godinho, Paula, coord. *Mundo rural. Transformação e resistência na Península Ibérica (século XX)*. Lisboa: Colibri / Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa, 2004.
- Lains, Pedro e Álvaro Ferreira da Silva, org. *História económica de Portugal 1700-2000*. Volume 1. O século XVIII. Lisboa: ICS, 2005.
- Le Couédic, Mélanie, Samuel Leturcq, Xavier Rodier, Florent Hautfeuille, Étienne Fieux, e Bertrand Jouve, «Du cadastre ancient au graphe. Les dynamiques spatiales dans les sources fiscales médiévales et modernes». *ArchéoSciences. Revue d'archéométrie*, 36, 2012: 71-84.
- Leturcq, Samuel. «À la découverte de la dimension spatiale des terriers... Le SIG, outil d'analyse des terroirs d'exploitation». *Le médiéviste et l'ordinateur*, 44, 2006.
- Leturcq, Samuel. *Un village, la terre et les hommes. Toury en Beauce (XIIe-XVIIe siècle)*. Lyon: CHTS, 2007.
- Leveau, Philippe. «Le paysage aux époques historiques: un document archéologique». *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 55e année, 3, 2000: 555-582.



- Lobão, Manoel de Almeida Sousa. *Tractado pratico, e critico de todo o direito emphyteutico conforme a legislação, e costumes deste reino e uso actual das nações*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1828.
- Lobão, Manoel de Almeida Sousa. *Tractado pratico do direito emphyteutico*. Lisboa: Na Impressão Regia, 1829.
- Lobão, Manoel de Almeida Sousa. *Fascículo de Dissertações Juridico-Praticas*. Lisboa: Na Imprensa Nacional, 1949.
- Macedo, José Marinho e Figueiredo, José António. «As Barcas da passagem do Cávado, a jusante de Prado», *Cadernos de Etnografia*, 5, 1966.
- Magalhães, Pedro Joaquim da Cunha. «Propriedades e proprietários da terra na freguesia de Nespereira (Lousada). Roturas ou continuidades – da época moderna ao liberalismo». Tese de mestrado, Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2012.
- Maia, Fernanda Paula Sousa. *O Mosteiro de Bustelo: propriedade e produção agrícola no Antigo Regime (1638 - 1670 e 1710 - 1821)*. Porto: Universidade Portucalense, 1991.
- Marques, André Evangelista. «O CASAL: uma unidade de organização do espaço no Entre-Douro-e-Lima (906-1200)». Tese de Mestrado, Porto, Universidade do Porto - Faculdade de Letras, Departamento de História, 2006.
- Martins, Rui Cunha. *O Método da fronteira. Radiografia histórica de um dispositivo contemporâneo (matrizes ibéricas e americanas)*. Coimbra: Almedina, 2008.
- Moreira, Luís Miguel. *O Alto Minho na obra do engenheiro militar Custódio José Gomes de Villasboas*. Lisboa: Centro de Estudos Geográficos da Universidade do Minho, 2011.
- Moreira, Luís Miguel. «Cartografia, geografia e poder: o processo de construção da imagem cartográfica de Portugal, na segunda metade do século XVIII». Tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2012.
- Mata, Aida, Anabela Ramos e Maria José Soares. «Manuscritos da livraria do Mosteiro de S. Martinho de Tibães». *Forum*, 27, Jan.-Jun 2000: 69-124.
- Neto, Margarida Sobral. *Terra e conflito. Região de Coimbra (1700 – 1834)*. Viseu: Palimage Editores, 1997.
- Neto, Margarida Sobral. «A historiografia rural portuguesa», *Studia Historica. Historia Moderna*, 29 (2007): 251-275.
- Neto, Margarida Sobral. *O Universo da comunidade rural*. Viseu: Palimage Editores, 2010.
- Neto, Margarida Sobral. «Formas de acesso à posse da terra e à fruição de rendimentos fundiários em Portugal na época moderna: o caso da enfiteuse». Em *XIV Congresso Internacional de Historia Agraria*. Badajoz, 2013.
- Nunes, Manuel, Cristiano Cardoso, Luís Sousa, e Carlos Gonçalves, «Marcos de propriedade no concelho de Lousada: nota para a sua significação histórica-arqueológica». *Oppidum*, 2, 2007: 39-52.
- Oliveira, Aurélio de Araújo. «Elementos para a história dos preços na região bracarense (1680-1830)». *Separata da Revista BRACARA AUGUSTA*, Vol. XXV-XXVI- Fasc. 59-62, 1973: 71-74.
- Oliveira, Aurélio de Araújo. *A Abadia de Tibães e o seu domínio, 1630-1680: estudo social e económico*. Porto: Faculdade de Letras, 1974.
- Oliveira, Aurélio de Araújo. «A Abadia de Tibães 1630-1813. Propriedade, exploração e produção agrícolas no vale do Cávado durante o Antigo Regime». Tese de doutoramento, Porto, Faculdade de Letras, 1979.

- Oliveira, Aurélio de Araújo. «A renda agrícola em Portugal durante o Antigo Regime (séculos XVII-XVIII). Alguns aspectos e problemas». *Revista de História Económica e Social*, 6 (julho-dezembro, 1980): 1-56.
- Oliveira, Aurélio de Araújo. «Contabilidades monásticas e produção agrícola durante o Antigo Regime. Os dizimos do Mosteiro de S. Tirso 1626-1821». Em *Actas do Coloquio de História Local e Regional*, Santo Tirso: Câmara Municipal de Santo Tirso, 1982: 131-176.
- Oliveira, Aurélio de Araújo. «A Ordem de S. Bento na promoção das terras de Entre-Douro-e-Minho no Antigo Regime. I. Da conquista à exploração e fomento». *Revista de História*, 6, 1985: 173-208.
- Oliveira, Aurélio de Araújo. «A Ordem de S. Bento na promoção das terras de Entre Douro e Minho no Antigo Regime. Dos índices e indicadores da produção aos seus comportamentos». *Revista de História*, 7, 1986/1987: 175-198.
- Oliveira, Aurélio de Araújo. «Rendas e Arrendamentos da colegiada de Nossa Senhora da Oliveira de Guimarães (1684-1731)». Em *Actas do Congresso Histórico de Guimarães e sua Colegiada*. Guimarães, 1991: 99-121.
- Oliveira, P. Miguel. *As Paróquias Rurais Portuguesas. Sua origem e formação*. Lisboa: União Gráfica, 1950.
- Oliveira, Paulo. *A congregação beneditina portuguesa no percurso para a extinção (1800-1834)*. Viseu: Palimage, 2005.
- Pereira, Paulo (coord.). *Minho traços de identidade*. Braga: Universidade do Minho, 2009.
- Poirier, Nicolas. «Un espace rural en Berry dans la longue durée: expérience de micro-analyse des dynamiques spatio-temporeelles du paysage et du peuplement dans la région de Sancerres (CHER)». Tese de doutoramento, Tours, Université François Rabelais, 2007.
- Poirier, Nicolas. *Un espace rural à la loupe. Paysage, peuplement et territoires en Berry de la préhistoire à nos jours*. Tours: Presses Universitaires François Rabelais, 2010.
- Ramos, Anabela «Couto de Tibães: câmara, ouvidor e corregedor. Poderes em confronto do século XVIII até à extinção». Em *Actas do IV Congresso Histórico de Guimarães. Do absolutismo ao liberalismo*. Guimarães: Câmara Municipal, 2009: 173-188.
- Ramos, Anabela e Sara Claro. *Alimentar o corpo saciar a alma. Ritmos alimentares dos monges de Tibães, século XVI*, Edições Afrontamento, 2013.
- Resende, Nuno. *Vínculos quebrantáveis. O morgadio de Boassas e suas relações, séculos XVI-XVIII*. Viseu: Palimage, 2012.
- Seabra, Judite. *Alvorge. Uma comunidade rural do século XVIII*. Coimbra: Câmara Municipal de Ansião / Comissão de Coordenação da Região Centro, 1989.
- Serrão, José Vicente. «Os nomes das terras: o padrão predial das terras de Lisboa no século XVIII». *Ler História*, 43, 2002: 85-124.
- Silva, Célia Maria Taborda. «O Mosteiro de Ganfei. Propriedade, produção e rendas no Antigo Regime (1629 – 1683 e 1716 – 1822)», Tese de Mestrado em História Moderna. Porto, Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 1993.
- Silva, Manuel Carlos. *Resistir e adaptar-se: constrangimentos e estratégias camponesas no Noroeste português*. Porto: Afrontamento, 1998.
- Silva, Manuel Carlos, «Capítulo 1: Sociedades rurais, sistemas fundiários e campesinato em Portugal». Em *Sócio-anthropologia rural e urbana. Fragmentos da sociedade portuguesa (1960-210)*, 21-39. Porto: Afrontamento, 2012.
- Sousa, João José Abreu de. *História rural da Madeira. A Colonia*. Funchal: Direcção Regional dos Assuntos Culturais, 1994.

- Tengarrinha, José. *Movimentos populares agrários em Portugal*. Mem Martins: Europa-América, 1994.
- Tengarrinha, José. *E o povo onde está? Política popular, contrarrevolução e reforma em Portugal*. Lisboa: Esfera do Caos, 2008.
- Torre, Angelo. «Un «tournant spatial» en histoire?». *Annales. Histoire, Sciences Sociales*, 63e année, 5, 2008: 1127-1144.
- Turner, S. «Caracterització del paisatge històric: una introducció als mètodes i aplicacions per a la recerca històrica». *Territori i Societat: el Paisatge Històric*, 5, 2010: 349-370.
- Van Bath, B. H. Slicher. *História Agrária da Europa Ocidental (500-1850)*. Lisboa: Editorial Presença, 1960.
- Vaquinhas, Irene Maria. *Violência, justiça e sociedade rural. Os campos de Coimbra, Montemor-o-Velho e Penacova de 1858 a 1918*. Porto: Afrontamento, 1995.
- Vilaça, Olanda Barbosa. «Cultura material e património móvel no mundo rural do Baixo Minho em finais do Antigo Regime». Tese de doutoramento, Braga, Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho, 2012.
- Xavier, Carla. «Um olhar sobre a paisagem de Mire de Tibães». Jornadas Europeias do Património. Mosteiro de S. Martinho de Tibães, Setembro de 2011, no prelo.
- Xavier, Carla. «A reconstituição espacial do parcelamento rural. Uma abordagem metodológica (Tibães, Braga, séc. XVIII)». II Jornadas de Novos Investigadores do Noroeste. As novas problemáticas de investigação. Guimarães, Março de 2013, no prelo.
- Xavier, Carla, Helena Carvalho e Eurico Loureiro. «O parcelamento de Agradas Velhas (Tibães, Braga) e o cadastro rural de Bracara Augusta. Estudo das linhas de continuidade». XVIII Congresso Internacional de Arqueologia Clássica. Mérida, Maio de 2013, no prelo.
- Xavier, Carla e Anabela Ramos. «A produção e o consumo de fruta pelos monges de Tibães nos séculos XVII e XVIII». Em III Encontro Rural Report. Mosteiro de S. Martinho de Tibães, Junho de 2013, no prelo.
- Xavier, Carla, Anabela Ramos e Eurico Loureiro. «Os desenhos da paisagem e os arquivos da terra (Tibães, século XVIII)». III Encontro CITCEM «Paisagem (I)material». Porto, Novembro de 2013, no prelo.
- Zadora-Rio, Élisabeth. «Territoires paroissiaux et construction de l'espace vernaculaire», *Médiévales*, 49, 2005, <http://medievales.revues.org/1306>.